



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

JOANA CLÁUDIA ALEIXO DE AMORIM

**DINAMICAS E INTERRELAÇÕES A PARTIR DA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO MINA DE BAUXITA EM
PARAGOMINAS – PA: COLÔNIA ORIENTE E POTIRITÁ.**

Belém
2010

JOANA CLÁUDIA ALEIXO DE AMORIM

**DINAMICAS E INTERRELAÇÕES A PARTIR DA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO MINA DE BAUXITA EM
PARAGOMINAS – PA: COLÔNIA ORIENTE E POTIRITÁ.**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos
Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará, para
obtenção do título de Mestre em Planejamento do
Desenvolvimento

Orientadora: Profª. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Belém
2010

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPa)

Amorim, Joana Cláudia Aleixo de

Dinâmicas e interrelações a partir da implementação do Projeto Mina de Bauxita em Paragominas - PA : Colônia Oriente e Potirítá / Joana Cláudia Aleixo de Amorim ; Orientadora, Rosa Elizabeth Acevedo Marin. – 2010.

180 f.: il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

1. Comunidades agrícolas – Pará. 2. Bauxita – Pará. 3. Minas e recursos minerais - Pará. 4. Desenvolvimento sustentável - Pará. 5. Desenvolvimento econômico – Aspectos ambientais – Pará. I. Acevedo Marin, Rosa Elizabeth, orientador. II. Título.

CDD 21. ed. 307.72098115

JOANA CLÁUDIA ALEIXO DE AMORIM

**DINAMICAS E INTERRELAÇÕES A PARTIR DA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO MINA DE BAUXITA EM
PARAGOMINAS – PA: COLÔNIA ORIENTE E POTIRITÁ.**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos
Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará, para
obtenção do título de Mestre em Planejamento do
Desenvolvimento

Banca Examinadora:

Profª Drª Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Orientadora - NAEA/UFPA

Prof. Dr. Milton Cordeiro De Farias
Examinador Externo - UNAMA

Profª Drª Nírvea Ravena
Examinadora interna - NAEA/UFPA

Ao meu querido pai, pelo exemplo, amor e dedicação
In memoriam

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus criador e mantenedor da vida. A minha família, em especial agradeço aos meus pais pelo incentivo e apoio por todo sempre. As minhas irmãs e sobrinhos pelo carinho e amor. Ao meu amado esposo Amilton Seixas pela paciência e dedicação tão importantes nesta etapa final da dissertação.

Agradeço com carinho as amigas e companheiras, que muito contribuíram com seus comentários, empréstimos, indicações, incentivo e críticas construtivas: Eliana Teles Rodrigues, Roselene Portela, Eva Grelo da Silva e muitos outros que cooperaram para o meu aprendizado.

Agradeço aos professores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos pela contribuição tão valiosa em sala de aula. As funcionárias da biblioteca. Aos professores doutores Sr^a Tereza Ximenes e Sr.Armin Mathis pela oportunidade como bolsista no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), meus agradecimentos pela bolsa de mestrado e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SEDECT) pelo apoio a pesquisa.

Um agradecimento, à minha orientadora Prof^a .Dr^a Rosa Acevedo Marin pela paciência e conhecimentos transmitidos.

A todos os entrevistados em Paragominas que ofereceram valiosas informações em especial aos colonos de Potirítá: Sr^a Marlene e Sr. Pedro e esposa.

RESUMO

O objetivo desta dissertação consiste no estudo das dinâmicas e inter-relações entre colônias do Oriente e Potirítá no contexto do Projeto Bauxita de Paragominas. Partindo deste prisma o estudo se concentra nas comunidades no entorno do Platô Miltonia Três, onde se concentra a exploração de Bauxita levando em consideração a área do mineroduto que abrange o município de Paragominas. Neste estudo é abordado a inter-relação da empresa privada, no âmbito da exploração mineral, representada pela VALE - através do Projeto bauxita de Paragominas, com o poder local consubstanciado pela gestão municipal (prefeitura), e destes com as comunidades. Para efeito de análise utilizou-se a pesquisa qualitativa e o método etnográfico valendo-se de técnicas como o roteiro de entrevista dentre outras, visando apreender os meandros da participação e o significado das inter-relações. Consideraram-se as categorias conflito, poder e participação das comunidades rurais no sentido de apreender o seu significado no contexto estudado. Essas análises permitiram compreender como ocorre a capacidade de intervenção das mesmas, face aos problemas sociais que os atingem, suas reivindicações, e seus anseios. Conclui-se que a participação como cidadãos e o acesso a informação geram responsabilidades e os torna responsáveis e capazes de transformar a realidade. Em especial uma transformação coerente com projetos sociais que os favoreçam.

Palavras-chave: Participação. Mineração. Conflito. Paragominas.

ABSTRACT

This dissertation studies the dynamics and interrelations between the colonies of “Oriente” and “Potiritá” within the frame of the Bauxite Project of Paragominas. The study focuses on the communities around Platô Miltonia 3, where the bauxite exploitation is centered, taking into consideration the area of the mineral pipe system running through the municipality of Paragominas. The study examines the interrelation of private mineral companies, in this case represented by VALE, through the Bauxite Project of Paragominas, with local power represented by the city management council (“prefeitura”) and the communities. The methods used in this analysis are qualitative research and ethnographic method; techniques such as interview scripts and others were also used in order to identify participation characteristics and the meaning of interrelations. Conflict, power and rural community participation were the categories considered in this analysis, in order to learn their meaning within the studied framework. The analysis allowed us to understand how the intervention capacity occurs when facing social problems, claims and wishes. The conclusion leads us to say that participation as citizens and access to information create responsibilities, making individuals responsible for their acts and capable of changing their reality. Particularly, transformations in accordance with social projects which favor their goals.

Keywords: Participation. Mining. Conflict. Paragominas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Localização da Província Bauxitífera de Paragominas.....	21
Quadro 1- Entrevistas Pesquisa de Campo.....	30
Quadro 2 - Procedimentos Metodológicos.....	31
Mapa 2 - Localização da área de Estudo.....	37
Figura 1 - Localização Colônia Potiritá	68
Quadro 3 - Local de Procedência dos Colonos.....	74

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Casa destruída na Fazenda Cachoeira – Colônia Potirítá.....	54
Fotografia 2 – Área desocupada na Fazenda Cachoeira – Colônia Potirítá.....	56
Fotografia 3- Ponto demarcatório entre Colônia do Oriente e Potirítá.....	60
Fotografia 4 - Estrada de acesso a Colônia do Oriente.....	61
Fotografia 5 - Fornos de Carvão – Colônia Oriente	62
Fotografia 6 - Linha de Transmissão de Energia e Mineroduto – Colônia Oriente.....	64
Fotografia 7 – Placa sinalizando Mineroduto Bauxita.....	64
Fotografia 8 - Associação dos Pequenos Produtores Rurais.....	65
Fotografia 9 – Mineroduto na Colônia Beira Rio – Km 23	67
Fotografia 10 – Tubo para levar resíduo do entupimento mineroduto	67
Fotografia 11 – Bacia receptora do resíduo da bauxita – Km 23.....	68
Fotografia 12 - Trecho do Rio Potirítá.....	69
Fotografia 13 - Posto de Saúde.....	70
Fotografia 14 - Escola na Colônia do Oriente.....	70
Fotografia 15 – Produção de banana e macaxeira	71
Fotografia 16 – Produção de mandioca, acerola e abacaxi	71
Fotografia 17 – Criação de porcos e patos	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Alumínio

ADIMB - Agencia Para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira

ALBRÁS - Alumínio do Brasil

ALCAN - Aluminium Company of Canadá

ALCOA - Aluminium Company of America

ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil

ALUVALE - Unidade Integrante da Vale do Rio Doce Alumínio

APPR - Associação dos Pequenos Produtores Rurais

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CADAM - Caulim da Amazônia S.A

CAP - Companhia de Alumínio do Pará

CBA - Companhia Brasileira de Alumínio

CBB - Companhia Brasileira de Bauxita

CCB - Conflitos no Campo Brasil

CEPASP - Centro de Educação Pesquisa Assessoria Sindical e Popular

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CNPQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico

CONTAG - Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura

CONAMA Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPRM - Serviço Geológico do Brasil

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CTMINERA - Centro Tecnológico Mineral

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

ELQUISA - Eletroquímica Brasileira S.A

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa agrícola

EPIA - Estudo Prévio de Impacto Ambiental

ESMAP - Programa de Assistência à Gestão do Setor de Energia

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FINEP - Financiadora de Estudo e Projetos

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico

ICMM - Conselho Internacional de Mineração e Materiais

ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços

IMAZOM - Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERPA - Instituto de Terras do Pará

LI - Licença de Instalação

LO - Licença de Operação

LP - Licencia Prévia

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MP - Ministério Público

MRN - Mineração Rio do Norte

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MVC -Mineração Vera Cruz S.A

ONG -Organização Não Governamental

PEA - Projeto de Engenharia Ambiental

PEC - Proposta de Emendas Constitucionais

PGE - Procuradoria Geral do Estado

PIB - Produto Interno Bruto

PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas

PPSA - Pará Pigmentos S.A

PRMC - Plano de Recuperação de Mata Ciliar

PROTERRA - Programa de Distribuição de Terra e Estimulo a Agroindústria Norte e Nordeste

PL - Projeto de Lei

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

RTZ - Rio Tinto Zinc

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

RODOBRÁS - Rodovia Belém Brasília

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

SEDECT- Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

SEURB - Secretaria de Urbanismo

SEMEC -Secretaria Municipal de Educação e Cultura

SECTAM -Secretaria de Estado Ciência Tecnológico Meio Ambiente

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente

SIT - Secretarias de Inspeção do Trabalho

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônica

STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

UFPA - Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 NOVAS PERSPECTIVAS A PARTIR DO PROJETO BAUXITA EM PARAGOMINAS.....	38
2.1 OCUPAÇÃO DE TERRA E A CRIAÇÃO DE COLÔNIAS.....	46
2.2 HISTÓRIA E O COTIDIANO DAS COLÔNIAS.....	58
2.3 CARACTERIZAÇÃO DAS COLÔNIAS.....	60
2.3.1 Colônia do Oriente.....	60
2.3.2 Colônia Fé em Deus.....	65
2.3.3 Colônia Beira Rio.....	66
2.3.4 Colônia Potirítá	68
2.4 PERFIL DOS COLONOS.....	72
2.5 NECESSIDADES PREEMENTES OU CONSCIÊNCIA DA NECESSIDADE.....	75
3 OUTRA HISTÓRIA: TERRAS GRILADAS EM PARAGOMINAS.....	79
3.1 GRILAGEM DE TERRAS.....	87
4 A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE E OS PROJETOS DE MINERAÇÃO EM PARAGOMINAS.....	104
4.1 INFLUENCIA EXTERNA E O CONTEXTO DA MINERAÇÃO REGIONAL.....	110
4.2 EMPRESA DE MINERAÇÃO E AS COLÔNIAS.....	112
5 A PARTICIPAÇÃO DOS COLONOS NA DISCUSSÃO DO PROJETO DA VALE.....	125
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS.....	152
APÊNDICES.....	161
ANEXOS.....	175

1 INTRODUÇÃO

Diante do quadro de crescimento da economia mineral e da magnitude de riquezas minerais existentes na Amazônia importa considerar e refletir sobre questões concernentes ao âmbito social e ambiental que permeia esse processo e desencadeia alterações significativas na dinâmica dos municípios palco da exploração de recursos naturais.

A rotina dos municípios sofre alterações por conta dessas transformações, comunidades que vivem basicamente do extrativismo, da agricultura de subsistência e da pesca, passam a conviver com mudanças estruturais que reconfiguram seu território ao limitar ou retirar as terras de cultivo, florestas, rios, lagos necessários ao modo de reprodução dos agentes sociais, desde então confrontados com esses projetos. Igualmente provocam um intenso processo migratório, motivado por novas oportunidades de emprego e expectativas de melhores condições de trabalho e de vida transformando a existência de diversos grupos sociais.

A pesquisa proposta responde por um estado de inquietação por parte da autora sobre o contexto social e as relações políticas e econômicas relativas à implementação do projeto Bauxita em Paragominas (PA). Parte dessas inquietações é também verbalizada por associações, comunidades organizadas, organizações não governamentais e instituições locais. Elas dizem respeito à repercussão da exploração de recursos naturais, quer sejam advindos de atividades voltadas à extração vegetal (que se intensificaram pela exploração madeireira), como também a extração mineral e a pecuária.

Tal como se desenvolvem no Pará, todas essas atividades têm sua parcela de responsabilidade quanto à incidência de impactos no meio ambiente, impacto este que não se restringe simplesmente à biota, mas repercute na sociedade como um todo. Os impactos são inevitáveis, mesmo que haja um planejamento prévio e ainda que medidas mitigadoras para lidar com os mesmos conduzam a um diferencial. Muitas vezes são considerados somente os fatores ambientais, embora os sociais sejam merecedores de especial atenção e de propostas que valorizem as localidades /comunidades lá estabelecidas.

É comum que as empresas que exploram economicamente os recursos naturais priorizem os resultados econômicos, e apesar de observadas as medidas concebidas por lei, cumprindo as exigências legais inerentes às responsabilidades voltadas para o meio ambiente¹

1Art. 3º. I. Meio ambiente: conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. [...] III - Poluição: a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: [...] b) criem condições adversas às

(Lei Nacional do Meio Ambiente nº. 6.938 de 31 de agosto de 1981 e Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), quase sempre deixem muito a desejar no que tange à sustentabilidade social². Daí a inquietação que passa pela falácia do desenvolvimento local, quando o crescimento não consegue proporcionar o esperado desenvolvimento, capaz de oferecer melhores condições de vida a população que vive no entorno das atividades de mineração.

Existe uma discrepância entre o potencial de recursos (vegetal, mineral e hídrico) disponíveis na natureza e a geração de riquezas que advém dos mesmos e o passivo ambiental. A falta de estrutura social e econômica, além da destruição ambiental, fica como legado as localidades, palco de atuação da exploração pelos grandes empreendimentos.

Na Amazônia os exemplos são fartos, apenas citando Laranjal do Jarí, em Macapá, Parauapebas, Serra dos Carajás, no Pará. O Brasil ocupa um papel de destaque na exploração de recursos naturais e, principalmente, minerais, destacando-se na exportação de *commodities*. A participação do Brasil no cenário das exportações tem como um dos fatores o baixo consumo *per capita* nacional, fazendo com que se tenha um grande excedente disponível para exportação.

A contribuição amazônica à economia nacional e internacional é destacada, pois na “área de mineração, metalurgia e siderurgia [...] A conta de minérios fecha em dois bilhões, 2,5 bilhões de dólares” (PINTO, L., 1994, p. 114).

Tendo em vista a relevância dos recursos minerais e projetos de exploração como contribuição para o crescimento econômico do país, a proposta deste trabalho acadêmico é analisar o que representam as intervenções realizadas por esses empreendimentos para as comunidades que dividem o mesmo espaço físico-geográfico. Estas comunidades locais também estão inseridas nesse processo de transformação, apesar de muitas vezes caber-lhes o papel de simples agentes passivos, que apenas sofrem a ação. As medidas asseguradas pela legislação ambiental, como no caso das audiências públicas, nem sempre são efetivadas, pois muitas delas são restringidas a meia dúzia de pessoas que se alcunham representantes das comunidades, quando de fato estas, geralmente, desconhecem a existência de tal procedimento.

atividades sociais e econômicas;

Art.6º. II - Órgão Consultivo e Deliberativo: Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), (Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, com fundamento nos incisos VI e VII do art. 23 e no art. 235 da Constituição).

2 Sustentabilidade social, que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por outro crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma sociedade boa. A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres. (SACHS, 1993).

A partir deste pressuposto, a problemática central da pesquisa parte da seguinte indagação: como e porque a participação da sociedade civil organizada e da comunidade local a ser afetada é apenas figurativa, apesar de todo o aparato legal existente voltado à exploração dos recursos minerais, impondo obrigações aos empreendimentos que exploram os mesmos? Tais empreendimentos, em geral, desconsideram as reivindicações e particularidades locais.

Desta forma, pretendeu-se estudar as comunidades no entorno do Platô Miltônia Três onde está concentrada a exploração de Bauxita, levando em consideração a área do mineroduto que abrange o município de Paragominas. Para obter a melhor apreensão do contexto em questão, abordar-se-á, de forma concisa, a inter-relação da empresa privada, no âmbito da exploração mineral, no caso representada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD/VALE) – através do Projeto Bauxita de Paragominas, com o poder local consubstanciado pela gestão municipal (prefeitura), e destes com as comunidades.

Este estudo propõe-se, dentre outras categorias, a considerar a Participação no sentido de apreender o seu significado no contexto estudado. Quando se pensa em “participação” logo se remete ao contexto político e a figura de um representante que lutará pelos interesses da coletividade. Contudo, esta categoria “participação” ultrapassa aquela noção clássica significando, primeiramente, “um estado de espírito e um modo de relacionamento entre as pessoas” (BORDENARE, 2007, p. 8) que as impulsiona a lutar por seus direitos individualmente ou associadas com seus iguais imbuídos dos mesmos objetivos.

Constitucionalmente falando, tem-se a participação popular que, por sua vez, é uma forma de atuação em que o cidadão se envolve com a esfera política seja de forma individual ou coletiva para representar e discutir seus interesses. Historicamente, sua efetivação ocorre por meio do voto, pelo qual o cidadão escolhe seus representantes considerando a Democracia Representativa (BENEVIDES, 2003).

Entretanto, alguns fatores do contexto atual colocam em cheque essa forma clássica de representação e participação. São eles: o modelo de desenvolvimento econômico, que traz em seu bojo as desigualdades sociais dele decorrente, a urgência no trato das questões ambientais no que tange às formas de uso e de apropriação do solo; e, por fim, o desgaste do desempenho do Estado. Nesse prisma, Tenório (1997) refere-se à conquista da cidadania a partir da consolidação da democracia considerando todo um processo de transformação gradual na sociedade, inclusive na postura do próprio Estado que assume a condição de parceiro com a sociedade a fim de dirimir problemas sociais.

Este contexto conduz para o questionamento do papel do Estado e para a reforma da

Democracia Representativa. Fala-se em democracia mais participativa numa nova forma de atuação do cidadão, na sociedade como um todo. No entanto, a participação não se canaliza exclusivamente por meio dos partidos políticos (BORDENAVE, 2007). A participação constitui-se em um processo que tem sido edificado com conquistas pontuais, impedimentos e muita reprovação às novas formas de organização social e participação do cidadão na gestão da sua sociedade.

Como para Bordenave a Democracia é o próprio estado de participação, tratando desse tema o autor afirma que “Do ponto de vista dos setores progressistas, a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade” (BORDENAVE, 2007, p. 12).

A grande questão dos estudos teóricos é responder o que é participação. Para Souza (2000), Participação é processo existencial concreto que se reproduz na dinâmica da sociedade e se expressa na própria realidade cotidiana dos diversos segmentos da população (SOUZA, 2000). Neste trabalho, outras categorias também embasarão a pesquisa conduzindo a uma melhor compreensão do objeto de estudo.

Por sua vez, será trabalhada a categoria conflito e suas implicações considerando o contexto estudado, quando serão feitas abordagens a luz das conceituações adotadas por Simmel (1983), além de serem mencionadas questões concernentes à ação social e ao poder e suas manifestações. Para tanto, serão basilares também os pressupostos de Max Weber (2002), Bourdieu (2002), Foucault (1979) entre outros. Em direção ao objeto de pesquisa desta dissertação foi necessário partir para a pesquisa *in loco*, sendo feita a primeira visita à colônia do Oriente em novembro de 2008.

Esse momento propiciou uma visão preliminar da realidade empírica local, sendo bastante significativo ao elucidar um panorama de como os agentes sociais reproduziam o seu modo de vida. Foi possível aferir, ainda que parcialmente, as formas de existência cotidiana das colônias, tornando-se determinante para definir as futuras abordagens junto aos agentes que compõem esse contexto específico e definir quais as técnicas a serem utilizadas para melhor compreender essa realidade.

Inicialmente, o objetivo era estudar a Colônia do Oriente e Beira Rio, já em campo veio ao conhecimento a existência de outras lideranças comunitárias oriundas da divisão da colônia do Oriente, por uma questão de logística em virtude da extensão de terras e também de dois assentamentos mais recentes, um que recebe o nome Potiritá, devido ser este o nome do rio que divide a colônia e outra chamada Lagoa Grande, que corresponde a uma área que

faz parte da Fazenda Bel Minas.

Na pesquisa *in loco* foi possível detectar outras problemáticas a partir da vivência local, identificando questões, como por exemplo, a disputa por terras e a luta por aquisição do título de propriedade junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), bem como as relações conflituosas travadas com os que se alcunham donos das mesmas.

O horizonte de pesquisa se tornou mais abrangente em decorrência dessas novas observações, que transcenderam a questão da participação no contexto da mineração, que não se perdeu no enfoque, mas foi enriquecido por essas novas nuances que permitiram evidenciar outros dilemas vivenciados pelos mesmos. Essas nuances perpassam pela garantia da reprodução física, social e cultural e que, neste caso, tornaram-se tão ou mais pertinentes que as implicações decorrentes da implantação de um projeto de extração mineral, considerando que, primeiramente, precisam assegurar seu próprio território.

As categorias mencionadas se justificam pela própria dinâmica desencadeada na reprodução do modo de vida desses atores, onde pressupõe interações pacíficas como também conflituosas e posições de dominação respaldadas pela detenção do poder econômico e político ou pela ausência destes. Assim, é central na pesquisa caracterizar as relações que se estabelecem no âmbito do convívio social nesta realidade e que refletem também de certa forma as diretrizes tomadas na sede municipal.

O município de Paragominas ocupa uma posição privilegiada no contexto local e nacional, abriga uma gama diversificada de recursos minerais no seu território, como as minas de bauxita de alto teor, caulim e outros. Inicialmente, a nova cidade atraiu as pessoas por possuir uma floresta exuberante, com muitos cursos d'água, que demonstravam sua riqueza e fertilidade, bem como o apoio e benefícios fiscais concedidos pelo governo, por meio de programas e órgãos como Programa de Redistribuição de Terras e de Estimulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), bancos oficiais que tornavam o município promissor (LEAL, 1988, p. 116).

O desenvolvimento econômico do município de Paragominas foi marcado por atividades econômicas intensas e concomitantes. Primeiro, a criação de gado, reconhecida nacionalmente, apoiada nas terras com qualidade “adequadas para plantio de pastagens”, atraiu pessoas dos Estados de Goiás e Minas Gerais, o que explica a origem do nome da cidade. Segundo, foi o surgimento da exploração madeireira³, paralelo à pecuária. A atividade

³ A primeira serraria foi construída em 1961 e de acordo com as necessidades locais, foram surgindo diversas

madeira provocou a exploração intensiva das florestas. Esta é bastante emblemática por conduzir a dinâmica da economia de forma determinante, o que trouxe famílias do sul e sudeste do país. Mais recentemente, o agronegócio apresenta-se promissor com o investimento em grãos, concomitante com a extração de bauxita. Esse ritmo de crescimento garante a Paragominas uma posição de destaque nos planos de desenvolvimento econômico da Amazônia.

O município apresenta posição geográfica estratégica, que oferece vantagens comparativas a investidores, devido à facilidade de escoamento da produção através de rodovias e hidrovias. A mineração com a implantação do projeto Bauxita da Companhia Vale do Rio Doce trouxe investimentos em infraestrutura e mais empregos para o município. É possível supor que estes transformaram as oportunidades em desenvolvimento, porém cabe ponderar a que preço.

É importante ressaltar que na ocupação da Amazônia até o final da década de 1990 pouca atenção foi dispensada para as questões ambientais, fato que caracterizou toda a história brasileira, o desenvolvimento pressupunha a necessidade de desmatar para sua efetivação, como se fosse sua antítese.

Paragominas revela as incongruências e paradoxos do desenvolvimento, como a questão do conflito pela posse de terras, as carvoarias (queimadas), inclusive com o trabalho infantil, seguido de acidentes decorrentes do perigo desta atividade, o impulso da migração, que foi intensificado com a exploração mineral e o acelerado desmatamento advindo da pecuária, ocasionando impactos significativos ao ecossistema e as populações indígenas. Desta forma, alguns desses aspectos têm sido total ou parcialmente equacionados, enquanto outros, como por exemplo, o conflito pela posse da terra continua bem intenso.

Quase toda a produção mineral no Estado do Pará é voltada para o mercado internacional de bens minerais. Afirmação que é compartilhada por Santos quando afirma que

Os processos de ocupação da Amazônia tinham por objetivo a resolução de problemas alheios à realidade regional, como por exemplo, o abastecimento de mercados normalmente externos, absorção de contingentes migratórios expulsos de outras regiões em consequência das distorções do desenvolvimento sócio econômico brasileiro. [...] o processo de ocupação da Amazônia tem acompanhado a tendência econômica brasileira, sendo essencialmente concentrador de renda (SANTOS, 2002, p. 123).

A ocupação da Amazônia obedeceu em parte os preceitos mencionados por Santos,

indústrias, que contribuíram para o desenvolvimento econômico do município, além de oferecerem campo de trabalho para a população, que subsistia do plantio de roças ou trabalhando para a Empresa RODOBRÁS, em regime de emprego (LEAL, 1988).

considerando a solução de problemas de outras regiões (Nordeste, Centro-Sul) e a conformidade com estratégias de geopolítica nacional. Neste contexto é decretada a vida administrativa do Município de Paragominas, criado pela Lei nº. 3.235, de 04/01/1965, durante o governo de Jarbas Passarinho.

A nova jurisdição foi formada pelo desmembramento dos municípios de São Domingos do Capim e Viseu. Este pertence à Mesorregião do Nordeste paraense e Microrregião de Paragominas, limita-se com os seguintes municípios: ao norte com os municípios de Ipixuna do Pará, Viseu e Nova Esperança do Piriá; ao sul com Ulianópolis; a leste com o Estado do Maranhão; e a oeste com Dom Elizeu e Rondon do Pará.

O clima característico da região é o tropical úmido, com temperaturas médias em torno de 26°C, com máximas de 32,7°C e mínimas de 21,7°C. A umidade relativa do ar é elevada, em média 80%, variando para 87% nos períodos chuvosos. A distribuição de chuvas no ano revela dois períodos distintos, um chuvoso (dezembro a maio) com 84% das precipitações anuais, e outro menos chuvoso (junho a dezembro) com 16%. A precipitação média de Paragominas está em torno dos 1.800mm.

Na geologia da região se encontram diversas formações com características distintas e com ocorrência de diversos tipos de minerais, sendo os principais a bauxita, caulim, areia, argila, dentre outros. A geologia do município é representada pela formação de Itapicuru, do Cretáceo, que apresenta arenitos, predominantemente vermelhos, finos, caulínico, argilitos vermelhos laminados e calcário margoso fossilífero.

Existem vários rios na topografia do município. Na porção Sudeste-Nordeste está o rio Gurupi, que separa o Pará do Maranhão. Na sua margem esquerda, aparecem vários afluentes, que se localizam no Município, tais como Gurupizinho, Uraim, Coaraci-Paraná, Croantá e Piriá. Em direção oposta em sentido oeste, está o rio Surubiju, que limita o município com Rondon do Pará e recebe uma série de igarapés na sua margem direita, que pertencem a Paragominas. O rio Surubiju é o afluente mais importante do rio Capim nesse município (PARAGOMINAS, 1999).

A sede municipal é a cidade de Paragominas, fica a 12 km da Belém-Brasília (BR-010). A área do município é de 19.395,60 km², com uma população de 76.450 habitantes, sendo 58.240 (76,18%) na zona urbana e 18.210 (23,82%) na zona rural, onde 50,76% são homens e 49,24% mulheres (IBGE, 2000). É uma região de intenso fluxo migratório, onde os paraenses correspondem pela minoria da população, enquanto os nordestinos compõem a maioria dos residentes, seguidos de mineiros, goianos, gaúchos e catarinenses.

O município teve de lidar desde a sua origem com o processo migratório que a princípio não se constituiu um problema, mas se interpretava o povoamento como uma necessidade iminente em vista de um desenvolvimento. Posteriormente, quando o município já dispunha de infra-estrutura por ocasião da implementação de projetos de exploração mineral, o processo de migração começou a despertar incomodo, pois preconizava o agravamento de problemas sociais que precisariam ser equacionados.

Paragominas nasceu em função da construção da rodovia Belém-Brasília (BR-010), obra implantada pelo então Presidente da República Sr. Juscelino Kubistchek de Oliveira na metade década de 1950. A finalidade dessa rodovia era a integração de outros Estados do Brasil com a Região Norte, bem como colonizar as terras ao longo da rodovia.

Antes da rodovia Belém-Brasília, na tentativa de colonizar a terra, foram criadas três Companhias Colonizadoras - Colonizadora Belém-Brasília; Colonizadora Marajoara e, por último, a Cidade Marajoara - que não obtiveram êxito. A proximidade da estrada Belém-Brasília provocou uma procura intensa pela terra entre proprietários de Minas Gerais e Espírito Santo, além de companhias de especulação de terras de São Paulo, ao mesmo tempo em que camponeses penetravam em terras da região, com o objetivo de enfrentar a competição com os “grileiros”, os quais emitiam títulos falsos que os asseguravam, através do uso da força.

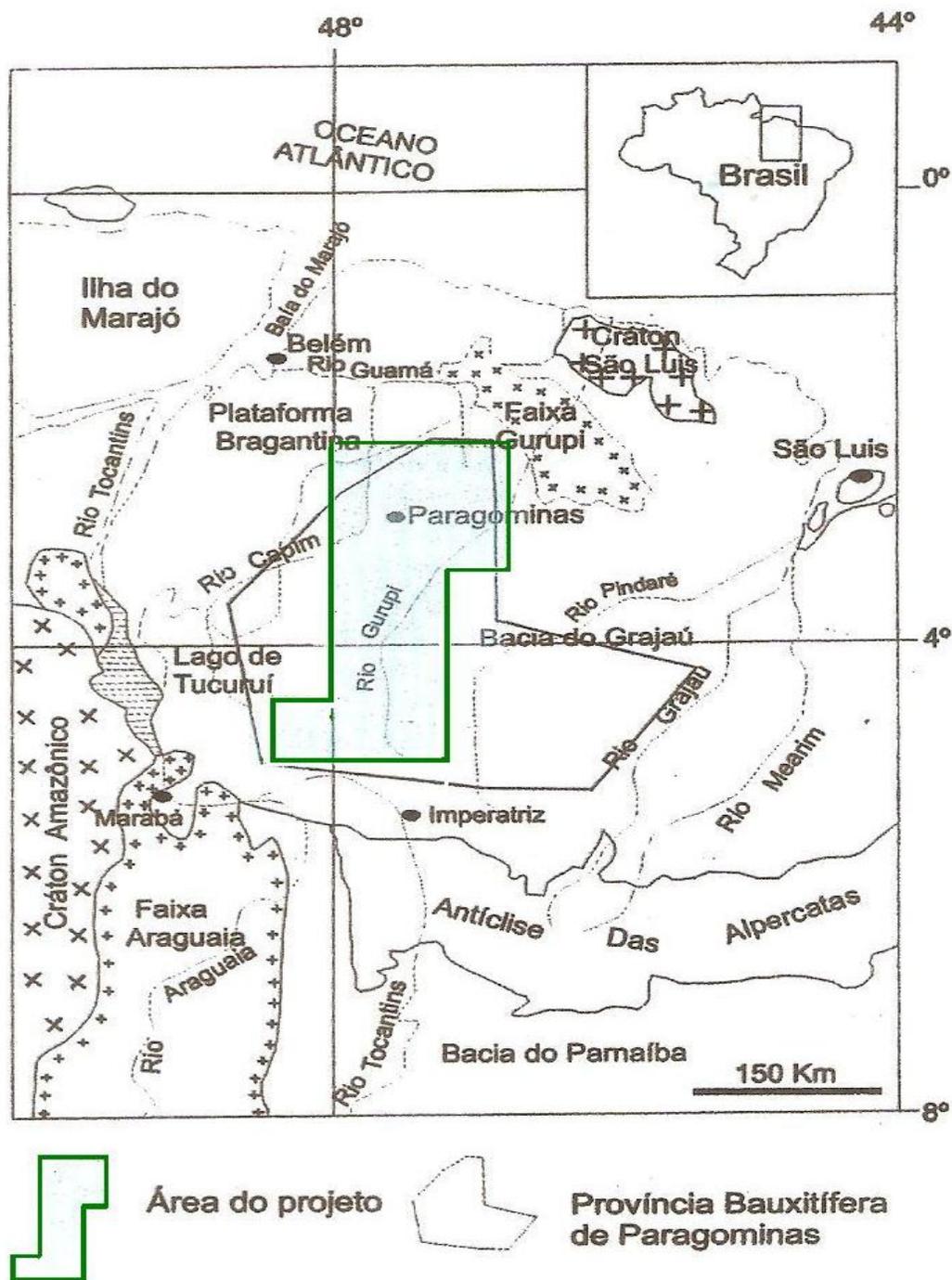
Como já mencionado, dentre as atividades econômicas destaca-se o extrativismo, sendo o setor madeireiro responsável por 92% do que é arrecadado de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) do município. Paragominas produz 60% desse subproduto da madeira que é utilizado pelas Indústrias Siderúrgicas do Estado do Pará e Maranhão (DIAGNÓSTICO.... 2000).

Atualmente, a extração de bens minerais ocupa um papel fundamental no crescimento de Paragominas e representa um incremento na receita do município, sendo responsável por investimentos, principalmente, em infra-estrutura da sede do município.

A Província Bauxitífera de Paragominas ocupa área da ordem de 50.000 Km², localizada nas porções leste do estado do Pará e oeste do estado do Maranhão, na Amazônia Oriental. Trata-se do mais extenso e denso agrupamento de depósitos de bauxita da Amazônia e do Brasil e possui cerca de 300 Km de extensão norte – sul por até 200 Km na direção leste – oeste. As reservas de minério metalúrgico aproveitável estão avaliadas atualmente em cerca de 2000 Mt, o que constitui aproximadamente 60% das reservas brasileiras de bauxita. O potencial individual dos maiores depósitos pode alcançar 150 – 170 Mt, caso do Platô Miltônia, situado a cerca de 50 Km a sudoeste de Paragominas (KOTSCHOUBEY et al, 2005, p. 691).

No setor mineral, com as prospecções efetuadas na região, foi revelada a ocorrência de

grandes jazidas de bauxita, que se encontram atualmente em fase de desenvolvimento tanto da mina quanto do mineroduto. O início da produção da mina ocorreu no começo de 2007, e a previsão de produção inicial foi de 4,5 mil ton. por ano.



Mapa 1 - Localização Província Bauxitífera de Paragominas
 Fonte: Kotschoubey et al (2005, p. 692)

Paragominas tem uma história de extrativismo que remonta desde o início de sua

ocupação, fato que é recorrente em vários municípios da Amazônia. A exploração madeireira foi o carro chefe na dinamização da economia durante muito tempo e continua tendo um papel preponderante no processo econômico.

A exploração mineral também é bem marcante no cenário econômico municipal, destacando-se o caulim e a bauxita. Paragominas tem o primeiro mineroduto de bauxita do mundo, e este transporta o minério de Paragominas até Barcarena, onde a bauxita é processada em alumínio na refinaria Alumina do Norte do Brasil (ALUNORTE).

No que tange ao desenvolvimento local, conta com um pólo moveleiro, projeto que teve início em 2001, inspirado em um modelo industrial italiano, da região da Lombardia, tendo sido selecionados também mais três distritos industriais além de Paragominas para a implantação do projeto: Tobias Barreto (SE); Campina Grande (PB) e Nova Friburgo (RJ). Este projeto contou com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE Nacional), da Câmara de Comércio de Milão (Promos), Governo do Estado do Pará e da prefeitura de Paragominas, tendo como objetivo contribuir para aumentar a capacidade competitiva das pequenas empresas (SEBRAE, 2008).

A VALE continua expandindo seus investimentos em projetos mínero-metalúrgicos, também voltados para uma refinaria de alumina, como se pode observar no trecho a seguir:

A CAP responderá pela implantação e operação de uma refinaria de alumina, em Barcarena, e terá como sócios a própria Vale (80%) e a Hydro Aluminium (Hydro) (20%). A capacidade de refino será inicialmente de 1,86 milhão t/ano de alumina, através de duas linhas de 930 mil t/ano. A nova refinaria terá potencial para aumentos futuros de capacidade, a qual poderá atingir até 7,4 milhões t/ano. O investimento na CAP é da ordem de US\$ 2,2 bilhões e está previsto para começar em outubro deste ano. O início das operações deve acontecer no primeiro semestre de 2011. A Vale investirá US\$ 487 milhões em Paragominas III, cuja produção saltará das atuais 9,9 milhões t/ano para 14,85 milhões t/ano de bauxita (que será fornecida à CAP). Paragominas III deverá entrar em operação simultaneamente ao primeiro módulo da CAP, no primeiro semestre de 2011. A fase de implantação dos dois projetos deve gerar cerca de 9 mil empregos no pico da construção e, quando concluídos, sua operação será responsável por 847 empregos diretos e 690 empregos indiretos (BRASIL MINERAL, 2008).

O Conselho de Administração da VALE aprovou investimentos no projeto de construção de uma refinaria de alumina: Companhia de Alumina no Pará (CAP) e a expansão da capacidade da mina de bauxita e Paragominas (Paragominas III), ambas situadas no Estado do Pará (BRASIL MINERAL, 2008).

Compreender o projeto de exploração mineral e impacto sobre segmentos sociais no município de Paragominas orienta a destacar grupos sociais do entorno de projetos no que se constitui como “comunidades rurais”.

a) PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em questão foi desenvolvida no município de Paragominas onde foram entrevistadas lideranças e colonos da Colônia do Oriente, Colônia Beira Rio, Colônia Fé em Deus e Potiritá que se encontram aproximadamente a 22 km do Platô Miltônia Três, incorporado no Projeto Mina de Bauxita de Paragominas, da Companhia Vale do Rio Doce. O objetivo foi investigar a atuação das comunidades e sua relação com o poder local e com a empresa de mineração.

Buscou-se analisar o papel que as comunidades rurais desempenhavam em relação à participação no sentido de apreender o seu significado no contexto estudado, bem como analisar a compreensão que os diversos atores sociais envolvidos no contexto da mineração detêm sobre essa participação. Entende-se que comunidade é uma unidade social apropriada para a ação social e política⁴. Noção que difere daquela apresentada pelas empresas de mineração e que instrumentalizam através dos manuais, aqui referindo explicitamente ao documento “Ferramentas para Desenvolvimento de Comunidades. Tooklist de Desenvolvimento em Comunidades” de 2005.

Procurou-se compreender a dinâmica da participação, mapeando os atores envolvidos, percebendo suas contradições e estratégias de intervenção. Desta forma, a metodologia tentou apreender essas dimensões sociais e políticas levando em consideração o processo de articulação das comunidades em relação ao poder local e a empresa de mineração a partir da implantação do Projeto Bauxita.

Dentro desta perspectiva, pretendeu-se constatar como as comunidades estavam organizadas considerando as associações de moradores, centro comunitário, presença de Organizações Não-Governamentais (ONGs), para articular suas ações em consonância com seus interesses. E ainda saber, se a organização ou ausência dela tem contribuído ou não para o alcance das reivindicações? E qual o nível de interação entre a empresa de mineração, as comunidades no entorno do Projeto Bauxita e o poder local?

O primeiro contato com os atores sociais locais aconteceu em um *survey* realizado em novembro de 2008, com visita à Colônia Oriente, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paragominas e a algumas secretarias. Nesse momento, fez-se o reconhecimento da área de estudo e se estabeleceram alguns contatos com pessoas chave na comunidade. Foi aplicado um questionário (pré-teste) com cinco perguntas direcionadas que objetivaram obter o

4 Anotação de comentários realizados pelo prof. Alfredo Wagner Berno de Almeida no Grupo Quilombos da Associação Brasileira, 27ª Reunião da ABA, Belém, de 1 a 4 de agosto de 2010.

panorama geral da comunidade para embasar posterior definição de estratégias de coleta de dados. As perguntas elaboradas foram:

- 1) Quais as principais mudanças ocorridas no cotidiano da comunidade a partir da implementação do projeto de extração de minério na região?
- 2) Qual a principal atividade econômica da comunidade, qual o mercado da produção agrícola?
- 3) Quais as principais reivindicações (necessidades) da comunidade?
- 4) Como os moradores da comunidade estão organizados; tipo de associação, clube, outros.
- 5) Como a comunidade esta estruturada em termos de saúde, educação, saneamento básico, energia elétrica, transporte.

O mesmo procedimento de perguntas direcionadas foi conduzido no Sindicato de Trabalhadores Rurais ao secretário de Política e Organização Social na época, Senhor Guilherme Ferreira Brito. As perguntas elaboradas foram:

- 1) Quais as contribuições do sindicato para o município, localidade, comunidade?
- 2) Quais as conquistas mais relevantes?
- 3) Quais as maiores dificuldades encontradas para a implementação e ou alcance dos objetivos propostos pelo sindicato?
- 4) Quais as comunidades rurais que estão diretamente afetadas pela extração de bauxita no Platô Miltônia em Paragominas.
- 5) Que políticas públicas estão vigentes na área rural do município?

Inicialmente, o objetivo era estudar a Colônia do Oriente e a Beira Rio, porém obteve-se a informação de que existiam outras lideranças comunitárias oriundas da divisão da colônia do Oriente, e também se tomou ciência de dois assentamentos mais recentes, um que recebeu o nome Potiritá, devido ser este o nome do rio que passa bem perto e outro denominado Lagoa Grande.

Na primeira ida a campo não foi possível visitar as colônias Beira Rio, Potiritá e Fé em Deus, a informação coletada partiu dos moradores da colônia do Oriente. A visita a colônia do Oriente também foi muito rápida, tendo entrevistado somente três pessoas.

Na tentativa de identificar as comunidades que ficavam no entorno do Projeto Bauxita, deparou-se com a ausência de informações concernentes as mesmas por parte do Sindicato de Trabalhadores Rurais, que demonstrou conhecimento apenas quanto às colônias que estavam

às proximidades de Ipixuna e da extração de caulim no rio Capim.

Finalmente, foram obtidas informações preciosas a respeito das comunidades alvo de estudo a partir de entrevistas feitas na feira dos produtores rurais de Paragominas, mais precisamente por intermédio do presidente da feira que também era presidente da Associação de Moradores da colônia São Lucas às proximidades do município de Ipixuna.

De volta a sede do município de Paragominas, já nas proximidades do ponto de ônibus onde se deveria descer, entrou no ônibus o vice-presidente em exercício da colônia do Potirítá, apenas para cumprimentar o condutor do ônibus, o Sr. Pedrão, que imediatamente disse: *“Senta ali do lado daquela moça que ela quer falar contigo”*. O representante dos colonos, porém, respondeu: *“Não posso não, agora estou com pressa”*. Nesse momento Sr. Pedrão, então, entrevistou dizendo: *“Aquela moça é pesquisadora da universidade e quer saber lá de Potirítá.”* Foi aí que meio a contra gosto sentou-se ao meu lado e conversamos sobre a situação de vida na colônia.

O processo de investigação permeia todo trabalho de pesquisa e remete ao preparo necessário do pesquisador e sua capacidade de apreensão da realidade de forma acurada como fator crucial ao bom desenvolvimento da pesquisa. É fundamental o olhar, o ouvir e o escrever, como menciona Oliveira (1996).

Yin (2001) sugere a existência de etapas distintas e ao mesmo tempo complementares, que constituem momentos estratégicos e podem aumentar a eficácia do trabalho de pesquisa, quando devidamente explorados e utilizados de forma a explicitar a realidade e suas nuances dentro do contexto estudado.

Nessa perspectiva, o pesquisador precisa estar aberto, atento a novidade, um “fenômeno para o qual o paradigma não prepara o investigador [...] [que] desempenha um papel essencial na preparação do caminho que permitirá a percepção da realidade” (KUHN, 1975, p. 84). A novidade é percebida a partir da “anomalia”, ou seja, a partir da diferença que vai ser trabalhada, burilada pela habilidade, domínio teórico e capacidade de observação e sistematização do pesquisador.

Assim, é bastante relevante levar em consideração a idéia de movimento, analisar a realidade considerando a sua dinâmica e o seu contexto imediato, evitando absolutizar “verdades” como sendo estáticas, e sim as vendo como um agrupamento de “verdades relativas” que fazem parte do conhecimento objetivo absoluto. Aqui Lefebvre (1991), refere-se ao “relativismo dialético” como uma perpétua superação dos limites de nosso conhecimento.

Nesse contexto, a abordagem nesta dissertação buscou se desenvolver com base no trabalho etnográfico que consiste em desenvolver a empiria atingida pela observação e a reflexão da prática da pesquisa. Esta técnica foi inaugurada por Malinowski em *Os Argonautas do Pacífico* e suas contribuições para as questões concernentes a pesquisa em questão cingiu a abordagem da realidade local associada ao todo contextual no qual está inserida. Malinowski (1976) sistematizou as regras metodológicas para a pesquisa antropológica: a idéia que caracterizava o método era a de que apenas mediante a imersão no cotidiano de outra cultura é que o antropólogo pode chegar a compreendê-la.

Essa técnica foi utilizada para não incorrer no erro que Malinowski (1976, p. 18) demonstra ser o de apresentar os dados adquiridos sem fazer qualquer referencia aos processos utilizados para sua aquisição. Desse modo, buscou-se alcançar o pressuposto exigido pela etnografia que é a análise do todo para melhor entender as partes que o compõem, o que por sua vez caracteriza a descrição, bem como a concepção interacionista da realidade. E nas palavras de Malinowski (1976, p. 18), “um método que pode ser utilizado em qualquer ramo do conhecimento”

A pesquisa etnográfica pressupõe interação entre os atores envolvidos no contexto estudado e é responsabilidade dos mesmos na construção de sua própria realidade, pois como diz Boumard:

[...] o olhar etnográfico define uma **postura** e não somente uma técnica. Mas esta postura pressupõe, ela própria, uma concepção da realidade tal como a apresenta o interacionismo simbólico. O real não se encontra aí pré-definido. Através da noção de definição da situação, impõe-se a idéia de que são os próprios atores que definem a situação na qual se encontram, e ao fazerem-na, estão a construí-la. (BOUMARD, 1999, não paginado).

Assim, justifica-se a utilização do método etnográfico, pois, a coleta de fatos em si é um procedimento científico insuficiente; “os fatos existem apenas na medida em que são ligados a teorias, e as teorias não são destruídas pelos fatos – elas são substituídas por novas teorias que expliquem melhor os fatos” (KAPLAN; MANNERS, 1981 apud STEWARD, p. 25).

Neste sentido, a etnografia corresponde aos primeiros estágios da pesquisa: observação e descrição, ou seja, o trabalho de campo. Refere-se também à observação direta da vida cotidiana (padrões de comportamento), ou seja, a particularidade de pessoas ou de determinado grupo de pessoas, que estão vinculadas a um determinado tipo de interação, por um determinado período de tempo.

A pesquisa etnográfica⁵ favoreceu o aprofundamento da compreensão acerca das relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas entre os atores sociais e as instituições públicas e privadas, no que se refere à dinâmica do processo de planejamento, gestão e participação. A etnografia, portanto, ajuda a esclarecer sobre o modo de vida das pessoas das comunidades estudadas, suas interações com o meio social em que vivem e o relacionamento com os meios de produção existentes, ou seja, como reproduzem seu cotidiano. Por outro lado, parte de um contexto maior, olhando a comunidade como uma unidade de ação política e destaca uma particularidade generalizável desse contexto.

Nesse sentido a pesquisa de campo feita em Paragominas, contemplou 05 viagens no total que foram realizadas em diferentes épocas do ano, ou seja, um Survey em Novembro de 2008, três viagens em 2009 e uma em 2010 a área de estudo. O diário de campo foi utilizado para que todos os elementos do processo investigativo fossem devidamente registrados.

Nesta pesquisa podemos salientar a contribuição teórica de Max Weber ao considerar o objeto da sociologia a ação social, como fruto da subjetividade, baseado em critérios internos dos indivíduos, não se tratando de uma referência subjetiva a algo já dado e sim a representação que o indivíduo, como agente, tem do curso de sua ação, que comanda sua execução, pois segundo Gabriel Cohn em sua introdução para o livro *Economia e Sociedade* “Tudo passa pelas concepções ou representações que os agentes têm dos motivos, meios e fins das ações sociais em que se envolverem” (COHN, 1991 apud WEBER, 1991).

Desta forma foi possível identificar e abordar a ação dos indivíduos diante da realidade por eles vivenciada em direção as reivindicações por melhorias do seu cotidiano, movidos por necessidades individuais que eram compartilhadas por seus pares, que associados ou não, buscaram alcançar suas reivindicações rumo às mudanças.

Ainda os pressupostos de outros autores também foram utilizados apesar da aparente contradição teórica se considerado o conjunto de conhecimento como um todo, porém em alguns aspectos deste conhecimento e em virtude da própria exigência, na ênfase e descobertas no decorrer da pesquisa, foi possível elucidar outros princípios como contributo para expor a realidade encontrada em um determinado momento, como por exemplo, os de Durkheim (1991) e Bourdieu (1997, 2000, 2001, 2009), dentre outros.

⁵ Etnográfica: vem do grego grafo e significa escrever sobre, escrever sobre um tipo particular – um etno ou uma sociedade em particular. É parte integrante da etnologia, é a forma de descrição da cultura material de um determinado povo (KAPLAN; MANNERS, 1881; LÉVI-STRAUSS, 1993). Nesse sentido, a etnografia compreende a parte dos estudos antropológicos que corresponde à fase de elaboração dos dados obtidos em pesquisa de campo. A escolha desse enfoque constituiu, de fato, um desafio e aprendizado, pois formação acadêmica e profissional desta pesquisadora é na área da administração, mais tendente a uma racionalização de procedimentos.

A segunda visita de campo ocorreu de 13 a 16 de outubro de 2009 quando foram feitas entrevistas na Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Técnico da Prefeitura, na ONG Cáritas, na Secretaria de Agricultura e houve algumas tentativas de contato frustradas como na Secretaria de Saúde, no Sindicato dos Produtores Rurais, na Secretaria do Meio Ambiente e no Sindicato de Educação.

A terceira oportunidade ocorreu logo em seguida nos dias 19 a 24 de outubro de 2009, quando foram feitas novas entrevistas no Sindicato de Produtores Rurais, na Secretaria de Meio Ambiente, à VALE, ao presidente do Sindicato de Educação, que estava em exercício no período em que ocorreram as audiências públicas que antecederam a construção do mineroduto, ao enfermeiro que lidera as equipes que fazem as visitas periódicas às colônias, bem como foram feitas visitas nas colônias entrevistando lideranças e os demais colonos lá residentes.

O dia 01 de dezembro de 2009 foi marcado pela tentativa frustrada de concluir as entrevistas na colônia do Oriente, justamente às famílias que se encontram na área onde passa o mineroduto. A impossibilidade se deveu a um momento delicado em que se encontravam as colônias alvo do estudo, mais precisamente as colônias do Oriente e Potirítá, quando realizaram um protesto, no dia 4 de dezembro de 2009, em decorrência da reintegração de posse de terras concedida pela governadora do Estado do Pará que teve repercussão em todo o campo paraense, assunto que será abordado com mais detalhes no primeiro capítulo desta dissertação.

Alguns colonos envolvidos por momentos de tensão e incerteza quanto à permanência ou não nas terras ocupadas estavam inseguros e desconfiados com a presença de pessoas estranhas inquirindo a respeito do seu modo de vida e passaram a questionar a procedência e permanência da pesquisadora no meio deles. A partir de então, o desenrolar dos acontecimentos foram acompanhados através de contato telefônico com uma das lideranças de uma das colônias entrevistadas com anterioridade.

No dia 20 de dezembro de 2010, foi efetuada a quinta viagem de campo ao município de Paragominas cujo objetivo encerra a oportunidade de acompanhar de perto o desenrolar dos acontecimentos referente às reivindicações dos colonos quanto à melhoria das condições de vida no meio rural. Também teve como objetivo se ater as questões referentes à posse das terras por eles ocupadas. Outro fator norteador do retorno a pesquisa de campo foi devido a oportunidade de retomar as entrevistas com aqueles que ocupam área de passagem do mineroduto, fato que foi interrompido em decorrência da reintegração de posse das terras das

fazendas Independência e Cachoeira.

O contato mais freqüente estabelecido com os colonos e suas lideranças em campo propiciou maior entrosamento que funcionou como fator facilitador na obtenção de esclarecimentos e informações resultantes da proximidade entre pesquisador e os diferentes atores, conferindo certo grau de confiabilidade nas interações. Fato que foi constatado nesta viagem a partir da obtenção de material informativo sobre as colônias que outrora não havia sido disponibilizado.

A experiência em campo conduziu-se para áreas dentro das próprias colônias, visitadas anteriormente, porém até então desconhecidas, fato que se deveu a limitação do guia anterior e ao tempo que o mesmo dispunha para desempenhar essa tarefa que lhe havia sido conferida pela presidente da colônia Potiritá. Essa nova tentativa contou com a colaboração da presidente da colônia Potiritá, como condutora até as áreas não visitadas nas viagens de campo anteriores, correspondentes a colônia Oriente, Beira Rio e Potiritá.

Várias tentativas foram feitas para visitar as colônias Beira Rio e Oriente, no propósito de obter maiores contribuições através de depoimentos dos que se encontram em áreas onde passa o mineroduto que transporta bauxita. Em decorrência da distância entre uma área e outra e por ser de difícil acesso com muitas ladeiras (subidas e descidas) abruptas, foram feitas oito tentativas de novas entrevistas, porém apenas quatro foram bem sucedidas, pois nas demais as pessoas não foram encontradas em suas residências ou em seus cultivos.

Nesta viagem a campo, foi possível retificar informações referentes à Colônia Beira Rio obtidas anteriormente. Por ocasião da última visita a campo, encontraram-se na vila - denominada por seus ocupantes de Patrimônio- dez casas, e a indicação feita por moradores era de que o mineroduto passava na frente das mesmas. Segundo informações *in loco* não haviam sido pagas indenizações as famílias, devido o mineroduto passar fora da área que eles ocupavam. O que se pode observar foi o desconhecimento dos que ali se encontravam quanto a pagamento de indenizações na Colônia Beira Rio.

A viagem a campo trouxe oportunidade para elucidar e esclarecer essa questão, quando foi encontrado um colono na colônia Beira Rio que tinha sido indenizado devido passar o mineroduto pela área da colônia, ocupada por ele. Trata-se de um morador do município há mais de trinta anos e portanto testemunha ocular das transformações decorrentes da extração de bauxita no município, desde a abertura dos primeiros poços na busca pelo minério, bem como dos trabalhos iniciais para a construção do mineroduto, a partir do trabalho de topografia. Em suas palavras “você não poderia ter vindo em melhor lugar porque

eu vi e acompanhei todo o processo de construção do mineroduto, vi e fiquei em cima” (Entrevista realizada com o Sr. A. V S, da Colônia Beira Rio, em dezembro de 2010).

Por ocasião dos trabalhos iniciais para a construção do mineroduto, a Colônia Beira Rio recebeu a visita de técnicos da empresa de mineração – VALE, na área denominada Patrimônio, com o intuito de estabelecer valores que seriam pagos como forma de indenizações, que teriam por princípio o levantamento das benfeitorias efetuadas na área. Essas visitas foram em número de quatro até serem definidas as seis pessoas contempladas com indenizações (informações obtidas com colono em entrevista na Colônia Beira Rio em dez/ 2010).

As entrevistas contemplaram atores tanto da área rural como da sede do município de Paragominas conforme segue especificado.

Local da Entrevista	Número de Entrevistas
Município de Paragominas – Sede município.	14
Município de Paragominas – área rural	28
Município de Belém	02
Total de Entrevistas	44

Quadro1 - Entrevistas Pesquisa de Campo
Fonte: Elaboração da própria autora (2009/2010).

Os procedimentos metodológicos iniciam com a pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas e observação direta. Essa diversidade de fontes propiciou a obtenção de uma maior credibilidade diante dos resultados a serem alcançados na pesquisa.

A pesquisa bibliográfica procurou levantar dados gerais sobre o município (questões sociais, econômicas e políticas), ter acesso a periódicos, revistas, documentação, relatórios, processos, enfocando categorias como participação, gestão, políticas públicas, conflito, permitindo embasamento para formação da teorização tendo em vista o objeto de estudo.

As fontes para a obtenção de tais informações foram: Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Organizações Não Governamentais, Comissão Pastoral da Terra (CPT), prefeitura, sindicatos e empresa de mineração.

Nível Local	Nível Estadual/Federal
Prefeitura	SEMA
Companhia Vale do Rio Doce	DNPM
Sindicatos	Secretaria de Urbanismo – SEURB
ONGs de atuação local	CPT
Secretarias Municipais (Assistência Social, Educação, Agricultura, saúde, Meio Ambiente)	CPRM

Quadro 2 - Procedimentos Metodológicos

Fonte: Elaboração da autora (2009).

No relativo a entrevistas, Oliveira (1996), enfatiza a relação entrevistador e entrevistado, o poder de influência do entrevistador, tendo em vista a dificuldade em manter a neutralidade. Aponta-se, assim, o perigo das perguntas pontuais tornarem-se inibidoras de uma autentica interação entre entrevistador/entrevistado redundando simplesmente em uma camuflagem da realidade. As entrevistas são fontes essenciais de informação para obter o nível de interação entre os diversos atores sociais (YIN, 2001). Na compreensão de Oliveira (1996, p. 21) “é importante que se abram os horizontes semânticos em confronto do pesquisador e do nativo, de maneira a transformar tal ‘confronto’ em um verdadeiro encontro etnográfico”.

As entrevistas foram feitas na colônia do Oriente, comunidade Beira Rio, colônia Fé em Deus e Potirritá escolhendo entre os atores sociais: lideranças, membros de associações e comunidades, na prefeitura e secretarias com técnicos do município de Paragominas, bem como na empresa mineradora.

As entrevistas tiveram papel fundamental para a percepção do tipo de interação entre as comunidades e a empresa, as comunidades e o poder local e da empresa com o poder local, contribuindo para analisar as expectativas, reivindicações, visões diferenciadas, relações de poder e conflitos inerentes ao processo. Para tanto, se seguiu um roteiro de entrevistas que direcionou a abordagem de modo a conduzir às informações importantes para a compreensão do contexto atual. Os roteiros de entrevistas, no segundo momento, referindo-se ao ano de 2009, propuseram-se a elucidar essas visões manifestando o posicionamento dos diversos atores no que tange as conquistas sociais, econômicas e políticas do município, a partir do empreendimento do Projeto Bauxita. Para tanto a aplicação destes roteiros abrangeram não somente a área rural, mas também a urbana, considerando que as decisões desta incidem nas transformações daquela e condicionam o atendimento das demandas existentes.

No Roteiro de Entrevista 1: Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Procura-se obter as

contribuições do sindicato para o município, apreendendo suas conquistas mais relevantes, bem como o nível de dificuldades encontradas para a efetivação de suas demandas. Desta forma, intentou-se descobrir a relação do sindicato com as comunidades no entorno do projeto Bauxita de Paragominas e a percepção do mesmo quanto à interação entre empresa de mineração e comunidades, considerando a existência ou não de mudanças no cotidiano das colônias decorrentes da extração de bauxita. Intenta-se também averiguar se existem ou não políticas públicas condizentes com a realidade rural, considerando as comunidades em questão.

Desvelar a expectativa das contribuições por parte da empresa privada e do poder público voltado para o cotidiano rural sob a ótica do sindicato dos Trabalhadores rurais, constitui uma das metas em direção ao entendimento do contexto estudado.

Recorre-se também a visão do sindicato quanto à aplicabilidade do instrumento de participação denominado Audiência Pública contemplando a realidade rural. Por outro lado, pretendeu-se perceber o envolvimento do sindicato e das demais instituições e organizações locais nas Audiências Públicas, bem como sua relevância para os interesses rurais.

No Roteiro de Entrevista 2: Colonos. Busca-se averiguar a história das colônias atentando para a origem das mesmas e circunstâncias que contribuíram para sua formação.

Engendra-se levantar também as alterações no cotidiano dos colonos em decorrência do projeto de extração de bauxita. Além disso, o levantamento em termos de infra-estrutura norteia a entrevista, buscando elucidar aspectos relacionados à saúde, educação, saneamento, tipos de associações existentes, bem como o nível de organização das colônias em torno das necessidades locais.

Busca-se apreender, assim, a percepção e o envolvimento dos colonos concernentes as audiências públicas e a efetividade desse instrumento na prática. A percepção de necessidades e expectativas dos colonos em relação ao poder público e privado e o nível de interações existentes entre estes também se constitui alvo da entrevista.

No roteiro de entrevista 3: Liderança de Comunidades. Objetiva-se obter subsídios para entender como as comunidades se organizavam para gerir os problemas internos, qual o tipo de liderança existente e como essa se constituía, bem como se havia apoio externo para suprir as demandas recorrentes nas colônias. Verificar a existência ou não de uma organização institucionalizada que pudesse resguardar seus direitos considerando o contexto onde se inseriam.

Procura-se compreender as expectativas decorrentes da implantação do projeto Mina

de Bauxita em Paragominas e qual envolvimento dos colonos nesse processo, considerando o instrumento de participação denominado Audiência Pública.

As interações existentes entre os atores sociais das colônias, a prefeitura e a empresa constituíram parte integrante do alvo das investigações, bem como as possibilidades de contribuições destes para a vida nas colônias.

No roteiro de entrevista 4: Prefeitura. Esperava-se que, a partir da percepção do discurso do poder público quanto às perspectivas em torno do Projeto Mina de Bauxita em Paragominas, poder-se-ia obter subsídios para entender a condução dos acontecimentos na sede do município para gerir as demandas sociais e de infra-estrutura, decorrentes da nova dinâmica que se apoderava do mesmo, como também, o alcance dessas implicações na zona rural. A ênfase nas interações sociais existente nesse processo social compõe as inquirições desse roteiro a fim de desnudar o papel e relevância de cada agente social conferindo suas atribuições com a realidade condizente, principalmente no contexto rural.

No roteiro de entrevista 5: Companhia Vale do Rio Doce. Pretende-se inferir a respeito da contrapartida da empresa de mineração no município de Paragominas, no que tange principalmente a zona rural e qual foi o envolvimento das comunidades rurais no período que precedeu a instalação da empresa considerando o instrumento de participação audiência pública.

Busca-se levantar quais os projetos sociais implementados pela empresa de mineração nas comunidades, se conduzem a sustentabilidade das mesmas, e se são utilizados mecanismos de avaliação desses projetos.

No roteiro de entrevista 6: ONG – Caritas. Procura-se perceber a existência de elos entre estas e as comunidades rurais e qual a relevância na prática para as conquistas na zona rural. Se existem projetos alternativos entre a ONG em parceria com outras instituições, envolvendo o setor público e privado. Descobrir se houve envolvimento nas audiências públicas, fomentando as críticas e reivindicações das comunidades junto à empresa de mineração. E qual a percepção da ONG no que concerne a possibilidade de desenvolver as comunidades no entorno da mineração.

Roteiro de entrevista 7: Pastoral da Terra. Este roteiro busca levantar o surgimento de novas comunidades no decorrer das décadas de 70 e 80 tomando como embasamento o trabalho da Pastoral da terra junto aos assentamentos, tendo como foco Projeto Mina de Bauxita de Paragominas. Recorrer aos atores sociais que tem toda uma vivência junto a lideranças em assentamentos rurais parece ser relevante na coleta de informações que

esclareça as relações existentes no meio rural onde se presume conflitos e contradições.

No roteiro de entrevista 8: ONG – Rádio Margarida. Busca-se aferir o alcance das informações difundidas pela ONG na divulgação das audiências públicas nas comunidades rurais em Paragominas, considerando que a mesma foi contratada pela MVC para divulgar a ocorrência das reuniões.

No roteiro de entrevista 9: Sindicato dos Produtores Rurais. Procurou-se obter a visão de um dos vértices, que representa o poder econômico no município, acerca das mudanças ocorridas a partir do Projeto Mina de Bauxita de Paragominas, buscando visões diferenciadas de um mesmo contexto, onde se presume posicionamentos e interesses divergentes.

No roteiro de entrevista 10: Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) (Paragominas). Pretende-se obter a perspectiva da SEMA no município de Paragominas, diante da nova dinâmica a partir da exploração de bauxita, levando em conta a relevância deste órgão em garantir que a legislação ambiental seja aplicada na consecução de seus parâmetros e na observância da contrapartida de responsabilidade e competência das empresas mineradoras.

Ainda associada às entrevistas, tem-se a possibilidade de levantar a história oral quando é possível perceber detalhes que não seriam expostos de outra forma. De acordo com Thompson (1992, p. 107), "[...] a evidência oral pode oferecer muita informação de que carecemos mesmo onde a documentação, por definição, em grande medida não existe [...]". A utilização desse procedimento possibilitou de certa forma obter uma reconstituição da história da exploração de bauxita na região e as repercussões nos grupos sociais estudados através da fala dos atores sociais no meio rural, bem como as versões institucionais (prefeitura e secretarias) e privadas (empresa). Ainda que no caso em questão não caracterize na íntegra a utilização do recurso da história oral propriamente dita, as falas dos agentes sociais foram basilares como fios para tecer as teias dos encadeamentos necessários para uma favorável compreensão dos acontecimentos.

Outros meios de obtenção de informações foram os atores sociais vinculados a realidade da pesquisa. Eles foram importantes para esclarecer situações pouco conhecidas antes da chegada a campo e para que se alcançassem algumas metas, como entrevistas e o próprio deslocamento na área. Entre outros atores anônimos, pode-se destacar o motorista do ônibus, a líder de uma das colônias, o enfermeiro-chefe da equipe de saúde enviado pelo município e um auxiliar de enfermagem, os quais, juntamente com outros, foram fundamentais para que a pesquisa pudesse transcorrer apesar dos percalços.

A observação direta permitiu a possibilidade de dirimir dúvidas e esclarecer pontos

que serviram como fonte de evidências na medida em que se realizou a visita de campo ao local escolhido para estudo. Esta é uma fonte de evidência que associada à fotografia ajuda a revelar características importantes para o estudo.

Com o recurso da fotografia se permitiu ter acesso a outras dimensões do mundo social. É importante, pois consiste no registro visual, que segundo Simonian (2006, p. 4) “[...] têm em si intrinsecamente um poder cultural e histórico [...]”. Samain (1995) e Malinowski (1967) também compartilham da importância do uso de imagens de forma a concatená-las com o texto. A fotografia, neste caso, tem uma conotação complementar. O registro a partir da fotografia foi utilizado em circunstâncias do cotidiano local considerada relevante para identificar possíveis nuances que de outra forma passariam despercebidos.

Na coleta dos dados⁶ também foi utilizado o diário de campo para descrever, registrar as atividades para posterior análise. Feita a coleta de dados foi necessário trabalhá-los de forma coerente, interpretar as informações e vincular o trabalho de campo a construção do texto, o que constituiu um trabalho árduo e sistemático.

Diante do exposto, é importante mencionar que o estudo foi conduzido de forma a obedecer aos preceitos da eficiência e da ética na pesquisa (SIMONIAN, 2005; SCHLEMMER, 1992), aqui visando o entendimento das relações ocorridas nos três níveis (público, privado e comunidades), no contexto da mineração (Projeto Bauxita) no Município de Paragominas. A finalidade do trabalho foi produzir evidências confiáveis que de fato trouxessem a tona o fato na sua forma mais íntegra possível e permitir identificar os tipos de organização popular atuante, como se organizavam e o atendimento de demandas.

É importante observar que a riqueza e diversidade amazônica extrapolam o âmbito físico e ambiental no que tange ao eco-sistema, inúmeras riquezas minerais e a biodiversidade. Além de tudo permite galgar os abundantes meandros de conhecimento que se exprimem na diversidade de povos, costumes e tradições (indígenas, quilombolas, pescadores, agricultores), justificando, assim, o estudo e interesse pelos que vivem no entorno da mineração, pois apresentam um misto de similaridades, como também de particularidades que os tornam únicos, considerando o encadeamento de partes que compõem o micro onde estão incluídos, ainda que inseridos num contexto macro globalizado.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos: o primeiro aborda as questões introdutórias, a definição da área de estudo, assim como os procedimentos metodológicos que fundamentam a pesquisa. O segundo vislumbra as principais transformações ocorridas no

município de Paragominas decorrentes da implementação do Projeto Bauxita considerando a percepção dos atores entrevistados. Em seguida, trata da ocupação de terras e da criação das colônias, quando apresentada a origem das colônias alvo de estudo, e os dilemas do seu cotidiano levando a termo a aplicação de algumas categorias e conceitos no contexto exposto tais como participação, ação social e conflito.

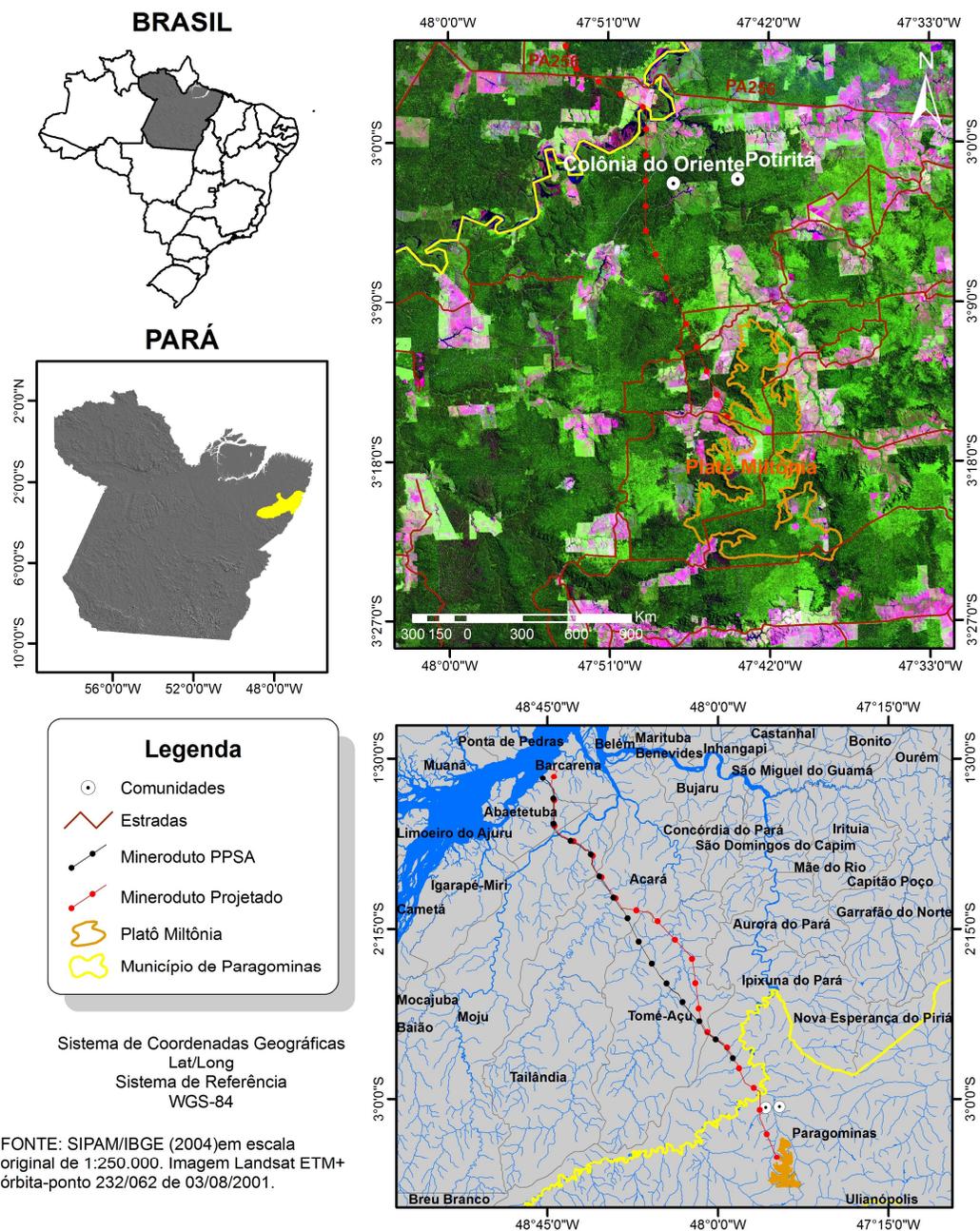
O terceiro capítulo é dedicado ao tema referente às terras griladas em Paragominas que consiste num estigma que ainda permanece atual no município. Quando mais uma vez serão abordadas categorias como conflito, ação social e poder. Tal referência se deve a problemática vivenciada pelos assentados nas terras no entorno do projeto Bauxita.

O quarto aborda algumas implicações dos projetos de mineração na Amazônia e em especial o Projeto Bauxita de Paragominas da VALE, considerando todo um discurso diferencial no que tange a sua implementação. Aqui serão apresentadas como embasamento as explicações de alguns autores e/ou pesquisadores que retratam a questão da mineração e seus impactos na Amazônia tais como: Coelho (2007); Monteiro (2005); Santos (2002) e outros.

Por último, no quinto capítulo, examina-se a participação dos colonos no âmbito da discussão do projeto da VALE, quando será dada relevância as formas de participação comunitária na implementação de um empreendimento da dimensão do Projeto Bauxita, dando ênfase as audiências públicas, analisando se de fato houve a utilização desse instrumento pelos cidadãos.

Assim, acredita-se que os conhecimentos produzidos, a partir das falas de grupos sociais de Paragominas, permitam compreender a sua capacidade de intervenção face aos problemas sociais que os atingem e ainda assimilar sua reivindicação por participação como cidadãos, que necessitam deter informações para serem responsáveis e capazes de transformar a realidade. Em especial uma transformação coerente com projetos sociais que os favoreçam.

Mapa de Localização da Área de Estudo



Mapa 2 - Localização da área de Estudo
Fonte: SIPAM/IBGE (2004) - PESQUISA DE CAMPO 2009.

2 NOVAS PERSPECTIVAS A PARTIR DO PROJETO BAUXITA EM PARAGOMINAS

O cenário que antecedeu a instalação da empresa de mineração em Paragominas estava dominado pela exploração madeireira, aquela que havia correspondido à principal atividade econômica durante mais de quatro décadas. A madeira cada vez mais esgotada culminou no declínio do pólo madeireiro, cujo decréscimo acirra-se desde 1989.

Em 1997, Paragominas era uma cidade no fim da madeira. Pessoas que vieram para extrair madeira ao tornarem-se bem sucedidas deixavam a cidade. Politicamente outro grupo tomou posição de comando, como comentou um entrevistado “*Um novo grupo de pessoas se reuniu para cuidar do município*” (Informação verbal)⁷. A denominada indústria madeireira concentrava em torno de 7000 trabalhadores e em decorrência de seu enfraquecimento, praticamente 50% deles perderam o emprego.

Com o declínio da principal atividade econômica se fazia necessário dar um novo rumo para o município, que agora tinha que lidar com os desempregados e também com a redução da receita do município, tais circunstâncias demandavam novas alternativas para equacionar o problema econômico da renda do município. O principal setor de arrecadação tributária estava na indústria madeireira – principal fonte de receita – seguida da pecuária e do comércio. Com a crise do setor mais rentável, buscava-se impulsionar a economia do município, orientados para investimentos na agricultura. A economia de grãos mostrou-se oportuna, ainda considerada sustentável em comparação a extração e exploração madeireira. Dessa forma o agronegócio foi cogitado para dar sustentação ao município. Na experimentação da produção de grãos, os investimentos foram feitos nas culturas de milho, arroz e soja. Explicou um entrevistado vinculado a prefeitura que “*A pretensão foi investir em grãos com sustentabilidade*” (informação verbal).

Esse experimento foi o resultado de uma pesquisa feita em 1998, em parceria do município com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), empresários e o governo do Estado. O resultado foi promissor e em oito anos estavam produzindo 500 mil toneladas de grãos em uma área de 70 mil hectares, alternativa que se somou à pecuária, de longa data incentivada na região de Paragominas. Atualmente, o município apresenta uma economia diversificada. No segundo mandato do prefeito Adnan Demackhi conta com a

⁷ Dados concedido à autora em entrevista por um técnico da prefeitura (2009). Todas as vezes, que forem encontradas citações referente à fala do Diretor Departamento de Comunicação e Informação da Prefeitura ou técnico da prefeitura, a pedido do mesmo, deve-se considerar sua contribuição enquanto *cidadão paragominense*, e não como *porta voz da prefeitura*, asseveração feita pelo próprio entrevistado, portanto essa deve ser a leitura feita às citações deste no decorrer da dissertação.

agropecuária, a produção de grãos, a pecuária, a mineração e o comércio que tiveram apoio nesses dois períodos de governo.

Nesse novo cenário de mudanças e transformações foram inevitáveis as operações do governo Federal dirigidas à questão das queimadas para fabricação de carvão em uma tentativa de restringi-las. O carvoejamento se constituiu em atividade paralela à indústria madeireira que continuou sendo uma alternativa de renda para os trabalhadores que se encontraram dispensados das serrarias. Com as medidas de controle houve drástica redução das carvoarias reduzidas às áreas permitidas por lei. No caso das carvoarias, o licenciamento é local e somente liberam-se até 30 fornos e, em relação à madeira usada, esta deve estar legalizada estabelecendo-se controle sobre a origem e destino.

As ações do governo federal referente à questão das queimadas se efetivaram através de convênio com a SEMA municipal, estadual e a Secretaria de Agricultura. Através destes acordos (assinatura de um documento) foi proposto o desmatamento zero, no projeto intitulado “Município Verde”. A prefeitura de Paragominas lançou em 2008 o projeto “Município Verde”. O projeto é realizado em parceria com os setores produtivos locais, a SEMA e o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), tal iniciativa deve-se a intenção de retirar o município da lista dos maiores desmatadores da Amazônia.

As ações traçadas estão sendo executadas juntamente com algumas empresas que foram contratadas para fazer o cadastramento. O agricultor não pode desmatar, deve estar cadastrado e aderir à regra do desmatamento. No caso de extrapolar os 20% permitido tem que recuperar a área reflorestando-a. O cadastramento é para pequeno, médio e grande produtor rural, sem cadastramento não há possibilidade de conseguir nenhum tipo de financiamento. Agricultura familiar já tem apoio do governo Federal e Estadual, mais outros investimentos são vedados, caso não sejam cadastrados.

A história do projeto bauxita de Paragominas começou efetivamente no primeiro ano do segundo mandato do prefeito Sidney Rosa em 1997. A VALE através de pesquisas feitas há mais de duas décadas tinha detectado a existência da bauxita, mas esperava o momento propício para iniciar a exploração, considerando alguns fatores, como mencionados posteriormente.

Sidney Rosa como prefeito e com a visão de “*prefeito/empresário*” (alcunha conferida ao prefeito - recorrente nas várias entrevistas feita na sede do município) provocou a VALE a se manifestar em relação a isso. Já que a empresa não havia dado sinais de possíveis propostas ou benefícios que adviriam da atividade de mineração que pretendia empreender no

município. Ao que parece, o então prefeito realmente pressionou a empresa a se manifestar a respeito do projeto. O comentário na época que antecedeu as primeiras iniciativas de negociações entre a prefeitura e a empresa de mineração foi sobre a postura da autoridade municipal que teria dito: *“Vocês vão explorar, vão mexer nisso, porque se não vão fazer nada, vamos tomar outras providências!”*⁸ e foi, a partir de então, que o projeto efetivamente começou a sair do papel e veio para a prática.

Com esta iniciativa surgiu na cidade uma grande expectativa em relação ao projeto de mineração, isso, porque até então, a maioria da população não sabia que existia bauxita no município. Essa notícia impactou a cidade, *“Paragominas tem a maior mina de bauxita do mundo, bauxita para explorar por 100, 200 anos”* (informação verbal). Começaram os primeiros movimentos e reuniões nessa direção. Foram vislumbrados discutidos e planejados os meios de obter melhorias para a população, benefícios de ordem econômica, social, e urbanística para a cidade, pois em se tratando de um grande projeto os recursos certamente adviriam. Na fala de um dos entrevistados a empresa era vista como uma mina dentro de outra mina: *“Temos que ser inteligentes para saber tirar dela o que ela vai tirar de nós”* (informação verbal). Outro comentário foi ouvido de outro entrevistado que estabelecia uma relação de autoridade na instalação do empreendimento, coincidindo com a tônica do intervencionismo desenvolvimentista do Estado. *“Quer quisessem, quer não a Vale iria se instalar no município!”* (informação verbal).

Essas perspectivas foram se processando e ganhando contorno a partir dos projetos que foram gerados, integrando as prioridades das secretarias de educação, saúde, assistência social, cultura, agricultura em entendimento com o gestor do município na ocasião.

O grande trunfo de Paragominas foi ter trabalhado isso. Soube conduzir a situação, quando a prefeitura negociou com a Vale. Não se tinha uma experiência, mas tinha uma visão a partir de outros projetos: os que haviam dado certo e os que haviam dado errado. A grande vantagem de Paragominas foi tratar com a Vale (Companhia) de igual para igual – Eu tenho a bauxita, vocês querem a bauxita. Vocês vão tirar o nosso minério e nos queremos as compensações (entrevista com o Diretor Departamento de Comunicação e Informação da Prefeitura, em Out/2009).

Os primeiros quatro anos foram de negociações com a Companhia Vale do Rio Doce. Nessa primeira etapa, o município levantou as várias necessidades e estabeleceu as prioridades para investimento em termos de contra partida para o município. Ao iniciarem as negociações a empresa pediu que a prefeitura apresentasse projetos para 10 anos. Estes têm passado por ajustes no decorrer do tempo, renovando-se à medida que as necessidades vão

⁸ Informação verbal concedida à autora por Técnico da Prefeitura de Paragominas (2009).

surgindo. Esse “planejamento” iniciou em 1997, na gestão do prefeito Sidney Rosa continua na gestão do atual prefeito Adnan Demackhi. Vários Termos de cooperação técnica foram assinados no intuito de atingir os objetivos prognosticados. As expectativas estão sendo atingidas na visão de vários municípios.

Temos uma expectativa que em parte os objetivos estão sendo atingidos. São ações que não são tão perceptíveis aos olhos do cidadão comum. Por exemplo, na área de saúde, se você comparar o hospital municipal há 20 anos, antes do projeto, funcionava precariamente, não tinha equipamento, só tinha um médico era praticamente um posto de saúde. Hoje tem atendimento de média complexidade e algumas vezes até de alta complexidade, é praticamente um hospital regional, hoje tem 17, 18, 20 médicos, ampliou a estrutura. São essas as melhorias, em parte estão sendo atingidas (entrevista com técnico da Prefeitura, 2009).

Melhorias em termos de infraestrutura e equipamentos são observadas na sede do município de Paragominas dinamizou, ainda que temporariamente, as oportunidades de trabalho no município, principalmente na construção civil. Como é de praxe, sempre que inicia um empreendimento do porte do Projeto em questão, ocorre aquecimento deste setor de atividade, mas também se trata de um segmento itinerante, que perdura o emprego enquanto dura a obra, em geral girando em torno de seis meses no máximo, conforme o empreendimento.

Dessa forma, na implantação da mina quando ainda não necessitava de mão-de-obra qualificada, gerou muitas oportunidades de emprego quando foram contratados carpinteiros, pedreiros, eletricitas e muitos serventes nesse setor. Na segunda fase, depois de montada a usina, o projeto bauxita reduziu para um terço as oportunidades de emprego, devido à exigência de qualificação. Na atualidade, a VALE funciona com mão de obra de aproximadamente 2000 funcionários no máximo.

Ainda quanto às perspectivas de emprego para o município, a prefeitura firmou um acordo com a VALE para a contratação de mão-de-obra local. Esta concedeu prioridade na contratação de pessoas que residem em Paragominas. Foi oferecido um curso técnico cuja duração é de dois anos, que obedece às seguintes etapas: processo seletivo e treinamento, qualificação e contratação. Os trabalhadores de nível médio são contratados, via de regra, no município. A última turma iniciada em agosto de 2009 foi formada com 265 pessoas. A divulgação restringiu-se aos limites do município visando priorizar a contratação dos municípios. As contratações de profissionais de nível superior vêm de fora do município e, principalmente, de outros estados, mesmo porque o município carece de profissionais que apresentem o perfil exigido para tais atribuições atendidas por engenheiros, geólogos – os mais procurados que tem formações e conhecimento mais especializado.

Diante das transformações ocorridas no município em decorrência da mineração como era de se esperar, houve um fluxo migratório intenso para a região, o que justificou um gerenciamento social feito no município por meio de um projeto mais conhecido como “Mão Amiga”. Este projeto consistia na escolha de locais estratégicos onde era feita abordagem direta às pessoas que chegavam numa tentativa de monitoramento e, em alguns casos, de redirecionamento desse fluxo ao local de origem, oferecendo inclusive passagem.

Esta foi uma tentativa de obter o perfil socioeconômico desse migrante a fim de que permanecessem somente aqueles que vieram para exercer a ocupação em um setor direcionado. Algumas pessoas residiram por algum tempo e depois de cessada suas atividades, voltaram para sua região de origem, pois se tratava de força de trabalho temporária. Houve um aumento da população, fato que é inegável, porém não tão grande se comparado a outras regiões mineradoras como Marabá, na região Sul do Pará.

No que tange a educação no município, uma das maiores expectativas local quanto a contrapartida da VALE foi captar recursos e direcionar para projetos que pudessem oferecer “*melhoria do ensino e aprendizagem dos alunos*”. Dessa forma, os investimentos foram concentrados na formação contínua de professores e no trabalho para a mudança de visão quanto ao ensino infantil que se restringia “ *muito no cuidar renegando-se o educar*”. A formação não foi só para professor, mais para supervisor, gestor e técnicos da Secretaria de Educação e Cultura (SEMEC), como forma de abranger todos os envolvidos e, com isso, melhorar a qualidade do ensino no município, conforme as observações de um funcionário desta unidade administrativa.

Varias escolas de Paragominas tiveram reformas, um dos alvos de investimento da empresa de mineração, que igualmente fez “*parceria em projetos direcionados para a educação no combate ao analfabetismo*”⁹. Desta forma, a VALE produzia uma “ação ou política compensatória” ante o aumento de população, esta se concentrou no investimento em infraestrutura das escolas com a finalidade de atender a nova demanda.

As ações ou políticas compensatórias se traduziam da seguinte forma: as secretarias formataram seus projetos e continuam formatando; as compensações foram em equipamentos para o hospital (aparelho de mamografia, centro cirúrgico), Parque Ambiental etc. (Entrevista com o técnico da Prefeitura em Out/2009).

A equipe da Secretária de Educação participou das audiências públicas, na ocasião em que foram expostos vários projetos, inclusive por outras secretarias visando “benefícios”,

9 Informação verbal concedida à autora pelo Diretor do Deptº Comunicação e Informação da Prefeitura de Paragominas (2009).

“melhorias” para o município. Na oportunidade vários expositores representando diversos segmentos da sociedade local fizeram reivindicações, como relatou um entrevistado:

Houve várias audiências publicas, eu participei de duas. O povo estava muito engajado devido experiências da VALE em outros municípios onde ficaram muitas lacunas, buracos. Nós não deixamos nas mãos da VALE, nós também demos as cartas, como queríamos, fizemos as exigências, a população estava mais critica, foi muito aberto. A população estava muito preocupada de ficar só com as mazelas de tudo. Foi uma ordenação estratégica do trabalho que o prefeito já tinha em mente (Entrevista concedida pela Coordenadora de Educação Infantil do Município de Paragominas em 2009.).

Numa segunda etapa de negociações com a VALE foi implantada a estação de tratamento de água, fornecendo água tratada para o município. Nesta etapa foram investidos no município aproximadamente 30 milhões, sendo 12 milhões no segundo governo de Sidney Rosa e 17 milhões nesta segunda etapa da VALE, sendo que destes cerca de três milhões foram investidos pelo município.

O maior legado do governo do prefeito Sidney Rosa não foi equipar o município com infra-estrutura e sim organizar a sociedade paragominense, que por ocasião das Audiências Públicas já estava preparada para as discussões junto à empresa de mineração (Secretário do Meio Ambiente de Paragominas em Nov/2009).

Em relação aos *Royalties*, já chegaram no segundo mandato do prefeito Adnam Demackhi. Na interpretação de um técnico, os critérios de alocação mudaram, saindo do modelo tradicional que focaliza a folha de pagamento:

Os *royalties* da bauxita estão sendo pagos, mas ainda não está sendo pago naquilo que deveria ser. Até porque se trabalha hoje com a perspectiva de que a bauxita em vez de ser mandada para Barcarena para ser refinada lá, tem-se a idéia que poderia ser trabalhada aqui. Quanto aos *royalties* há um acordo com a prefeitura que esse dinheiro tem que ser investido no município, não pode pagar folha de pagamento com *royalties*, por exemplo, tem sido investido na infra- estrutura, praças (entrevista com técnico da prefeitura em 2009).

A Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM) está ancorada na Lei. Nº 8.001, de 1990 – Art 2º. As cotas referentes a esses encargos são repassadas aos municípios onde ocorre a exploração de recursos minerais pela União.

A questão dos *Royalties* da mineração é um assunto que denota restrita transparência, entre os munícipes o que dificulta de certa forma o acompanhamento por parte da população. A aplicação dos recursos oriundos da CFEM - a Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais deixa a desejar devido ao baixo nível de informação, ou seja, a inexistência de *accountabilit*, o que acaba sendo facilitado devido à ausência de controle federativo.

Sendo os Royalties de livre aplicação compete à prefeitura gerir essa receita da forma que melhor lhe convier, cabendo ao município produtor 65% da arrecadação¹⁰. A aplicação dos recursos originados a partir da CFEM deve ser aplicada em projetos que revertam para a melhoria de vida da comunidade local, abrangendo a infra-estrutura, saúde, meio ambiente e educação. Esses recursos não poderão ser aplicados em pagamento de dívida ou no quadro permanente de pessoal dos municípios estando, portanto, fora de cogitação tal atitude.

Na fala de um dos entrevistados na sede do município de Paragominas, trata-se de um educador do município:

A população de Paragominas cresceu no período correspondente ao Projeto Mina de Bauxita, principalmente na periferia da cidade. Os Royalties correspondem a 3 milhões, mas o que se vê de investimentos estão nas obras que aparecem, como as praças, enquanto que a situação na periferia é terrível (Entrevista com o Ex-presidente do Sindicato da Educação em Nov. 2009).

O questionamento de alguns dos entrevistados foi quanto à concentração da aplicação dos recursos no centro da cidade, como por exemplo, em cinquenta (50) praças espalhadas pela cidade relegando em segundo plano as periferias do município. Tendo ainda a zona rural que também sofre a ausência de projetos que incrementem a produção de alimentos, melhores condições de transporte, saúde e educação, considerando que o valor da CFEM de 2008, foi em torno de 3 milhões de reais. (Apêndice A).

A repercussão do Projeto Mina de Bauxita em Paragominas, também foi experimentado pelo comércio local, pois entre os anos de 1993 e 1994, o movimento do comércio era quase imperceptível. A chegada da VALE teria representado a dinamização do setor comercial no município, transformações atribuídas a dinâmica da mineração, que teriam propiciado a revalorização e o seu aquecimento.

Por conta do projeto bauxita houve um incremento no comércio, as pessoas de Paragominas estão aprendendo a utilizar o comércio. Há cinco anos só se falava em comprar em Imperatriz (Ma). Anteriormente as pessoas iam comprar um par de sapatos em Imperatriz (Ma), agora as pessoas vão á Belém, ou compram em Paragominas mesmo. Agora existe um novo entendimento voltado para a valorização do comércio local. Devido à nova configuração da cidade o entendimento das pessoas mudou valorizam mais o que é local. Foi uma coisa que se criou em nós (Diretor Departamento de Comunicação e Informação da Prefeitura).

O contexto urbano aqui contemplado se refere à sede do município de Paragominas e o rural é retratado na vida nas colônias, especificamente as colônias do Oriente, Beira Rio,

10 A CFEM, estabelecida pela Constituição de 1988, em seu Art. 20 § 1º, e devida aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da administração da União, como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios. A arrecadação da CFEM é distribuída em 12% para a União (DNPM e IBAMA); 23% para o Estado onde for extraída a substância mineral e 65% para o município produtor (Fonte: <http://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/arrecadacao.cfem.aspx>)

Potirita e Fé em Deus, os quais não configuram aqui ruptura ou descontinuidade, pois se entende estarem interrelacionados. E não apenas pelo fato da dependência dos serviços urbanos oferecidos pela sede do município, como também devido aos laços individuais como propriedade, família e outros que se interrelacionam, pois, como diz Santos, o lugar não se explica por si mesmo, já que ele é fruto da “história das relações, dos objetos sobre os quais se dão as ações humanas, já que objetos e relações mantêm ligações dialéticas, onde o objeto acolhe as relações sociais, e estas impactam os objetos” (SANTOS, 2008, p. 64).

Dessa forma, é fundamental discutir a totalidade que abarca uma diversidade de relações (dialéticas) entre urbano e rural já que se entende serem realidades complementares que possibilitam ter uma percepção das singularidades e uma dimensão abrangente das questões estudadas.

Na sede do município de Paragominas confere-se a tendência a certo consenso quanto às benesses advindas da implantação do Projeto Bauxita. Referem-se, principalmente, à melhoria e/ou a criação de equipamentos e serviços urbanos. O discurso institucional reforça essa premissa, ressaltando como preponderante os “benefícios” ao ponderar o custo/benefício do projeto para o município. No entanto, ao se analisar a fala dos demais agentes sociais concernentes às mudanças ocorridas em decorrência da implementação do projeto, verifica-se a diversidade de opiniões que refletem ora satisfação e contentamento, ora insatisfação diante das transformações e perspectivas que se apresentam.

Apesar de esta pesquisa ter como objetivo precípua investigar a área rural do município justifica-se perfeitamente uma explanação panorâmica que contemple a vida urbana, o desencadeamento de acontecimentos que retratassem, ainda que de forma restrita, o desenvolvimento econômico do município e as implicações decorrentes do projeto bauxita no plano social; econômico e político, até porque as diretrizes políticas, econômicas e sociais que permeiam e imbricam o cotidiano deste e que são preconizadas na sede do mesmo acabam por refletir na vivência rural, através de políticas, leis, projetos e serviços.

As relações campo-cidade no Brasil são atualmente muito mais complexas e ricas do que no passado. No momento presente, processos recentes de ocupação do solo (por meio da especulação imobiliária, por exemplo), coexistem com antigos processos (desbravamento, colonização), tanto por parte de fazendeiros quanto de sitiantes; num e noutro caso, tais processos foram e serão sempre suscitadores de cidades. Mas, enquanto no passado esses processos se davam numa sociedade global agrária, em que a cidade era subordinada ao campo, atualmente tem lugar numa sociedade cada vez mais marcada por caracteres urbanos, onde a cidade tende cada vez mais a dominar o campo reduzido a uma posição, não apenas de subordinação, mas também de inferioridade (QUEIROZ, 1979, p. 174).

A seguir, deter-se-á precisamente à área rural, mas que em um momento ou outro reclama sua relação com o urbano onde se abordarão situações sociais e realidades empíricas buscando o conhecimento das situações sociais das Colônias de Paragominas, das motivações que justificaram os deslocamentos dos diversos grupos e de como reproduzem seu “modus vivendi”.

2.1 OCUPAÇÃO DE TERRA E A CRIAÇÃO DE COLÔNIAS

“*Hoje os colonos não andam mais de carroça, e sim de moto*”¹¹, essa foi a frase mencionada pela liderança de uma das colônias visitadas no município de Paragominas que me chamou atenção, e se materializou em 02 de dezembro de 2009, quando uma concentração de mais de 25 motos e 10 carros particulares esperavam do lado de fora da sede do Sindicato dos Madeireiros, localizada em Cabotã, um bairro da periferia de Paragominas. Neste ato os assentados definiam providências a tomar diante das circunstâncias adversas que colocavam em risco o *investimento de vida* depositado nas terras por eles ocupadas, diante da decisão de reintegração de posse de terras feita pela governadora do Estado do Pará.

A reunião contou com a presença das lideranças das colônias Beira Rio e Potiritá e com representantes das colônias do Oriente e Fé em Deus, bem como de representantes de outras colônias mais distantes que vieram solidarizar-se diante dos acontecimentos. Havia cerca de oitenta pessoas na reunião, das quais 90% residiam na sede do município e tinham terras ocupadas nas colônias e os demais correspondia a uma minoria que tinha apostado tudo o que possuíam na vida na colônia. Ressalte-se que existem cerca de 470 famílias nas colônias acima mencionadas, portanto menos de 20% compareceram ao encontro.

Nessa ocasião foram articuladas as primeiras iniciativas a serem tomadas diante da ameaça iminente que se abatia sobre eles. A reunião foi presidida por uma pessoa de influencia entre os colonos, que em outra oportunidade pôde exercer um cargo político na região, e que demonstrava habilidade e facilidade para conduzir os encaminhamentos e resoluções que adviriam a partir de um emaranhado de idéias e sugestões decorrentes dos diversos pronunciamentos, até a definição de um consenso.

Diante da fala da pessoa que presidia a reunião “*é importante que fique claro que, o que for decidido aqui é a vontade de todos os colonos, e não sair daqui dizendo que eu é que tomei a decisão*”, foi possível observar a tendência de transferir a responsabilidade de decisão

11 Informação verbal concedida à autora pela liderança em exercício na Colônia Potiritá. Pesquisa de campo, em 2009.

para uma única pessoa, decorrente da inaptidão para assumir por parte de alguns o posicionamento diante do que é decidido em grupo. Tal atitude denota a necessidade expressa pelo grupo da existência de um líder reconhecido que possa decidir e responder pelo mesmo, como também, a facilidade que alguns têm de se eximir do processo no qual estão diretamente envolvidos, ficando a margem dos acontecimentos. O que explica esta “acomodação” e a expectativa de receber somente os benefícios pelo consentimento com os discursos da empresa, da autoridade municipal e estadual. Por outro lado, a omissão também denota a limitação existente por parte de alguns deles para exercer um posicionamento coerente e adequado diante das circunstâncias e exigências que se apresentam, o que os torna vulneráveis a transferência de poder e a dominação.

Aqui se faz referência à delegação de poder de que trata Bourdieu quanto à transferência de responsabilidade e poder de decisão dado a uma única pessoa que representa a maioria, ou seja, passa a agir como substituto do grupo. [...] “O porta voz manifesta sua legitimidade tornando manifestos aqueles que lhe conferem a delegação” (BOURDIEU, 2004, p. 192). Mas esse poder só lhe é conferido porque, segundo Bourdieu, ele representa seu próprio grupo que lhe confere tal poder. De outra forma essa limitação por parte dos indivíduos que constituem o grupo condiciona a uma dependência, que nas palavras de Bourdieu, ocorre por que “os dominantes existem sempre, ao passo que os dominados só existem quando se mobilizam ou se munem de instrumentos de representação” (BOURDIEU, 2004, p. 189).

Ainda segundo Bourdieu (2004, p. 189-190), a pessoa investida de poder que passa a representar o grupo acaba reforçando a dependência existente, conforme argumentação abaixo:

[...] o grupo que o investe de poderes não existiria plenamente, enquanto grupo representado – se ele não estivesse ali para encarná-lo. Vale ressaltar aqui a questão do fetiche político como pessoas, coisas, seres que parecem não dever senão a si mesmos uma existência que lhes foi dada pelos agentes sociais [...] os indivíduos perdem o controle sobre o grupo no e pelo qual eles se constituem.

É possível perceber na prática essa necessidade que os indivíduos agrupados por um objetivo comum sentem de serem representados. Essa representação toma forma de “força capaz de se fazer entender, de falar e ser ouvida” (BOURDIEU, 2004, p. 189). E por esse prisma são perceptíveis as interações a partir das manifestações coletivas do cotidiano rural no contexto estudado.

Em se tratando “no nível dos movimentos sociais, o traço comum da participação é o

exercício coletivo da tomada de decisões e da gestão das ações definidas e implementadas pela população comunitária” (SOUZA, 2000, p. 16). No estudo em questão não se trata de manifestações de movimentos sociais e sim de mobilizações sociais¹² imbuídas de significado e objetivos em comum, já que consiste em manifestações bem restritas voltadas para uma abordagem micro de uma realidade bem específica e que faz referência a interesses em comum envolvendo a posse da terra e os conflitos desta decorrente, ressaltando a particularidade de estarem no entorno de um projeto de mineração.

Pode-se inferir que, apesar da disposição em reunir para decidir as futuras mobilizações do grupo, tal atitude não significa a existência de uma efetiva participação, nem no entendimento de seu significado, ainda que na empiria. Mesmo porque num universo de 323 famílias (Colônia do Oriente) e 150 famílias (Potirita), a participação de 80 pessoas não contempla um percentual que possa caracterizar uma participação efetiva nos assuntos coletivos.

A pergunta a responder é porque ocorre a desmobilização e que forças intensificam esse posicionamento da maioria. Para Bordenave (2007), a não participação constitui-se o fenômeno chamado “da marginalidade”, que significa ficar à margem de um processo sem nele intervir. Ainda segundo o autor, a “participação não mais consiste na recepção passiva dos benefícios da sociedade, mas na intervenção ativa na sua construção, o que é feito através da tomada de decisões e das atividades sociais em todos os níveis” (BORDENAVE, 1994, p. 18, 20).

Neste episódio ocorrido em Paragominas foram definidas mobilizações que deveriam acontecer na madrugada do dia 04 de dezembro de 2009 e que consistiam no fechamento (barricadas) de trechos importantes de estradas, como por exemplo, a de acesso de empregados à VALE, como também de escoamento de produtos do município em direção a outras localidades.

Começam a serem cumpridas hoje as reintegrações de posse em Paragominas, sudeste do Pará. Mas o clima de tensão começou ainda ontem, quando cerca de 150 famílias interditaram a PA-256, às 5h30 da manhã, no trecho que dá acesso à área da mineradora Vale em Paragominas. Os manifestantes alegam que, se forem retirados das terras, não terão aonde ir (PARAGOMINAS, 2009).

As lideranças presentes ficaram de conclamar os demais colonos ausentes ao evento para que participassem das manifestações que acabavam de ser programadas. Na ocasião também foram divididas as tarefas: quem doaria a carne e o arroz para a alimentação? Quem

12 Mobilização significa arregimentação de pessoas em torno de objetivos apresentados por outros grupos sociais, objetivos capazes de sensibilizar a população sem, contudo, chegar a agir sobre elas para reflexão e ação sobre o seu cotidiano (SOUZA, 2000).

cozinha? Quem faria contato com o advogado para que os acompanhasse nas manifestações?

Manifestantes se reuniram com o prefeito Adnan Demackhi, Polícia Militar, além do Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária. Às 14h, eles liberaram a pista, com a promessa de que o Incra encontraria uma solução para o problema. Também está na rota das ações de reintegração uma fazenda em São Domingos do Capim, nordeste do estado. “Até agora todo nosso trabalho foi pacífico, não tivemos nenhuma alteração”, disse o capitão Élson, da tropa de choque. Eles ficarão na cidade, até o dia 14 deste mês. Em nota, o governo do Estado divulgou que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) ingressou ontem com duas ações de oposição para que sejam revogadas as liminares de reintegração de posse para as fazendas Pouso Alegre (1.320 ha), em Paragominas, e Boa Esperança (944 ha), em Tomé-Açu. As liminares foram deferidas pela Vara Agrária de Castanhal. O Instituto de Terras do Pará (Iterpa) verificou irregularidades nos títulos dessas fazendas e observou que são áreas pertencentes ao Patrimônio Público Estadual, com título grilado. As duas fazendas estão no 3º bloco da operação de reintegração de posse, iniciado em 2 de dezembro pelo governo. (PARAGOMINAS, 2009).

Considera-se que participação presume constantemente reivindicação, conscientização, conquista, contribuição, determinação, em outras palavras ação. Nesta pesquisa a participação é abordada enquanto ação coletiva, a mobilização dos agentes sociais nesse processo e a atuação das comunidades diante das questões sociais presentes no entorno do projeto bauxita de Paragominas.

Nessa perspectiva, cita-se um dos princípios básicos apontados por Durkheim (1978) concernentes a “consciência coletiva” que se faz presente nas atitudes tomadas nos grupos e que podem ser resultantes da soma ou supressão e/ou submissão da chamada consciência individual, que por sua vez “se manifesta através dos traços de caráter ou de temperamento e de acúmulo de experiências pessoais, o que permite uma relativa autonomia no uso e na adaptação das maneiras de agir, de pensar e de sentir”. Por consciência coletiva, entende-se que seja “o conjunto de crenças e de sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem sua vida própria”(DURKHEIM, 1978, p.74). Por ser geral, a consciência coletiva pode se impor aos indivíduos, com maior ou menor intensidade, o que fará oscilar os graus de autonomia das consciências individuais (LAKATOS, 1999, p. 67).

A “consciência coletiva” da abordagem durkheimiana, está relacionada a “generalidade” que é uma das características do “fato social” que por sua vez também carrega no seu escopo a exterioridade em relação às consciências individuais, ainda assim, no aspecto do que é comum ao indivíduo. Tal associação se justifica apesar da aparente contradição, considerando que na realidade social (neste caso, a rural), são vivenciadas situações análogas, ora prevalecendo um comportamento de conformidade, ora de divergência diante dos dilemas

comuns.

Essa atitude de assumir tarefas pelas partes interessadas a fim de viabilizar a consecução de um objetivo é comum a todos os agentes sociais envolvidos na área rural, sinaliza em parte a prevalência dos interesses coletivos acima dos individuais, bem como a convergência de ambos, considerando que a permanência na terra é primazia nessa relação que, não é apenas social, mas associativa entre os agentes, que unidos em um mesmo propósito buscam soluções condizentes com essa realidade, o que os torna participantes de uma mesma identidade. A identidade coletiva é também um processo de aprendizagem – aprendizagem do sistema de relações e representações que compõem as ações coletivas dos movimentos (GOHN, 2008).

Os atores coletivos desenvolvem a capacidade de resolver problemas criados pelo meio que os circunda e tornam-se, progressivamente independentes e autônomos em sua capacidade de resolver problemas criados no meio que os circunda e tornam-se progressivamente independentes e autônomos em sua capacidade para a ação dentro da rede de relacionamentos nos quais estão situados. Portanto, o processo da identidade coletiva é também a habilidade para produzir novas definições, porque integra o passado a elementos que estão emergindo no presente, dentro da unidade e continuidade de um ator coletivo (GOHN, 2008, p.160).

Como exposto anteriormente, apesar de não se tratar de movimento social propriamente dito, a citação acima encontra pertinência por se referir à existência de ações voltadas para a resolução de problemáticas envolvendo atores coletivos o que pressupõe certa independência e autonomia. Da mesma forma, no meio rural é vivenciada uma série de problemáticas que suscitam ações imbuídas em um mesmo propósito, caracterizando uma identidade coletiva, que é estabelecida a partir da vivência dos agentes no mesmo ambiente de divergência e dificuldades impulsionando-os a buscar elementos a fim de construir uma nova realidade.

Para Weber (2002, p. 94-96), a associação pressupõe que “há pessoas que estão determinadas a agir em determinado sentido ou em qualquer outro, quando a ocasião o exigir”. Ele diz ainda que a associação “só existe dentro da probabilidade de um curso de ação orientado”. Partindo desse prisma pode-se considerar a existência de associação no contexto estudado, já que a ação está orientada para um fim específico, e neste caso, constitui-se uma associação autônoma já que a autoridade governante do grupo foi estabelecida pelos seus membros, através de seus próprios esforços, sem a imposição de um agente externo (WEBER, 2002).

Existe um paralelo entre essa vivência e os pressupostos de Max Weber quando postula “ação como um comportamento humano sempre que e na medida em que o agente ou

os agentes o relacionem com um sentido subjetivo”. A ação social por sua vez, “refere-se ao comportamento de outros, orientando-se por esse em seu curso” (WEBER, 1991, p. 3).

Há uma “intencionalidade” na ação social (BENVENUTI, 1979), pois ela é intrínseca a cada indivíduo. Observa-se a ação social dos agentes e a relação conflituosa existente na disputa pelo espaço e a dicotomia de interesses entre colonos e proprietários de terras pode-se deduzir que se trata de “uma ação que se orienta pela ação de outras pessoas”, já que as mobilizações dos colonos respondem a ações de outros voltados para interesses comuns que reclamam a posse de terras e, ao mesmo tempo, divergentes já que estão em lados opostos no que concerne à relação de poder imbuída nas interações. Bourdieu contribui para entender este jogo ao dizer que “assim como o espaço político, o espaço social também possui seus dominantes e dominados; e esses dois espaços se correspondem” (BOURDIEU, 2004, p. 201).

No campo prático, essa abordagem foi evidenciada entre os colonos de Potirritá e os da colônia do Oriente que tinham altercação com os fazendeiros que afirmavam ter o título de propriedade das terras por eles ocupadas. No caso específico da Colônia Potirritá tiveram sua retirada exigida pela reintegração de posse das mesmas, caracterizando a dominação e lados postos em vista de um mesmo objetivo “aparente”. Os colonos da colônia do Oriente ocupavam as terras há sete anos e já contavam com ganhar a posse das mesmas, mas tiveram reaberto o processo, não em decorrência da reintegração e sim, devido à ausência de comunicação entre os integrantes da própria colônia mais especificamente entre as lideranças. Neste contexto específico existe um quadro de diversidades e incertezas que os torna solidários, conduzindo-os a interagir e concentrar esforços numa mesma direção, guardadas as devidas proporções, pois nem sempre os objetivos se coadunam.

Aqui se presencia uma forma de “sociação” chamada “conflito” que embasa a interação existente entre os colonos e os proprietários das terras. Para Simmel “o conflito é uma das mais vívidas interações e que, não pode ser exercida por um indivíduo apenas” (SIMMEL, 1983, p. 122). Em seus pressupostos teóricos Simmel concebe o conflito como “forma de socialização”. Assim, “o próprio conflito resolve a tensão entre contrastes”, ou seja, o conflito tem seus aspectos positivos e negativos. É positivo quando capaz de recriar a partir dessa contrariedade, trazendo novas possibilidades, ainda que para isso pressuponha a existência de confronto entre as partes interagentes.

Essa situação de conflito é vivenciada pelos colonos quando tentam buscar recursos legais para se manter na terra. Esse fato ocorreu quando uma parte da área onde fica a colônia de Potirritá foi reintegrada ao fazendeiro. E o restante da área permaneceu em vigilância

constante pelos assentados que viveram vários dias sobressaltados diante da iminência da desocupação (despejo) das terras. A situação conflituosa os aproximou, denotando uma forma de cooperação no sentido de assegurar sua permanência na terra. É possível, então dizer como Simmel, 1983, p.154) que:

O grupo como um todo pode entrar numa relação de antagonismo com um poder exterior a ele e é por causa disso que ocorre o estreitamento das relações entre seus membros e a intensificação de sua unidade, em consciência e ação. Por outro lado, cada elemento de uma pluralidade pode ter seu próprio oponente, mas como esse oponente é o mesmo para todos os elementos, todos eles se unem – e nesse caso os elementos podem não ter tido qualquer relação entre si antes disso; ou podem ter tido, mas agora novos grupos emergem entre eles.

A luta pela terra persiste como pano de fundo atual na realidade dessas colônias. É um conflito iminente que permanece como um legado, e que se reporta a uma espécie de marca do município de Paragominas, que faz referência a questão fundiária. Tornam-se evidentes as relações de poder existente entre os que detêm o poder político, econômico e ideológico e os assentados. O conflito tem o mérito de destacar relações com clareza mostrando intenções e interesses antagônicos, que podem culminar em uma oportunidade para cisão, como também pode assegurar a unidade de um grupo por muito tempo. “O conflito funciona como gerador de possibilidades, que pode reforçar e fortalecer uma determinada circunstância ou nível de poder ou destruí-los definitivamente.

O conflito em muitos casos pressupõe desigualdades sociais existentes e abre precedentes para que outras categorias possam ser abordadas, tendo em vista que as ações individuais e grupais constituem-se na expressão de resistência a um tipo de domínio exercido num determinado ambiente.

Partindo desse pressuposto, destaca-se no contexto estudado o aspecto da “dominação” que expressa também um tipo de interação. Segundo Souza, a dominação se efetiva por meio da aceitação que é trabalhada ideologicamente e politicamente através de práticas políticas, essa situação embota o verdadeiro sentido da participação. Decorre “em face da desigualdade social criada pela própria dinâmica das relações sociais em nível da produção das condições materiais de existência da sociedade, esta, para se manter desigualmente estruturada, requer todo um processo de dominação” (SOUZA, 2000, p.80). Weber por sua vez sinaliza por dominação “a oportunidade de ter um comando de um dado conteúdo específico, obedecido por um dado grupo de pessoas” (WEBER, 1991, p. 33).

Mas a dominação pode ser observada em níveis de interação totalmente diferentes e opostos. Primeiro, faz-se referencia aos assentados e aos que se intitulam detentores da posse

das terras. Segundo no que concernem as relações existentes no interior do próprio grupo de assentados, pois em tais circunstâncias também são identificados comandos que são obedecidos caracterizando assim um tipo de dominação. Terceiro há um tipo de interação exercida entre a empresa de mineração e os munícipes que denota um tipo de dominação ancorada no poder econômico. E, finalmente, o papel da prefeitura e sua relação de poder como legitimadora da lei e da ordem forjando interações expressas em ações e reações permeando todos os níveis acima expostos.

Nessa perspectiva, Weber afirma que “a dominação depende apenas da presença real de uma pessoa emitindo com sucesso comandos a outro, sem necessariamente implicar na existência de um quadro administrativo ou uma associação” (WEBER, 2002, p. 108). Por outro lado, ainda segundo Weber, “na medida em que membros de uma associação estão sujeitos ao exercício legítimo de tal dominação, denominar-se-á associação de dominação” (WEBER, 2002, p. 108).

Nesse sentido, pode-se elucidar as funções políticas dos sistemas simbólicos de que trata Bourdieu (2009). Para este autor, é notório que “as produções simbólicas relacionam-se aos interesses da classe dominante”, ao passo que “as ideologias, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo” (BOURDIEU, 2009, p. 10-11). E ainda de acordo com o autor, neste processo a comunicação tem papel predominante na difusão dessa ideologia que permeia os interesses dos que dominam em uma determinada sociedade.

A manipulação no campo ideológico, no mundo das idéias, utilizando a disseminação de conceitos e intenções carregados de propósitos afetos que fortalecem a ordem estabelecida costuma ser o caminho trilhado para a consecução de tal intento. É possível observar esse jogo político nas interações que permeiam o universo rural perpetuando comportamentos e conduzindo as assimilações que passam a ser reiteradas pelo cotidiano que se reproduz embasado na ideologia dominante. Nessa direção Bourdieu (2009), apresenta o encadeamento das relações de força e poder permeados pelas relações de comunicação, que acabam por viabilizar essa dominação.

É possível notar o imbricar do poder político utilizando-se das relações de comunicação como contributo para a formação da consciência coletiva, perceptível e externalizada no discurso institucional presente na sede do município de Paragominas, observado principalmente nas argüições feitas junto às secretarias municipais. Um desses discursos diz respeito à postura do gestor em relação à empresa Vale e sua alcunha *de prefeito*

empreendedor. A luz dos pressupostos de Bourdieu se clarifica o emaranhado social no qual esta imbuída a sociedade paragominense, trazendo a tona intenções e estratégias de ação que fortalecem a estrutura econômica, social e política vigente, observada nas inter-relações entre os atores sociais tanto no meio urbano quanto no rural.

Se a disputa por terras revela a continuidade de um conflito patente e latente, deve ser observado que este apresenta uma nova roupagem adaptada a atual pretensão por parte do poder local em dissipar o estigma de impunidade e violência, que se abateu sobre o município principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Unido a mídia, o poder público municipal tem se esforçado para a propagação dessa nova imagem, associada à mentalidade de crescimento e desenvolvimento do município, dando relevo especial a consubstanciação dessa reconstrução.

No entanto, na área estudada, o conflito permanece e se apresenta de forma direta na concorrência pela posse das terras e em alguns casos passando do nível da rivalidade para a confrontação aberta, entre fazendeiros e os colonos, como no episódio ocorrido no mês de dezembro de 2009 na colônia de Potiritá que fica em terras pertencentes às fazendas Cachoeira e Independência, quando casas foram destruídas (Fotografia 1), usando um trator para derrubá-las, a fim de assegurar que os colonos não se reinstalariam na mesma área.



Fotografia 1- Casa destruída na Fazenda Cachoeira (Colônia Potiritá)
Fonte: Pesquisa de campo (2009). Foto de autoria da presidente da colônia Potiritá.

O conflito neste caso está evidenciado de forma explícita quando transcende o nível da dominação exercida a partir da detenção de poder político-ideológico e/ou econômico passando para o confronto por meio de uma ação coercitiva da parte de prefeitura e fazendeiro

que, reflete a hostilidade e o antagonismo existente no meio rural.

Nesses termos, de acordo com Durkheim, o “Fato social” tem como característica a “coercitividade”, ou seja, a coerção que exerce ou é suscetível de exercer sobre os indivíduos (DURKHEIM, 1978, p. 48). Mas, uma ação que é exterior ao indivíduo como forma de dominação, não se evidencia necessariamente através de violência arbitrária, pois ela pode representar uma forma de poder econômico, político, cultural e outros, e não necessariamente tem que se consubstanciar numa instituição que indica poder. Nas palavras de Bourdieu (2000, p. 60) trata-se de uma ação que “está em condições de se fazer reconhecer, de obter o reconhecimento, ou seja, de se fazer ignorar em sua verdade de poder”.

Como se pode depreender se trata de um conflito atrelado às condições territoriais, já que os assentados requerem a posse da terra, e mesmo diante de reações adversas não se intimidam, persistem em se manter na área ocupada apesar da destruição de todas as casas cujo acesso passa pela estrada, permanecendo erguidas apenas as casas que ficavam nos caminhos de difícil acesso. Refere-se, mais precisamente, a Colônia de Potiritá mencionada anteriormente, que está dividida pelo rio de mesmo nome e foi palco desses acontecimentos em uma das suas margens, a correspondente a fazenda Cachoeira (Anexo B). Dezenove pessoas voltaram para as casas que permaneciam com a estrutura intacta, enquanto os demais colonos ficaram acampados por mais de um mês fora da área da fazenda que foi reintegrada ao fazendeiro.

A morosidade do processo na negociação com o INCRA levou o proprietário das fazendas Cachoeira e Independência, a “consentir” que os colonos retirassem sua produção da área correspondente a fazenda Cachoeira para vender ou consumir, mas deveriam permanecer em acampamento fora das terras em litígio. No entanto, a revelia os colonos voltaram para a mesma área ocupada anteriormente, e enquanto isso, o fazendeiro ficou aberto a negociações com o INCRA. Atualmente, os colonos estão acampados fora das terras e aguardam negociação entre esta instituição e o fazendeiro, na expectativa de que aquele adquira as terras e venha indenizar o proprietário como também encaminhe os trâmites de legalização dos lotes.

A saída dos colonos da área (Fotografia 2) foi movida pela liminar de reintegração de posse da terra ao fazendeiro em 19 de dezembro de 2009, e retornaram em 15 de março de 2010 até 11 de novembro do mesmo ano, quando o advogado informou-os do Pedido de Revigoração da Liminar Possessória do imóvel denominado Fazenda Cachoeira. Nesse ínterim, o advogado dos colonos apresentou ao juiz um documento informando que os trabalhadores rurais (posseiros), haviam desocupado pacificamente a área em litígio em 11 de

novembro de 2010. Mas um novo Mandado de Reintegração de Posse¹³ foi expedido pelo juiz, determinando que aos colonos que permanecessem na área seriam impostas sanções que iriam de multas diárias no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a prisões em flagrante delito. Todos desocuparam a área no dia 13 de novembro de 2010.



Fotografia 2 - Área desocupada na Fazenda Cachoeira (Colônia Potiritá) Foto da autora - Pesquisa de campo (2010).

Na ocasião também foi feito um relatório pela presidente da colônia Potiritá, comunicando que os colonos permaneciam fora da área a fim de reforma agrária, e que foi enviado para o INCRA. No mesmo documento também foi solicitado o fornecimento de cesta básica para os colonos identificados no relatório, perfazendo um total de sessenta e duas famílias. Tendo sido o pedido atendido pelo INCRA, no dia 14 de dezembro de 2010.

No dia 26 de outubro de 2010 ocorreu o pré-recadastramento e as entrevistas feitas pelo INCRA com os colonos que ocupam a área da fazenda Cachoeira para averiguar as benfeitorias que os colonos haviam feito no local, tais como plantação, criação, e a área

¹³ Isso pode ser averiguado no processo nº 2007;1002765-5 do Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Consulta de Processo de 1º grau Sistema Libra).

aberta. Ao que tudo indicava os trâmites para o processo do assentamento definitivo estavam em andamento. No entanto o desconhecimento da saída do Pedido de Revigoração da Liminar Possessória do imóvel denominado Fazenda Cachoeira ao fazendeiro, em novembro de 2010, impossibilitou ao advogado dos colonos de recorrer em tempo hábil com apresentação da defesa, assim o processo correu livremente o que foi a maior surpresa para os colonos.

A verificação pelo INCRA referente à área aberta é um procedimento que segundo o órgão visa coibir o desmatamento. Na prática, as pessoas com menos de um alqueire e meio (7,26 ha) correm o risco de não ficar com o lote, pois, quem tem menos que essa extensão é considerado um forte candidato ao desmatamento, e desse modo não é contemplado com o lote cuja extensão varia entre 7 a 10ha. As famílias habilitadas a serem assentadas na área, são denominadas pelo INCRA, Clientes da Reforma Agrária e são aqueles que vivem e dependem somente da terra, assim sendo, quem tem imóveis, emprego na cidade ou é aposentado (a), não é considerado como “cliente da reforma”.

Quanto a Fazenda Independência, os colonos permanecem na área. Foi expedida pelo juiz a Carta Precatória, que consiste em documento da Ação de Reintegração de Posse da terra. Desta vez, os colonos recorreram e apresentaram defesa, comprovando que vivem e dependem da terra. Na colônia do Oriente a situação foi diferente, o proprietário das terras não estava disposto a negociações, contudo o processo referente às terras ocupadas havia sido arquivado. Em 2008, o presidente eleito na colônia desavisado da real situação chamou um advogado que reabriu o processo reativando-o novamente, quando essa situação veio a público coincidiu com a liminar de reintegração de posse assinada pela Governadora Ana Júlia Carepa, referente às fazendas Cachoeira e Independência (Colônia Potiritá), estando, portanto a colônia do Oriente fora desse processo de reintegração.

O juiz havia dado ganho de posse das terras a Colônia do Oriente e, quando já estavam decidindo que tipo de assentamento seria definido para àquelas terras, foi feita a reativação do processo. A partir de então, essas conquistas foram paralisadas. Em 2008 foi expedida uma carta precatória requerendo a comprovação por parte dos colonos de que vivem na terra e, que dependem da mesma para sua sobrevivência.

Nesse contexto do entorno de projeto de mineração, além das questões ambientais e sociais é possível também identificar as questões territoriais que despontam neste caso sob outro prisma, que não é somente o daqueles anteriormente voltados para disputa de áreas destinadas a exploração dos recursos naturais, como por exemplo, a mineração onde se cria

uma situação conflituosa entre empresa e populações locais (índios, colonos, populações tradicionais). Pode-se ver também outro nível de interação despontando na teia de relações sociais: os proprietários de terras, ou seja, os fazendeiros e os colonos (ocupantes das terras), que mantêm vínculo latente entre si, e ambos estão direcionados para assegurar a sua territorialidade.

Em outras palavras, além das tensões comumente “esperadas” num contexto de exploração mineral onde se travam conflitos de interesses entre mineradoras e populações locais, na pesquisa em questão, já preexistiam tensões entre colonos – pessoas que tomaram a posse de terras abandonadas -, e aqueles que se intitulam proprietários dessas terras. Os colonos passaram a investir tudo o que possuíam nas terras ocupadas, para algumas famílias tudo o que “possuem” é aquele pedaço de chão. Portanto, todo empenho reside em assegurar essa territorialidade.

As questões territoriais assumem um papel de relevância e merecem ainda que de forma breve certa explanação, pois estão entendidos como espaço onde coexistem coisas e relações imbricadas na essência da vida rural. Território pressupõe uma realidade relacional (SANTOS, 2008).

2.2 HISTÓRIA E O COTIDIANO DAS COLÔNIAS

As Colônias, apresentadas nesta dissertação, tiveram seu prenúncio, a partir de um rumor de que estavam formando um grupo de pessoas interessadas em ocupar terras há muito abandonadas, e nesse intento, muitas pessoas se aventuraram em direção a esse objetivo consubstanciado principalmente no desejo de possuir um pedaço de terra. Essas investidas eram realizadas de madrugada para fugir da vigilância dos “seguranças”, que estavam a postos em pontos estratégicos na estrada para impedir a entrada de pessoas nas terras, desse modo, os “invasores” tinham que enfrentar também a escuridão e travessia de pequenos trechos de rios.

Aqui se ressalta que outros já vivenciaram conflitos agrários em momentos muito difíceis no município de Paragominas, conflitos de acirrados ânimos e de muita violência, na década de setenta e oitenta. No entanto, na recorrência e persistência do monopólio de terras nas mãos de uma minoria que detém o poder político e econômico e, portanto, dita as regras coniventes aos interesses do capital, continuaram ocorrendo situações de ocupações de áreas improdutivas.

A área encontrada para ocupação apresenta uma vegetação secundária chamada pelos colonos de “juquira”. A presença da juquira caracteriza a passagem do homem anteriormente pela região, provavelmente extraindo madeira para comercialização, mantendo a mata nativa apenas nas cabeceiras dos rios. Segundo os ocupantes, as terras eram “áreas há muito tempo abandonadas e sem nenhuma serventia e não tituladas”, e alguns dos que se dizem proprietários, segundo a fala dos assentados, “não apresentam nenhuma documentação que comprove a propriedade”.

Neste estudo, as colônias ocupam uma área de terras em litígio, onde são encontradas aproximadamente 660 famílias, perfazendo um total de aproximadamente 3.000 mil pessoas e são denominadas: colônia do Oriente, colônia Beira Rio, colônia Fé em Deus, e colônia Potiritá, tendo ainda a colônia Lagoa Grande, onde não foi possível acesso devido a vários fatores, dentre eles: a constante permanência de “seguranças”. Trata-se de um assentamento mais recente e, portanto, fugiria um pouco do foco de estudo, por ter sido ocupada depois do início da extração de bauxita e da construção do mineroduto; e ainda pelo fato das pessoas assentadas muito dificilmente encontrarem-se no local. As informações sobre esses assentamentos foram obtidas através de conversas com colonos residentes nas colônias adjacentes.

Tabela 1 - Famílias Residentes nas Colônias por ha

Colônia	Famílias	Hectares Família	Hectares Colônia
Oriente e Fé em Deus	323	48,4 ha	15.633,2
Beira Rio	150	48,4 ha	7.260,0
Potiritá	150	33,88 ha	5.082,0
Lagoa Grande	37	33,88 ha	1.253,56
Total Famílias			660
Total de Pessoas			3.000
Total Hectares			29.228,76

Fonte: Dados elaborados a partir da pesquisa de campo (2009).

Na tabela acima foi considerado para base de cálculo 01 Alqueire Mineiro que corresponde a 4,84 ha, sendo que nas colônias Oriente, Fé em Deus e Beira Rio consideram-se 10 alqueires por família e nas colônias Potiritá e Lagoa Grande, apenas 07 alqueires por família, essa diferenciação se deveu a informações obtidas com os próprios colonos.

A Colônia do Oriente correspondia a uma área muito extensa, que abrangia as colônias Beira Rio e Fé em Deus, que posteriormente seriam “desmembradas”, assumindo lideranças

específicas, até mesmo pela dificuldade de comunicação e articulação entre os membros ocasionada pela distância e dificuldade de acesso. A área correspondente as três colônias perfaz 22.893,2 ha.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DAS COLÔNIAS

As colônias estão organizadas internamente através da Associação dos Produtores Rurais, que elege seus presidentes para um mandato de dois anos, podendo ao termino do mandato concorrer para reeleição. Cada associado deve contribuir com R\$ 7,00 (sete reais) mensais por família. Arrecadação que tem como objetivo ser revertido para os interesses dos próprios colonos principalmente na consolidação de seus direitos a terra.

2.3.1 Colônia Oriente

A colônia existe como tal desde 2002. Encontra-se a aproximadamente 12 km do Platô Miltônia Três (informações obtidas durante pesquisa de campo, na colônia do Oriente). Corresponde a uma área de mais de 5.000 hectares, dividido em 48,4 ha para cada família. Sendo que no patrimônio os lotes são de 25X50.



Fotografia 3 - Ponto demarcatório entre a Colônia do Oriente e Potirritá. Foto da Autora - Pesquisa de campo (2009).



Fotografia 4 - Trecho de acesso a Colônia do Oriente. Foto da Autora - Pesquisa de campo (2008).

Na época das chuvas o acesso em vários trechos da estrada torna-se muito dificultoso. Por meio da fotografia 4, então, é possível imaginar o transtorno no período chuvoso, posto que mostra um trecho da estrada que conduz a Colônia do Oriente.

No decorrer da pesquisa de campo foram identificados vários aspectos concernentes a realidade das colônias, além dos aspectos físicos, foi possível observar depoimentos referentes a mudanças no cotidiano relacionadas às práticas concernentes as atividades econômicas.

Depois da chegada da empresa as estradas pioraram. As empreiteiras com os carros grandes acabaram com a estrada. (entrevista feita a um morador da colônia do Oriente em Nov/ 2008).

Antes da empresa as pessoas eram empregadas na carvoaria, nas serrarias e na agricultura (entrevista feita a um morador da colônia do Oriente em Nov/ 2008).

A partir da fala dos colonos, antes da chegada da CVRD na região, um grande contingente da população local estava trabalhando nas serrarias, na carvoaria e na agricultura de subsistência. Os tipos cultivados eram mandioca, arroz, milho, inhame, batata doce, acerola manga, tangerina, caju, cacau. Essa atividade não era exercida isoladamente, mas de forma intercalada e se complementava isto é não havia monocultivo ou sobreposição de um tipo de cultivo ao outro. Estas acompanhavam a sazonalidade local enquanto o colono diversificava a produção trabalhando nas carvoarias.

De acordo com as observações em campo, a atividade econômica nos dias atuais ficou mais restrita e os produtos cultivados e comercializados se resumem ao cultivo da mandioca, arroz, e milho, os quais são cultivados apenas anualmente. Tal restrição deve-se a redução das

serrarias e as denúncias quanto a atividade de carvoaria, apesar disso ainda existem vários fornos e caieiras espalhados pela colônia. –“o carvão faz parte da colônia do Oriente”, comentou um dos moradores (informação verbal obtida na primeira visita a campo, novembro/2008)¹⁴. Na fala de uma entrevistada na Colônia Oriente “O Arco de Fogo (formado pela polícia civil e militar, a mando do governo federal) derrubava os fornos de carvão que encontrava pelo caminho e agora vem o Arco Verde para amenizar a destruição feita anteriormente”¹⁵.



Fotografia 5 - Fornos de carvão na Colônia do Oriente. Fotos da Autora - Pesquisa de Campo (2008)

Em decorrência da pressão feita por instituições governamentais foi possível observar que um ano depois havia outra atitude por parte de muitos colonos no que tange a não utilização de fornos de carvão, tendo sido bastante reduzida essa atividade, alguns até mesmo destruíram os fornos que havia no terreno por eles ocupado, considerando que tal comportamento deveu-se a fiscalização efetuada propondo o desmatamento zero através do Selo Verde. As lideranças das colônias assinaram um documento junto à prefeitura dispondo-

14 Arco de Fogo: A Operação Arco de Fogo, de combate à extração e venda clandestina de madeira na Amazônia Legal, já aplicou R\$ 31,3 milhões em multas e apreendeu 25,8 mil m³ de madeira em tora e serrada no Pará, Mato Grosso e Rondônia, onde está sendo realizada a ação integrada das forças federais desde o início de fevereiro (FOLHA, 2008).

15 Arco Verde: A caravana do Mutirão Arco Verde Terra Legal iniciou em julho de 2009 a terceira etapa de atendimentos nos 43 municípios do Arco Verde. As ações abrangeram os municípios de Machadinho d'Oeste (RO), Feliz Natal (MT) e Paragominas (PA). Em Machadinho d'Oeste e Paragominas foram iniciados os trabalhos de cadastramento do Terra Legal, programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com estados e municípios, para regularizar posses de até 15 módulos fiscais localizadas em áreas não destinadas da União.

O Mutirão Arco Verde Terra Legal foi coordenado pela Casa Civil e pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Meio Ambiente (MMA). A ação, que será desenvolvida até outubro em 43 municípios onde são registrados os maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal, promove ações como capacitação, emissão de documentos, entrega de bibliotecas, patrulhas agrícolas e acesso a benefícios previdenciários, além de serviços realizados pelos estados e municípios.

Mutirão Arco Verde Terra Legal, o governo federal mobiliza 13 ministérios, autarquias, empresas e bancos públicos. A ação é parte da estratégia de implementação de uma série de políticas e ações públicas coordenadas de estímulo a um modelo de produção sustentável, prevenção e combate ao desmatamento e à grilagem de terras na Amazônia Legal. (REDENOTÍCIAS, 2008).

se a cooperar com o desmatamento zero.

Quando inquiridos sobre mudanças no cotidiano da colônia a partir da chegada de um vultoso empreendimento como o Projeto Bauxita de Paragominas, muitos o associaram a chegada da energia elétrica, porém outros divergiram, asseverando a existência de mudanças maléficas, como por exemplo, as estradas que se tornaram mais precárias do que antes devido ao tráfego de veículos pesados a serviço de empresas de terraplanagem (Traterra).

Ainda quanto a mudanças ocorridas pode-se ressaltar que na colônia do Oriente o mineroduto passou por terras que estavam ocupadas por colonos e, que por isso foram indenizados. Fato que ocasionou transformações no cotidiano devido ter conduzido a novas possibilidades, como por exemplo, ter a casa construída de alvenaria. Segundo informações *in loco* mais de quinze famílias foram indenizadas pela VALE, inclusive alguns terrenos apresentavam o cultivo de culturas enquanto outros ainda eram constituídos por mata, sendo que em ambos os casos as indenizações ocorreram considerando as benfeitorias feitas na área.

No caso de um dos entrevistados em particular, a indenização correspondente a R\$2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), correspondeu a um terreno de 48,4 ha de mata fechad

a. O dinheiro da indenização possibilitou a construção da casa de alvenaria, mas nesse caso em especial o mesmo continuou postergando o sonho de investir em um viveiro de peixes, já que considera as condições da área propícia para tal investimento.

No caso do município de Paragominas o mineroduto acompanha a Linha de transmissão de energia elétrica que foi construída para viabilizar o grande empreendimento de extração de bauxita.



Fotografia 6 - Linha de Transmissão de Energia e Mineroduto na Colônia Oriente, próximo às vilas Patrimônio.

Fonte: Pesquisa de campo (2009).



Fotografia 7 - Fotografia da placa sinalizando a passagem do Mineroduto Bauxita Paragominas na Colônia do Oriente. Foto da Autora - Pesquisa de campo (2010).

A área identificada na fotografia 7 também se encontra na Colônia do Oriente e o duto que transporta bauxita está enterrado na estrada por onde transitam os colonos e por onde escoam sua produção. A placa adverte para não serem feitas escavações nem transitar com veículos sobre a faixa, o que não é obedecido, já que os colonos residentes nessas áreas não

têm outra estrada alternativa para trafegar.

A água consumida até 2008 pela colônia do Oriente era proveniente do Igarapé Jacarezinho, que corta toda a colônia, pois a tentativa de um poço artesiano não havia funcionado. Atualmente, existe um poço artesiano no posto de saúde que abastece toda a colônia.

As reuniões com a liderança da colônia são realizadas na Associação dos Pequenos Produtores Rurais, porém não conta com a participação de todos os moradores, pois alguns consideram desnecessário contribuir com a taxa de associado, bem como comparecer com assiduidade às reuniões. Foi possível perceber a distância de alguns no que tange aos assuntos coletivos ainda que traga um indicativo de melhorias que culminarão para interesses comuns. Alguns justificam tal comportamento embasado no descrédito quanto à eficácia de resultados concretos.



Fotografia 8 - Associação dos Pequenos Produtores Rurais. Fotos da Autora – Pesquisa de campo (2009).

2.3.2 Colônia Fé em Deus

A colônia Fé em Deus dista aproximadamente 18 km da Colônia do Oriente. As culturas existentes são basicamente as mesmas mencionadas nas outras colônias (milho, arroz, mandioca, macaxeira). Segundo a fala de um dos colonos, “é difícil vender a farinha, pois o preço não compensa o trabalho”. Dentre as reivindicações para tornar a vida melhor foram expostas as necessidades de uma “limpadeira” de arroz e de transporte para levar o excedente do que é produzido até os compradores em potencial que se encontram na sede do município.

Alguns dos que lá residem trabalhavam como pedreiro quando aparecia serviço, optaram por invadir as terras para plantar e dessa forma garantir a alimentação, há os que permanecem porque nutrem a esperança de uma possível negociação futura com a VALE, caso seja detectado a existência de minério nas terras por eles ocupadas.

Para conseguirmos esse pedaço de chão enfrentamos uma barreira muito pesada, enfrentamos a polícia, pistoleiro e perdemos alguns pertences, inclusive armas. Tomaram até a espingarda de o meu marido caçar. (Entrevista a moradora da Colônia Fé em Deus em Out/2009).

A fala dessa moradora denota o nível do conflito existente para a permanência das famílias na terra e a incerteza quanto ao dia de amanhã.

2.3.3 Colônia Beira Rio

A Comunidade Beira Rio, já existe como tal há oito anos e corresponde a uma área de mais de 5000 ha, sendo 48,4 ha para cada família. Quando a VALE começou a explorar a bauxita, no Platô Miltônia, as pessoas já viviam na comunidade há quatro anos. É atribuído como um benefício para a vida na colônia a chegada da energia elétrica, fato que é associado por alguns a vinda da VALE no município, apesar de fazer parte do Programa Luz para Todos. O abastecimento de água por sua vez consiste na utilização da água do rio.

O mineroduto passa em parte da colônia, sendo que neste caso houve poucas indenizações e o número de famílias é bem menor. Apenas seis pessoas foram indenizadas. A VALE convocou os colonos para reuniões a fim de tratar das indenizações, que oscilaram entre R\$ 750,00 (Setecentos e cinquenta reais) a R\$ 8.300,00 (Oito mil e trezentos reais), levando em consideração as benfeitorias efetuadas nos terrenos. Um ano após o início do funcionamento do mineroduto ocorreu uma falha técnica inesperada que resultou no entupimento da tubulação de transporte da bauxita no Km 23, justamente na Colônia Beira Rio, e para prevenir futuros problemas foi providenciado pela VALE a construção de uma bacia que receberá o excedente do material que passa pela tubulação caso ocorra outro entupimento. A finalidade da bacia é reter a bauxita a fim de evitar que a mesma seja depositada nos rios e igarapés. Foi feito um furo no duto que desviou o material que ocasionou o entupimento para a bacia construída ao lado. Demonstrado no registro fotográfico abaixo.



Fotografia 9 - Mineroduto na Colônia Beira Rio KM 23 Foto da própria autora. Pesquisa de campo (2010).

O Mineroduto encontra-se exposto devido ao entupimento ocasionado justamente nesse ponto, mas no geral não é possível visualizá-lo, pois permanece enterrado. Nessa ilustração, é possível, ainda, ver o furo feito no duto como alternativa para resolver o entupimento ocorrido (Fotografias 10 e 11).



Fotografia 10 - Tubo que joga a bauxita para Bacia. Foto da própria autora. Pesquisa de campo (2010).



Fotografia 11 - Bacia receptora do resíduo resultado do entupimento. Foto da própria autora. Pesquisa de campo (2010).

Na Colônia Beira Rio é possível encontrar áreas com algumas cabeças de gado e certa estrutura fugindo bastante do perfil da maioria dos colonos.

2.3.4 Colônia do Potiritá

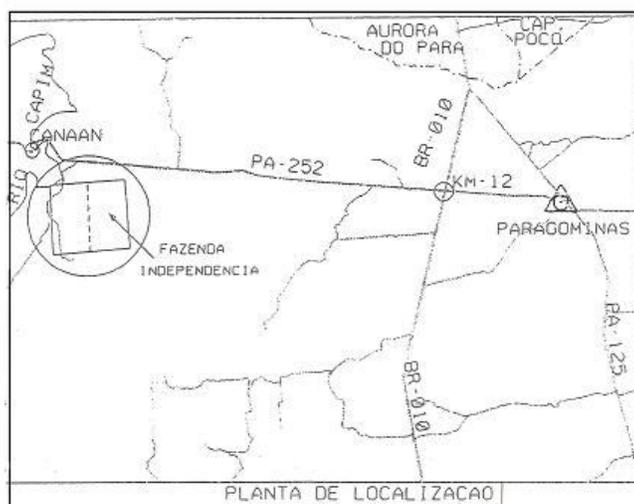


Figura 1 - Localização Colônia Potiritá
Fonte: BRASIL (2008) Material coletado em Pesquisa de campo (2010).

A figura de localização apresenta na área dentro do círculo a direita a Fazenda independência e a esquerda a Fazenda Cachoeira, que corresponde a Colônia Potiritá assim denominada pelos colonos ocupantes da área.

O conhecimento da existência desta colônia veio por meio de conversa com o Sr. Hermes (presidente da feira dos colonos em Paragominas) e com o Sr. Pedrão (motorista do ônibus que leva a colônia do oriente). Inicialmente identificou-se a existência de apenas duas comunidades, as proximidades do Platô Miltônia, a saber: Colônia Oriente e Beira Rio, porém na colônia do Oriente, em conversa com um dos moradores fiquei ciente da existência da Colônia Potiritá como sendo uma junção das Fazendas Cachoeira e Independência, e que viviam lá cerca de 150 famílias, sendo ocupações originadas no ano de 2001. Uma liderança da colônia referindo-se ao início da ocupação reporta-se da seguinte forma: *“No início foi difícil enfrentando barreira – dono da terra – fazendeiro. Não tinha nada, só tinha capoeira, a madeira boa já tinha sido retirada”* (Entrevista na Colônia Potiritá em Out/2009).



Fotografia 12 - Trecho do Rio Potiritá
Fonte: Pesquisa de campo (Out/2009).

Os ocupantes da colônia buscam organizar-se por meio da associação do pequeno produtor rural. A escolha da liderança desta associação é feita mediante edital estipulando o prazo de 30 a 60 dias para os candidatos fazerem sua campanha e ganha quem obtiver maior número de votos. Os critérios exigidos para a candidatura são: ser morador da colônia (ter lote de terra), ser alfabetizado, e estar em dia com os pagamentos da taxa da associação. A associação possui CNPJ e cada associado tem uma carteirinha que o identifica como tal.

Já na terceira viagem de campo foi possível retornar as colônias em uma abordagem mais detida utilizando as entrevistas para inferir sobre o cotidiano dos que lá residem.

A colônia do Oriente é a única que possui um posto de saúde e uma escola. O Posto de saúde foi construído pelos colonos e funciona desde 2007, porém, oficialmente nunca foi

inaugurado, pois a Prefeitura nunca o equipou, a contribuição recente desta foi a lâmina p/exame de malária e o Microscopista. A escola funciona de 1ª a 7ª série do ensino Fundamental (Fotografias 13 e 14) e atende a demanda das demais colônias mencionadas nesta pesquisa. O nome da escola não está identificado no prédio, os moradores a chamam de Sapequinha, porém na lista que foi a mim apresentada na SEMEC pela Coordenadora da Educação no Campo, a escola foi identificada como Conto de Fada.



Fotografia 13 - Posto de Saúde – Foto da Autora -Pesquisa de campo – (2008)



Fotografia 14 – Escola. Foto da Autora - Pesquisa de Campo. (2009)

Na colônia Potiritá, os colonos se ressentem da ausência desses serviços, possuem apenas a Associação de Produtores rurais de Potiritá. As crianças para estudar têm que se deslocar para a colônia do Oriente e são penalizadas pela distância entre suas casas e a escola. Segundo relato de um colono “*As crianças andam quatro quilômetros, dois para dormir e mais dois para pegar o ônibus para chegar à escola*”. A distância entre as duas colônias corresponde a aproximadamente 14 km. Embora a torre de linha de transmissão de energia passe nas proximidades dessas colônias, não há energia elétrica nas mesmas, o que segundo a fala dos colonos limita o bombeamento de água para “agoar a lavoura”.

A agricultura de subsistência é sua principal atividade econômica através do cultivo de arroz, mandioca, milho, feijão, abóbora, melancia, acerola, banana, abacaxi e outros, ainda que em pequena escala também pratiquem a criação de animais como aves e porcos. Segundo informações obtidas com a presidente da colônia, cerca de 80% das famílias dependem exclusivamente da roça para sobreviver, sem renda externa nem apoio de terceiros. Isso demonstra a circunscrição da dispersão desses colonos que provavelmente implicaria na ausência de atividades que pudessem receber esse contingente de mão-de-obra redundando provavelmente em um problema social a mais para o município.

Segundo relato da liderança dos moradores a produção de mandioca em alguns casos é bem significativa e extrapola o consumo familiar, sendo comercializado o excedente demonstrando a importância do uso da terra na produção.



Fotografia 15 - Produção de banana e macaxeira. Fotos da Presidente Colônia Potirítá - Pesquisa de Campo. (2010).



Fotografia 16 - Produção de mandioca, acerola e abacaxi. Fotos Presidente Colônia Potirítá - Pesquisa de Campo. (2010).



Fotografia 17- Criação de porcos e patos. Fotos Presidente Colônia Potirita – Pesquisa de Campo. (2010).

2.4 PERFIL DOS COLONOS

O interesse em ocupar um pedaço de terra é compartilhado por pessoas que têm em comum o desejo de possuir um pedaço de chão que lhes propicie uma oportunidade a mais onde poderão desenvolver uma atividade que permita trabalhar e ampliar um projeto de vida, outras ainda por mera especulação, pois no futuro, almejam beneficiar-se com possíveis negociações advindas de uma valorização da área e há ainda aqueles que sem nenhuma alternativa resolvem arriscar em direção a um futuro que esperam ser bem melhor.

Dentre as pessoas que procuram áreas onde possam ocupar, destacam-se aquelas que tudo o que possuem está única e exclusivamente naquele pedaço de chão, porque venderam o que tinham para investir, ou devido à falta de oportunidades na cidade, geradora de uma situação de desemprego. Além de existirem aqueles que apesar de fixarem residência na sede do município, querem um pedaço de terra para aplicar parte de sua renda no plantio e na criação de animais, e que encontra na ocupação de certas áreas na zona rural a oportunidade para concretizar seus objetivos. Outros, ainda, possuem um histórico com o trato com a terra como um legado de seus pais e avós e novamente encontram a possibilidade de perpetuar essa relação.

A seguir, a fala de alguns entrevistados evidenciando os motivos pelos quais se dirigiram para a zona rural: alguns procuravam condições materiais para continuar a reproduzir suas formas de vida baseada na pesca ou agricultura; outros já haviam realizado trabalhos temporários na construção civil e desejavam voltar ao campo. Essas narrativas estão transcritas abaixo.

Vim caçar e pescar, quando encontrei o movimento fui ficando. Estava de benefício, adoeci e não pude mais trabalhar em firma de compensados (entrevista feita na Colônia de Potirítá em Out/2009).

Vim porque queria sustentar os filhos, queria trabalhar na terra. Não vim para roçar Junqueira, queria um terreno na mata. Não vim especular, vim trabalhar, os mais antigos já venderam (Entrevista na Colônia do Oriente em Out/2009).

Querida um local mais próximo da sede do município. Em Ipixuna foi ficando só fazenda e vir pra cidade ficou difícil (Entrevista na Colônia do Oriente em Out/2009).

Vim devido ao desemprego, a única alternativa foi a mata (Entrevista na Colônia do Potirítá em Out/2009).

Querida um pedaço de terra. Invadir foi a única maneira de ter (Entrevista na Colônia do Potirítá em Out/2009).

Trabalhava com açougue, vim porque achava que era um sossego a mais, os filhos já estavam criados (Entrevista na Colônia do Potirita em Out/2009).

Eu trabalhava de pedreiro quando aparecia trabalho, resolvi invadir para plantar e garanti comida (entrevista na Colônia Fé em Deus em Out/2009).

(Morava em Paragominas, não podia pagar aluguel, por isso vim (Entrevista na Colônia Beira Rio em Out/2009).

Tem-se um perfil aparentemente diverso dos colonos que se dirigem para a zona rural, porém as intenções que os moveram de certo modo se coadunam. As similitudes são ainda mais acentuadas a partir de interesses que passam a comungar na convivência nas colônias, quando surgem desafios em comum e necessidades de estrutura para que possam reproduzir esse novo modo de vida. O desemprego tem preeminência na motivação que os levou a ocupar as terras, a necessidade de trabalho ou a inadequação de sua mão de obra as exigências do mercado, quer por limitações de ordem física ou ausência de qualificação, encontra na invasão uma alternativa. Outros foram tolhidos de oportunidades, como por exemplo, viver da produção da terra, já que os espaços foram tomados por grandes propriedades, tornando inviável a vida no campo daqueles desprovidos de bens, que não podem concorrer com os grandes proprietários e acabam induzidos a vender suas terras. Por outro lado, esses deslocamentos são incrementados pelo desejo de possuir terras, os quais são vislumbrados com a oportunidade das invasões.

A seguir apresenta-se um quadro que se propõe elucidar a origem dos que ocupam as colônias enfatizadas nesta pesquisa.

Colônia	Originário de outra cidade	Entrevistados por Colônia
Oriente	09	16
Beira Rio	02	03
Fé em Deus	01	02
Potiritá	06	07
Total de Entrevistados área Rural		28

Quadro 3 - Local de Procedência dos colonos

Fonte: Dados elaborados pela própria autora a partir da pesquisa de campo (2009).

Dentre os entrevistados a maior parte tinha como local de origem o estado do Maranhão, fato que não é novidade no Pará; já que muitos maranhenses vêm à procura de oportunidade de trabalho principalmente em áreas de exploração mineral; seguido de Goiás, Bahia, Tocantins e outros municípios do estado do Pará, como Vigia, Santarém e São Miguel do Guamá e Castanhal.

Conforme tratado anteriormente, muitas pessoas no município de Paragominas são oriundas de outras regiões do Brasil, como também, de vários municípios paraenses, mas se fixaram no município há bastante tempo. Dentre os entrevistados estão apenas três pessoas residindo a menos de uma década no município, nove pessoas a menos de duas décadas, treze pessoas entre duas e três décadas e três pessoas residindo em Paragominas há quatro décadas. Quanto ao tempo em que estão vivendo nas colônias oscilou entre um a nove anos. Sendo os moradores da colônia do Oriente os que estão a um período mais longo por se referir ao primeiro deslocamento de pessoas para a área rural, em se tratando das colônias pesquisadas.

Nas entrevistas efetuadas o grau de instrução predominante na área rural foi o fundamental incompleto com 37,5% dos entrevistados, seguido do analfabeto e do semi-analfabeto, sendo encontradas apenas duas pessoas que possuíam o nível médio completo, destacando-se uma liderança comunitária que estava fazendo um curso de graduação e um morador da Colônia do Oriente.

Tabela 2 - Grau de Escolaridade dos Entrevistados (Área Rural)

Escolaridade	Número	%
Analfabeto	05	17,86%
Semi- Analfabeto	07	25,00%
Ens. Fund. Incompleto	10	35,71%
Ens. Fund. Completo	02	7,14%
Ens. Médio Incompleto	0	0
Ens. Médio Completo	02	7,14%
Ens. Superior Incompleto	02	7,14%
Ens. Superior	0	0
Total	28	100%

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir de pesquisa de campo (2008-2009-2010).

A atividade exercida pelas pessoas anteriormente se alterna entre: os que trabalhavam em construção civil (pedreiros e carpinteiros); trabalhavam nas fazendas e serrarias; e aposentados pela prefeitura do município. Tendo predominância os provenientes das duas primeiras atividades citadas.

2.5 NECESSIDADES PREEMINENTES OU CONSCIÊNCIA DA NECESSIDADE

As necessidades surgem na medida em que os colonos vão se deparando com desafios que inviabilizam a reprodução da vida local. E a partir desses desafios que são inerentes as coletividades surgem novos interesses que passam a coadunar a iniciais contradições num processo dialético de novas motivações e intenções que se tornam convergentes na construção processual dessa nova realidade.

Nessa nova reprodução da vida local, as pessoas não possuem o título da terra e experimentam dificuldades quanto ao acesso aos meios de obtê-lo, fato esse que inviabiliza a questão dos financiamentos para a agricultura. Encontram-se também entre as principais reivindicações, a assistência na área da saúde, pois, o foco de malária é muito alto na região. A construção de mais uma escola; melhores estradas; conserto e melhoria das pontes e a mecanização da agricultura também compõem a lista de serviços e equipamentos públicos necessários para a melhoria das condições de vida local.

Em novembro de 2008, o posto de saúde existente não funcionava. Atualmente observa-se uma relativa melhoria, pois agora é feita a coleta de amostras de sangue dos

colonos suspeitos de malária, no próprio posto e o microscopista avalia e medica, além de encaminhar às lâminas para exame. Existe também uma equipe itinerante de saúde composta por um enfermeiro e três técnicos de enfermagem que percorrem as 32 comunidades existentes no município. Essa morosidade, ocasionada pela ausência de pessoal capacitado para atender a demanda do município, faz com que a equipe leve em média três meses para voltar à mesma colônia. A equipe encaminha para a sede do município “casos impossíveis” de resolver e dá prioridade aos exames de pré-natal nas localidades.

Dentre os fatores que impedem a obtenção de um quadro maior de pessoas qualificadas, consideram-se os baixos salários, que sem dúvida são um dos fatores determinantes quanto à ausência de atrativos a candidatos para assumir postos de trabalho na área de saúde na zona rural, além de outros é claro, como o desconforto e as endemias. Apesar da deficiência no atendimento, já foram reduzidos os casos de verminoses e mortalidade neonatal, segundo informações obtidas em entrevista com o enfermeiro que chefia as equipes.

O surto de malária arroja um número elevado de infectados e o tratamento se restringe às conseqüências, já que não se tem como combater a causa. É necessário investir em pessoal capacitado (“busca ativa”) para destruir os focos de transmissão, por outro lado, existem as implicações ambientais que restringem a borrifação de veneno nas áreas endêmicas. Outro fator de restrição consiste na dependência de iniciativas na esfera estadual, já que o combate a malária está subordinado ao governo do estado, e não se soube se chegam de forma eficiente às informações aos órgãos competentes. Esses são dados coletados a partir da entrevista realizada com o enfermeiro-chefe, que lidera as equipes do hospital municipal que atende as colônias em Paragominas.

A partir das argüições feitas foi possível perceber que o sindicato tem atuado na área rural na melhoria da educação em alguns assentamentos como Caipe, Luiz Inácio e Nova Vida. Tem reivindicado a regularização das terras dos colonos junto aos órgãos competentes, como também a mecanização das mesmas. No entanto, um dos maiores obstáculos encontrados pelo sindicato refere-se à regularização fundiária, devido à ausência de interesse por parte dos órgãos competentes em efetivá-las.

A precariedade dos transportes é outro fator que se apresenta como limitante no que se refere aos objetivos a serem alcançados pelo sindicato sendo acompanhado pelas estradas ruins.

Segundo a fala do secretário do sindicato dos trabalhadores rurais de Paragominas, as políticas públicas mais relevantes no município se encontram na área da educação, tendo sido

investido no espaço físico, na reforma e construção de novas escolas e na merenda escolar. Ele trata também do Projeto Hortaliças na colônia Uraim, em parceria com o SEBRAE. Segundo ele, a sede do município é mais contemplada com políticas públicas do que as comunidades rurais. De acordo com um dos entrevistados:

Política Pública para a zona rural especificamente não há, o que há é política pública de modo geral. A zona rural não para de crescer, todo dia surge um vilarejo novo, não dá para acompanhar esse movimento das comunidades com toda a assistência que deveria, o movimento é muito intenso. As políticas públicas não são exclusivas para a área rural, mas se estende a elas. As escolas da zona rural de Paragominas têm a mesma estrutura (padrão de construção) que a sede do município, os professores na sua maioria são de nível superior. Na Caipe tem uma escola maior e mais bonita que muitas da zona urbana. No postos de saúde, nas comunidades que tem postos de saúde, (que não são em todas), o nível de atendimento também é bom. A política pública que é aplicada a área urbana se estende a área rural (Técnico da Prefeitura entrevista em 2009).

Foi recorrente a fala de vários entrevistados na área rural protestando quanto à concentração de recursos e de obras de infra-estrutura na sede do município em detrimento a várias necessidades na zona rural como, por exemplo, melhores estradas, transporte, ponte e maior número de escolas, um trator de esteira. Segundo a fala da liderança de uma das colônias: *“Agora o trator de pneu foi emprestado pela prefeitura depois de pressão de 300 pessoas das cinco colônias”*.

De acordo com o comentário de outro entrevistado: *“O executor do INCRA de Paragominas, diz que só tem fazendeiros na área e não encaminha para o Estado as necessidades das Colônias”*. A fala do entrevistado se refere a área de estudo; e denota um equívoco da parte dos técnicos da referida instituição, pois ou as colônias em questão ou não são contabilizadas, ou não existem para o poder público. As demandas dos colonos não são consideradas, e tal comportamento provavelmente deve-se ao fato de ocuparem terras em litígio, ou devido considerarem apenas a área de fazendas correspondente ao Platô Miltônia, sem ponderar que o mineroduto passa pelas colônias Oriente e Beira Rio.

O acesso as colônias é feito por meio de um transporte coletivo que faz o percurso (Sede do município – Colônia do Oriente/ Sede do município – Colônia Beira Rio). Saindo as 06 h e 30 da manhã da antiga Usina de Arroz do Ceará em direção as colônias; esse itinerário é feito nas terças, quartas e sextas feiras. A passagem custa R\$ 15,00 (quinze reais) e é cobrado R\$ 3,00 por volume transportado. Os colonos reclamam do preço da condução, pois acarreta em mais custos para levar a produção até a cidade; além de não ser o transporte adequado para este fim, ainda é dividido com pessoas, materiais de construção, aves etc. O preço de venda da saca de arroz oscila entre R\$ 30,00 (trinta Reais) e R\$ 37,00 (trinta e sete

reais) e a saca de farinha e vendida a R\$ 40,00 (quarenta reais).

Associado ao transporte os colonos enfrentam dificuldade para levar o que produzem até a sede do município dependendo apenas do ônibus ou de carona com os poucos colonos que possuem veículo próprio. Muitas vezes a produção ainda não tem destino certo, têm que procurar um comprador ou levar para a feira do produtor rural.

O sucesso ou ausência de medidas em direção a superação da problemática existente nas colônias, até certo ponto podem ser atribuídos a insuficiência de alternativas de participação (MARTINS, 1985), porém muito mais a carência de iniciativas políticas condizentes com um quadro de referência muito mais amplo do que o prisma limitado das colônias (STAVEHAGEN, 1979).

De certo modo a vontade política canalizada de forma equilibrada já pode amenizar e/ou dirimir a gama de necessidades que emergem na reprodução do modo de vida no meio rural em âmbito geral. Na verdade, o que ocorre é que, as prioridades municipais estão atreladas muitas vezes a interesses que respondem a apelos não apenas locais, mas vinculados as relações econômicas que obedecem aos interesses da esfera estadual, nacional e, em certas circunstâncias, globais.

3 OUTRA HISTÓRIA: TERRAS GRILADAS EM PARAGOMINAS

O propósito deste capítulo é elucidar alguns nexos existentes nas questões concernentes à disputa e especulação sobre a terra, que consiste aqui em sinônimo de poder, e a relação existente entre estas e as colônias agrícolas alvo de estudo. Para tanto, será necessário remeter-se, ainda que de forma breve, a questão da propriedade privada da terra, bem como a história do município no que tange ao processo de povoamento e do uso da terra.

Nessa dinâmica é fato que prevalece uma permanente disputa territorial atrelada a interesses políticos e econômicos, que há décadas já é bastante emblemático na região. A ocupação de terras remonta de muito tempo levando muitos a fazerem fortuna, tanto os que possuíam títulos como os que não possuíam. [...] “em meados do século XIX, existiam fortíssimas reivindicações no sentido do livre acesso à propriedade da terra” (PRESSBURGER, 1986, p.12).

Os movimentos que já existiam desde o século XVIII, politicamente se baseavam no lema: Liberdade, Igualdade, e Fraternidade. Liberdade de enriquecimento à custa da exploração do trabalho alheio, e liberdade de acumulação de propriedade. Igualdade entre os exploradores, no sentido de uns não serem mais “iguais” que outros, pelo simples fato de pertencerem a famílias nobres. ‘E fraternidade entre eles, livres e iguais (PRESSBURGER, 1986, p. 13).

A luta das classes populares pela terra no Brasil é secular. Desde a época da Colônia e da escravidão a aquisição de um pedaço de terra para produzir e nela habitar se constitui em um sonho da maioria da população pobre do campo (GOHN, 2000).

A propriedade da terra foi reconhecida legalmente em 18 de setembro de 1850 como valor econômico e social, a terra pode-se dizer virou mercadoria, [...] e esse valor foi imposto à sociedade pelas classes dominantes e recebeu sua expressão legal no Código Civil em 1916 (PRESSBURGER, 1986, p. 13; 17).

A ocupação de terras logicamente deu origem à formação de uma população rural que obedeceu a uma estrutura social bem específica que trouxe em seu bojo dois extremos: “o proprietário rural, dono das terras e do trabalho, e o trabalhador rural, sem terras com seu trabalho sujeito a diferentes modalidades de pagamento, com ou sem dinheiro” (DIEGUES JÚNIOR, 1979, p. 128).

Com o objetivo de reafirmar o caráter de classe do acesso à terra surgiu a Lei de terras de 1850, a partir de então as pessoas só teriam acesso a terra se pudessem comprá-la. A terra torna-se equivalente a mercadoria. A Lei de terras previa a vinda de imigrantes estrangeiros

para trabalhar nas fazendas, então às pessoas que quisessem comprar terras teriam que trabalhar antes para os fazendeiros e economizar. Segundo Martins (1985, p.65), “tratou-se de criar, artificialmente a obrigatoriedade do trabalho para um terceiro, de criar um expropriado artificialmente, que era o imigrante”. A relação entre legislação e grupos da elite, engajados na elaboração desses instrumentos legais é interpretada por Martins que expõe ter sido

A legislação, inteligentemente criada pela classe dominante naquele momento, produziu frutos, ao longo dos anos, até nossos dias, sem maior modificação, não obstante, a situação histórica tenha se alterado. Houve uma mudança histórica, na nossa sociedade, muito séria, um crescimento da população, inclusive da população desempregada, e que continua com uma legislação de propriedade que expulsa as pessoas da terra, o que cria obstáculos para o acesso à terra[...] com as transformações econômicas havidas no Brasil, a burguesia já não necessita de uma legislação para forçar o trabalho no campo, mas mantém, no entanto uma legislação fundiária que força a expulsão, que dificulta o acesso a propriedade da terra e que responde em grande parte pela figura, complicada historicamente, do posseiro que é o personagem principal hoje das lutas no campo (MARTINS, 1985, p. 65-66).

Antes de começar a se expandir a vida urbana, o proprietário de terras representava a posição mais elevada da estrutura social. Tal posição social lhe conferia influência política e econômica, eram eles que governavam que formavam as Câmaras, aprovavam atos legais, em suma, legislavam a seu próprio favor. Os povoados e vilas eram mais uma extensão da influência rural, existia o predomínio do rural em relação ao urbano. O proprietário de terras exercia o poder em todas as esferas e âmbito quer seja, econômico, político ou social. O trabalhador rural por sua vez, sujeitava-se ao mando e desmando por ser no geral dependente da grande propriedade, “arrendando terras ou trabalhando em parceria”.

Apesar das mudanças sociais ocorridas na sociedade com a divisão social do trabalho, a estratificação social manteve-se sem muitas alterações permanecendo o grande proprietário no alto da pirâmide social juntamente com os grandes industriais e comerciantes. O senhor de terras cedeu lugar ao proprietário de terras.

Nas diversas regiões do país manteve-se essa estrutura de poder exercida pelo grande proprietário guardadas as devidas proporções no que tange as particularidades regionais como também quanto ao ramo de atividade. No entanto, a predominância do rural em termos de prestígio e *status* não durou eternamente tendo cedido espaço para a predominância do urbano decorrente de transformações econômicas que modificaram a configuração dos meios de produção voltados para uma economia monetária que promoveu a atividade empresarial.

Como mencionado anteriormente, no contexto rural coexistiam dois regimes: de um lado o proprietário, o empresário capitalista, com o título na mão, explorando economicamente a sua propriedade, no estilo das grandes fazendas do sudeste, da região de

São Paulo, em particular, ou Minas; e de outro lado, nas regiões mais pobres o posseiro, que podia durante longos anos permanecer na terra e só muito tardiamente era procurado e expulso. Este fato foi recorrente em outras cidades como no caso de Goiás e Paraná onde as tensões muito se agravaram (MARTINS, 1985). Ou seja, atualmente permanece a dicotomia nas relações no campo, onde encontramos a figura do proprietário das grandes fazendas e do posseiro reforçando o clima de tensão.

Nas relações sociais no meio rural surgiram outros atores, criou-se uma nova elite, uma nova classe dominante baseada na propriedade e no controle da terra. O problema fundiário no país tem um caráter eminentemente político e com esta marca se reproduz na Amazônia no século passado.

É a partir de 64 e, sobretudo a partir do Estatuto da Terra que a coisa se torna extremamente complicada, porque o Estado entra diretamente na questão da propriedade da terra, dando apoio econômico, através dos incentivos fiscais, sobretudo a partir de 66 com a legislação da SUDAM, dando apoio econômico às grandes empresas capitalistas que quisessem se instalar no campo, estender os seus negócios ao campo. Praticamente com o regime de subsídios, instituído nesse momento o governo brasileiro passa a fazer doação de recursos públicos às grandes empresas que quisessem se dedicar à agropecuária, particularmente na região Amazônica, ou ao reflorestamento (MARTINS, 1985, p. 66 - 67).

O Estatuto da Terra que a priori poderia acolher os pequenos produtores expulsos de outras regiões garante acolhida a grandes empresas inclusive com subsídios para sua instalação, desta forma foram lançadas bases para que se travassem intermináveis conflitos, foi como se invalidasse a medida anterior caracterizando uma conduta ambígua. Minc (1985, p. 20) compartilha do mesmo pensamento ao mencionar que “o Estatuto da terra propõe o fortalecimento de uma pequena burguesia proprietária nos campos”. Nessa mesma perspectiva, Costa faz uma explanação da dinâmica social em torno da propriedade da terra que resultou na expropriação do homem do campo.

Sem reforma agrária nas áreas antigas do Brasil, a ‘fronteira agrícola’, um fato estrutural do desenvolvimento brasileiro que se realiza na Amazônia de forma intensa desde o início dos anos 60 continua a ser alimentada por levas incontroláveis de migrantes, expropriados que buscam na Amazônia a possibilidade de reestruturação social, de sobrevivência cultural, econômica e social como camponeses. (COSTA, 1992, p. 23).

Ainda nessa direção, Costa (1992, p. 23) refere-se às desvantagens do camponês frente ao grande capital. “A estratégia da ditadura militar, mantida na Nova República e até hoje não negada de todo, subsidiando a grande empresa contra as formas camponesas de ocupação regional sem nenhum apoio estrutural, cria uma assimetria perversa”. Dentro desta abordagem Hébette e Acevedo Marin (1979, p. 161) afirmam que: “[...] à colonização tem-se

constantemente atribuído objetivos específicos, pretensamente sociais, enquadrados, porém, numa política global de preservação e reprodução do latifúndio”.

Assim, é possível elucidar os fatos concernentes ao meio rural na Amazônia ressaltando o processo de distribuição, apropriação, ocupação de terras e suas peculiaridades fazendo alusão quanto às relações sociais existentes. No que se refere à região Amazônica, em especial ao município de Paragominas, ocorreu um incentivo em massa quanto ao deslocamento de pessoas interessadas em trabalhar em terras a serem desbravadas, e que se constituíam promissoras para o desenvolvimento local e o crescimento de quem quisesse trabalhar tornando a região alvo de interesses os mais diversos, atraindo não só trabalhadores rurais e investidores, mas cedendo lugar inclusive aos especuladores de terras.

O povoamento provocado decorrente de interesses nacionais impulsionou a chegada dos “primeiros desbravadores” atraídos pela “facilidade” para adquirir as terras movidas pelo incentivo à migração dirigida. Segundo Castro (2005), a abertura da fronteira em direção ao Norte visava ao mercado capitalizado, mas também às famílias camponesas do sul e do Nordeste do país. A autora acrescenta que:

A visão que as elites brasileiras tinham da região Amazônica, nos anos 50 e 60, harmonizava-se com o projeto nacional de desenvolvimento, projeto que se fortaleceu nos governos posteriores. Das políticas formuladas com base nessa visão, duas materializar-se-iam em grandes obras que definiriam, a partir daí, e de forma irreversível, o futuro dessa região e de sua integração à economia nacional: a construção de Brasília e a abertura da rodovia Belém-Brasília. Essas obras constituem um marco, pois, a partir daí, a política que norteava o avanço da fronteira econômica da Amazônia permitiu, de um lado, a incorporação de novos territórios à economia, e à sociedade e, de outro, o aprofundamento da integração ao mercado nacional e às estruturas produtiva de acumulação do capital globalizado. A Amazônia brasileira foi concebida, pelas elites nacionais, como uma fronteira de recursos, na qual o capital poderia refazer o seu ciclo de acumulação com base nos novos estoques disponíveis. Vazio demográfico e recursos inesgotáveis são mitos presentes no imaginário das elites políticas, de militares e de segmentos médios da sociedade brasileira em pleno século XXI, que persistem apesar dos dados relativos às taxas de desmatamento, [...] (CASTRO, 2005, p. 10).

O objetivo de integrar o Norte ao restante do país visando à integração da Amazônia partiu do plano de Metas do então presidente do Brasil Senhor Juscelino Kubitschek e concorreu para a imigração em massa em direção ao norte do Brasil intensificado pela construção da Belém-Brasília. Em termos mais gerais o aparato legal que consubstanciou as políticas de desenvolvimento para a Amazônia se reportava a uma série de leis aprovadas em fins de 1966 e início de 1967 conhecidas como “Operação Amazônia”.

Dentre as leis destacaram-se a Lei nº. 5.173 de 27 de outubro de 1966, que no artigo 4ª relacionou treze objetivos da ação governamental na Amazônia e estabelecia a orientação

básica da nova política, que seria basicamente orientada para: estabelecer “pólos de desenvolvimento” e grupos de população estáveis e auto-suficientes, - principalmente nas áreas de fronteiras-; estimular a imigração; proporcionar incentivos ao capital privado; desenvolver a infraestrutura; e pesquisar o potencial de recursos naturais. Dentre esses objetivos existem duas abordagens distintas porém interligadas: uma econômica e outra geopolítica (MAHAR, 1978).

A construção da Belém-Brasília foi a exteriorização de apenas uma das grandes obras em direção ao desenvolvimento prognosticado. Nas palavras de Hébette; Acevedo Marin (1979, p. 152) “[...] a colonização tem articulações com a superestrutura, a nível político e ideológico, e esse conhecimento torna-se necessário para sua compreensão”. Nesta atmosfera foi concebida a cidade de Paragominas tendo desde sua gênese a delimitação de estratégias bem direcionadas.

A cidade de Paragominas foi planejada justamente em função da rodovia Belém-Brasília. Neste processo de distribuição “os lotes inicialmente foram demarcados ao longo da rodovia de seis (6) glebas de terra, conforme projeto federal de povoamento e entregue aos que pretendiam se fixar na região tituladas” (LEAL, 1988, p. 53). Muitos investidores foram atraídos para a região com o intento de possuir terras e edificar suas fazendas.

Em fins da década de 1960 no intuito de povoar as margens da rodovia, as terras foram distribuídas gratuitamente aos interessados que fossem chegando, como também foram distribuídas chácaras, as margens do Rio Uraim, legalizadas e em Paragominas se destaca a figura do idealizador e fundador do “Projeto Paragominas” Sr. Célio Rezende de Miranda, um dos pioneiros em direção as terras promissoras. Iniciou tal empreendimento em 1959, com recursos próprios foi o responsável pelo patrocínio de uma caravana composta por 11 homens. Em constante contato com a capital do país e outros Estados, como Goiás e Minas Gerais seu Estado de origem, propagou as vantagens e possibilidades oferecidas pelas novas terras abrindo caminho para que outros ousassem “enfrentar as intempéries da floresta”, conforme se destaca nos discursos de época.

A ocupação das terras que originou o município de Paragominas apresentou caráter planejado e/ou dirigido procurando atrair principalmente investidores promissores para a região. Concomitantemente a este intento ocorreu “ocupação espontânea” que concentrava pessoas de poucos recursos que também vinham em busca de prosperidade. Esta segunda foi objeto de desqualificação, por se vincular a ocupante sem capital e estar constantemente sob controle, o que se oficializa com os projetos de colonização.

As imensas florestas se transformaram em fontes de riquezas a ser retirada. Em especial, a exploração madeireira avançou com todo o ímpeto. As árvores eram derrubadas em muitos casos com a utilização de trator de esteira, fazendo a derrubada por arrastão, posteriormente essas áreas eram utilizadas para plantar capim e criar gado. “Essa prática significava desenvolvimento econômico e poder financeiro e político na região” (BATISTA, 2008, p.31-43).

Logo a ocupação de Paragominas caracterizou-se pela grande concentração de terras, fortalecendo o surgimento de uma elite pecuarista e/ou madeireira, que passou a exercer o poder político-administrativo. Esse fator restringiu em muito segmentos rurais de antigos ocupantes, foreiros, sem terra, o que posteriormente acabou sendo impelida para a cidade em decorrência do domínio do latifúndio e/ou em outros casos tornaram-se empregados nas fazendas e serrarias ou migraram para outra área. Fato que nem sempre ocorreu pacificamente.

Convém ainda frisar que em fins da década de 1960 “apesar das terras constituídas de imensas florestas serem consideradas devolutas, todas tinham dono, principalmente as localizadas na margem da rodovia Belém-Brasília” (BATISTA, 2008, p. 36). Fato que denota o processo acelerado de concentração de terras.

Leal (1988) refere-se- ao processo de ocupação das terras que deram origem a cidade de Paragominas e ao surgimento de fazendas de gado. Concomitante a isto surgiram também os conflitos de terras, com a clonagem de títulos que eram conferidos a mesma propriedade, sendo difícil saber qual o verdadeiro. A incidência de pessoas que se apossavam de terras embora tituladas também foi muito acelerado. Treccani (1998) compartilha com essa afirmação ao mencionar que a abertura da Rodovia Federal 010 (Belém-Brasília), permitiu acesso a áreas antes isoladas, estimulando a “indústria da grilagem”.

As terras passaram a ser valorizadas e com elas surgiram os “Escritórios imobiliários”, em geral, ilegais; requeriam terras a preços baixos para revenda, alcançando preços elevadíssimos entre os empresários do sul. Muitas terras poderiam ser vendidas três vezes, ocasionando o que os técnicos do INCRA chamam de “edifícios” (CNBB, 1987, p. 27-28 apud TRECCANI, 1998, p. 173).

A aquisição de grande extensão de terras logo desencadeou a propulsão da atividade madeireira. A partir de pesquisas feitas por Sember, em duas décadas, as indústrias madeireiras em Paragominas mudaram drasticamente: a indústria madeireira se tornou a força econômica dominante na região tendo sido uma atividade intensiva e potencialmente

destrutiva (VERÍSSIMO, 1996 apud SEMBER, 1999).

Da mesma forma, Caetano (2004, p. 31-37), “sinaliza que grande parcela do poderio madeireiro paraense advém do município de Paragominas, destacando-se tanto na atividade pecuária como na exploração madeireira com cerca de 240 indústrias em 1989”. Atrelada a esta atividade encontravam-se as serrarias. A tendência inicial foi manter as serrarias no entorno da área urbana de Paragominas (bairros periféricos), sendo posteriormente transferida para a zona rural, criadas muitas vezes no meio da mata, e próximas a área de extração.

Ainda segundo Sember (1999), dados de 1997 apontam a existência de 400 serrarias na região de Paragominas responsáveis por 80% da produção do município, tendo como marca a exploração intensa e sem planejamento. No período referente a 1975 – 1987 a produção de madeira em tora aumentou de 15.000 para 2.120.000 metros cúbicos demonstrando a produção acelerada (BASA – Estudos setoriais 9 – Anuário Estatístico do Estado do Pará – IDESP, 1977-1990 apud SEMBER, 1999, p. 32).

De acordo com Pimenta (2008, p. 47), “a economia da região baseia-se na pecuária de corte (desenvolvida em áreas desmatadas desde a década de 1970) e pela atividade madeireira, que apesar da diminuição da oferta de madeira, parte considerável da população urbana da região ainda depende diretamente dessa indústria”. Dos 19.330 km² de território do município de Paragominas (19,3 milhões de hectares), atualmente 748 mil hectares (38,7% do município) são áreas em que a floresta foi completamente removida (corte raso) e 130 mil hectares (6,8%) de floresta estavam altamente degradadas (dados de 2008), o que equivale dizer que 45% de sua área total já foi comprometida (PINTO, A. et al., 2009). Essas informações demonstram quão intensas tem sido a utilização dos recursos florestais.

Atualmente, pode-se mencionar como destaque dentro da atividade madeireira a CIKEL Brasil Verde S/A, empresa florestal do grupo CIKEL, que é composta por quatro unidades industriais distribuídas no Estado do Pará, inclusive com cinco fazendas em Paragominas e uma filial no estado do Maranhão. Essa empresa já atua nesse ramo de atividade por trinta anos e durante esse período já vivenciou diferentes estágios de exploração madeireira, desde a exploração convencional até o que se convencionou intitular “Bom Manejo”. Nesse caso, esses estágios não são excludentes, pois atualmente coexistem diferentes modelos de exploração dentro do mesmo grupo de empresas. Explora 40,8% de suas áreas sob formas desprovidas de planejamento ou técnicas de manejo e 59,2% sob práticas de MFS, digna de ter recebido uma certificação de Floresta Bem Manejada (PIMENTA, 2008, p. 45 - 50).

Retomando aos aspectos concernentes a ocupação da região; atrelado a finalidade desta havia um discurso governamental imbuído no propósito de trazer e fixar pessoas através de política de desenvolvimento como, por exemplo, no setor agropecuário que acelerou as transformações no campo. Faz-se um adendo aqui quanto à atividade pecuária, como “responsável, por excelência, pela maior parte do desflorestamento, em função das crescentes extensões de terra por ela ocupadas, da padronização do uso do solo e da decorrente concentração fundiária” (CASTRO, 2005, p. 9-10). Após o desmatamento da área, as árvores eram coletadas e tinham sua madeira aproveitada economicamente; em seguida a área era utilizada para a pecuária, atualmente são aproveitadas para a agropecuária por meio das monoculturas de soja e gado bovino, ou seja, as técnicas de manejo florestal sempre ficaram a desejar.

A estratégia de ocupação da Amazônia a partir de uma política de terras favorecedora das grandes apropriações e dos incentivos fiscais para a agropecuária far-se-á como parte desse processo e terá como resultado a projeção para o agrário na Amazônia, dos níveis de concentração e desnacionalização dos setores urbanos fundamentais (COSTA, 1992, p. 13).

Nessa perspectiva, Almeida (1991, p. 266) menciona que “os aparelhos de poder convergem para uma ação fundiária centrada na implantação de grandes empreendimentos agropecuários e logram afastar de vez os setores da burocracia que ainda acreditavam num processo de ocupação apoiado principalmente em pequenos produtores agrícolas”.

Esse quadro que no início era de incentivo e que disponibilizava extensões de terra para serem utilizadas em atividades exploratórias, agricultáveis ou para a pecuária reverteu-se em um cenário de conflitos decorrentes da concentração de terras nas mãos de alguns, o que posteriormente acabou resultando na improdutividade de grandes extensões, que culminavam no abandono e conseqüentemente na ocupação por posseiros¹⁶.

Vale mencionar que a ocupação de terras por posseiros foi uma prática que antecedeu aos grandes latifúndios, mas que permanece depois dos mesmos terem se estabelecido, em decorrência da existência de grandes áreas improdutivas, dentre outros fatores. A impunidade associada à concentração de terras conduz a violência nas áreas rurais. A propósito escreve Almeida (1991, p. 263) que:

[...] os conflitos agrários na região Amazônica passaram a ser formalmente reconhecidos como questão relevante para a intervenção governamental na segunda

16 Uma das categorias dos trabalhadores rurais que mais se envolveu nas lutas foi a dos “posseiros”, agrupamentos de pessoas que se instalavam em terras rurais abandonadas. Eles lutavam pela permanência na terra em face de outros grupos, denominados “grileiros”, que após a área estar arada e cultivada se diziam donos dela e expulsavam os posseiros por meio de ações armadas (GOHN, 2000, p. 142).

metade da década de 1970-80 [...] os mesmos ampliavam-se e erigiam obstáculos à implantação dos projetos agropecuários, madeireiros e de mineração, que ameaçavam o sistema de apossamento preexistente [...] notadamente no Maranhão, no Pará e em Goiás.

3.1 GRILAGEM DE TERRAS

A estratégia de ocupação e colonização - não só na Amazônia, mas no meio rural brasileiro - propiciou o aparecimento de uma figura muito nociva, o chamado grileiro de terras, o indivíduo que falsifica documentos para de forma ilegal apossar-se de terras alheias (devolutas ou de terceiros). A grilagem de terra tem fim puramente especulativo e procura apropriar-se de terras públicas que são desmatadas para a utilização na agricultura, pecuária e extrativismo mineral. Em geral atreladas a essa apropriação ilegítima estão às mazelas sociais, como o trabalho escravo.

Essa mão-de-obra é em geral utilizada para derrubar matas, plantar e formar pasto tendo como principais características a ausência de liberdade e total descumprimento de direitos trabalhistas; situação análoga a escravidão. Nesse contexto rural também surgiu a figura dos empreiteiros conhecidos como “gatos” (“verdadeiros jagunços a serviço dos fazendeiros”), pessoa responsável por aliciar trabalhadores para as grandes propriedades, à custa de promessas que não se cumpriam, conduzindo-os a um estado de degradante penúria e miséria, que resultavam em fugas que na maioria dos casos eram mal sucedidas provocando muitas mortes. Em outros casos os trabalhadores eram despedidos com os devidos pagamentos, no entanto no caminho eram emboscados e mortos e o dinheiro retornava as mãos dos “gatos” ou dos fazendeiros e eram destinados a futuros pagamentos que também não aconteciam, já que havia a repetição do mesmo processo de emboscadas e mortes.

Vários fatores contribuíram para o aumento da grilagem na Amazônia, escreve Treccani e aponta: a inexistência de cadastro de terras e mapas cadastrais em escala confiáveis; registros em cartório sem referência e delimitações precisas; a concessão de títulos sem averiguação in loco, embasado apenas nas palavras dos requerentes. Desta forma a “[...] grilagem, sobretudo na Amazônia, não é um mero “acidente de percurso” ou uma atividade ilícita praticada à revelia do ordenamento jurídico e da política oficial, ao contrário [...] faz parte de um modelo econômico, de uma estrutura sócio-política” (TRECCANI, 1998, p. 184).

Existem atualmente algumas tentativas que objetivam mudar essa realidade através de medidas legais, como projetos de lei aprovados e outros tramitando que visam combater a grilagem em terras brasileiras, bem como o trabalho em regime de escravidão. É o caso da

Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº. 232/95, de autoria do deputado paraense Paulo Rocha (PT), reapresentada posteriormente pelo Senador Ademir Andrade (PSB/PA), com nº 438/2001, propondo que todas as áreas onde fossem encontrados trabalhadores em condições análogas à escravidão fossem desapropriadas para fins de reforma agrária (BATISTA, 2008).

Alguns no Congresso Nacional têm se preocupado quanto à existência de projetos de lei como o: “PLS167/200 e PL4302/98 que, se aprovados, poderiam resultar em distorções nas relações trabalhistas no meio rural, como a institucionalização da figura do ‘gato’, que intermedia a contratação de mão de obra escrava e degradante para os proprietários rurais.” O PL 4302/98 foi retirado da pauta de votação da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados atendendo aos protestos do ministério do Trabalho (BRASIL, 2009).

Um perigo iminente para ratificar a injustiça no meio rural consiste na MP 458/ 2009 que “procura transformar a ilegalidade criminosa da apropriação privada das terras públicas federais na Amazônia Legal, ou seja, a grilagem, em irregularidade passível de regularização”. A Lei nº. 11.763/09, passou a permitir a legitimação de posse na Amazônia Legal de áreas públicas ocupadas até quinze módulos fiscais, desde que não excedessem 1.500 hectares. Através desta lei o governo procurava alterar os limites legais sobre a dimensão da área ocupada a ser legitimada e, garantir o direito de preferência para alienação através do processo licitatório para os atuais grileiros ocupantes das terras públicas, quaisquer que sejam as dimensões das terras que ocupam ilegalmente” (CANUTO; LUZ; WICHINIESKI, 2010).

Segundo Treccani (1998), denúncias feitas a partir de notícias de jornais revelaram a corrupção e emissão de títulos falsos no Pará. O autor menciona que técnicos do Instituto de Terra do Pará (ITERPA), acreditam que pelo menos mil títulos de terra falsos teriam sido forjados entre 1963 e 1967 envolvendo cerca de três milhões de hectares.

Minc (1985) refere-se à grilagem no Brasil abordando diversos casos referindo as reportagens realizadas por Ricardo Kotsch. Entre estes cita os ocorridos na Amazônia em conflitos registrados nos Vales do Araguaia e Tocantins, com plantações destruídas e mortes. Ele menciona pesquisas do Prof. Alfredo Wagner sobre conflitos de terras no Maranhão, quando são desveladas as estratégias de guerra feita pelos grileiros e jagunços, nas regiões de Imperatriz, Pindaré e Alto Mearim, com queima de celeiros, envenenamento de nascentes d’água e morte dos que se destacam na liderança.

Os malefícios da grilagem não se restringem apenas a forma de expulsão ou de extorsão de renda, mas em certas regiões tem influência na opção por parte dos colonos e/ou

posseiros por culturas de ciclo curto (como por exemplo, feijão e mandioca), tal comportamento é condicionado pela instabilidade e apreensão em que vive sendo as culturas de ciclo curto uma estratégia para que consigam usufruir do seu próprio trabalho, pois se arriscarem em culturas de ciclos mais longos correm o risco do grileiro colher os frutos de seu labor. Sem muitas opções de renda esse colono precisa buscar trabalho nas fazendas e empresas da região sempre que seu orçamento se desequilibra (MINC, 1985).

Estes fatos concernentes a grilagem de terras foram muito recorrentes no agrário brasileiro inclusive no município de Paragominas, que também foi palco desse tipo de trama e de mazelas sociais decorrentes da exploração empresarial no meio rural. Vale ressaltar que esse ambiente de violência e conflitos ainda é uma realidade bem presente em algumas regiões brasileiras (MINC, 1985; LEAL, 1988; BARATA, 1995; BATISTA, 2008; RELATÓRIO CPT, 2009).

A partir de informações disponíveis no site da Comissão Pastoral da Terra foram encontradas denúncias sobre trabalho escravo no Estado do Pará. Segundo esses dados foram identificados 105 imóveis, dentre eles fazendas, carvoarias e uma siderúrgica, que apresentam trabalho escravo. Foram denunciados 2.476 dos quais 1043 foram libertos. Também foram encontrados 65 menores, e em se tratando da violência contra a pessoa 24 ameaças de morte, dois assassinatos, duas tentativas de assassinato e vários casos de intimidação, agressão e danos (RELATÓRIO CPT, 2009).

Informações obtidas a partir da Divisão de Erradicação do Trabalho Escravo apontaram a nível nacional o resgate de 37.205 trabalhadores encontrados em situação análoga a de escravo (servidão por dívida; jornada exaustiva; trabalho forçado; trabalho degradante) entre os anos de 1995 a 2010 (KOTSCHOUBEY et al, 2005). As primeiras denúncias de trabalho escravo reveladas pela CPT datam da década de 1970, porém só a partir de 1985 é que de forma gradual foi sendo desvelada culminando em 1995 com o reconhecimento da situação por parte das autoridades e o seu combate. Surgem as primeiras fiscalizações e denúncias fruto do trabalho do grupo móvel coordenados pelas Secretarias de Inspeção do Trabalho (SIT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), respondem diretamente a Brasília que com o passar do tempo foi aperfeiçoando sua forma de atuação.

A continuação apresentou alguns registros de denúncias de trabalho escravo no município de Paragominas considerando informações apresentadas pela CPT. (Apêndice B).

Tabela 3 - Denúncia de Trabalho Escravo

Município de Paragominas				
Imóvel	Data	Trab. na	Libertados	Atividade
	Denúncia	Denúncia		
Fazenda Ouro Preto	13/11/2004	07	07	—
Fazenda Cachoeira	15/03/2009	13	12	Pecuária
Fazenda Loivander Bertolo	15/03/2009	05	05	Pecuária
Total	—	25	24	—

Fonte: Relatório CPT- Conflitos no Campo (2009).

Segundo informações a partir de entrevista com frei Xavier Plassat da Comissão Pastoral da Terra o número de denúncias de trabalho em situação análoga a escravidão em 2009 na região norte foi de 113, no entanto as fiscalizações corresponderam a 62, depreende-se que praticamente uma em cada duas denúncias não obteve fiscalização (ECO DEBATES, 2010).

Ainda segundo estudos feitos pela CPT foi constatado um índice de conflitos agrários no período relacionado entre 2003 a 2009 correspondentes a 929, tendo sido considerado o período com maior número de conflitos agrários no país (ESTADÃO, 2010).

Tabela 4 - Conflito por Terras

Município de Paragominas			
Imóvel	Data	Famílias	Categoria
Fazenda Bel Minas	07/12/2009	25	Sem Terra
Fazenda Cachoeira	07/12/2009	20	Sem Terra
Total	—	45	—

Fonte: Adaptado do Relatório CPT- Conflitos no Campo (2009).

Dados recentes apresentam um total de quarenta e cinco ocorrências de conflitos por terra no município de Paragominas em um único mês e no mesmo dia, revelando um contexto agrário de tensão e violência.

É alarmante o número de assassinatos e mortes ocorridos nas áreas de conflito de terras no Estado do Pará. Entre 1985 e 2001, ocorreram 38% do total dos assassinatos no campo – 472 casos, dos 1.237 registrados. O município de Paragominas apresentou 40 casos de vítimas entre os anos de 1983 a 2001 (AROUCK, 2002, p.86). Com a criação da Delegacia Especializada em Conflitos Agrários em 1995 ficou bem mais patente a ocorrência da

violência na área rural. Contudo ações direcionadas a coibir e a superar a violência ainda deixam muito a desejar. (Apêndice B).

O Estado do Pará é considerado tranqüilo, na maior parte dos seus 1.253.164 quilômetros quadrados de território. Mas essa tranqüilidade é interrompida por bolsões de violência. [...] Em 67% dos municípios os crimes contra a vida são raros, os 33% restantes agrupam-se em duas situações: uma, a da Região Metropolitana de Belém, cujo rápido inchamento semeou conseqüências trágicas; outra, a dos municípios localizados no avanço de uma frente econômica iniciada na década de 50, com a construção da Rodovia Belém-Brasília (AROUCK, 2002, p. 12).

De acordo com o Inventário de registros e Denúncias de Mortes Relacionadas com Posse e Exploração da Terra no Estado do Pará (1980-2001), as maiores quantidades relativas de homicídios que se verificam no Estado apontam para um grupo de municípios específico. Por 100.000 habitantes, no ano de 2001, os maiores números de homicídios estão em Tailândia (125), Paragominas e Redenção (69), Xinguara (66), Marabá (58), Altamira (50) e D. Eliseu (48) (AROUCK, 2002, p.13). Esses dados nos confrontam com os inúmeros conflitos sociais decorrentes da luta pela terra e nos colocam diante das desigualdades existentes no meio rural que já fez muitas vítimas e continua sua saga.

Quando se faz referências à luta social no campo seguindo a abordagem de Martins identificam-se três grandes frentes: a dos assalariados rurais, a dos posseiros, e a dos sem-terra. A primeira frente reporta-se a colonos que se assalariam em parte do tempo e outros são expulsos da terra e sujeitos a trabalhar temporários, tais trabalhadores em geral não são organizados e estão excluídos de relações contratuais. Outra realidade evidente no meio rural é constituída pelos posseiros, abrangendo outra situação de luta e diz respeito aos ocupantes de terra sem título legal. E, finalmente, os sem-terra, grupo que começou se autodenominar dessa forma em 1981 e tem crescido desde então (MARTINS, 1985).

Entre os sem-terra e os posseiros, embora ambos estejam lutando pela terra, há uma diferença essencial. A luta do posseiro introduz a legitimidade alternativa da posse, contornando a legalidade da propriedade. Concretamente, não opõe uma coisa à outra, embora essa luta contenha uma oposição implícita ao direito atual. Já os sem-terra, na sua prática não têm como deixar de questionar a legalidade da propriedade, não podem deixar de considerar ilegítimo, e também iníquo, injusto, o que é legal, que é a possibilidade de alguém possuir mais terra do que pode trabalhar, de açambarcar, cercar um território, não utilizá-lo nem deixar que outros utilizem, mesmo sob pagamento de renda. Se não fosse assim, não se sentiriam encorajados a ocupar a terra. Nesse caso, mostram que têm uma concepção da terra e do trabalho em que as duas coisas estão combinadas: só há legitimidade na terra de trabalho (MARTINS, 1985, p. 103).

A luta das classes populares pela terra no Brasil é secular. Desde a época da Colônia e da escravidão a aquisição de um pedaço de terra para produzir e nela habitar se constitui em um sonho da maioria da população pobre do campo (GOHN, 2000).

A propriedade da terra foi reconhecida legalmente em 18 de setembro de 1850 como valor econômico e social”, a terra pode-se dizer virou mercadoria, [...] e esse valor foi imposto à sociedade pelas classes dominantes e recebeu sua expressão legal no Código Civil em 1916 (PRESSBURGER, 1986, p. 13- 17).

Gohn destaca as lutas ocorridas entre o governo Vargas e a tomada do governo pelos militares que convergiram para uma organização em diversas entidades: “Entre 1945 e 1964 houve a organização de trabalhadores rurais em ligas, uniões, sindicatos e confederações, além da organização de vários Encontros e Congressos em nível nacional” (GOHN, 2000, p. 141). Ainda segundo Gohn, depois do golpe militar de 1964, os setores organizados dos trabalhadores da terra receberam as mais duras penas. “As ações coletivas foram desorganizadas, permanecendo apenas em lugares específicos, com o caráter de guerrilha armada, comandada por grupos de extrema esquerda que professavam aqueles métodos de luta” (GOHN, 2000, p. 142).

Entretanto, estes movimentos foram retomados constituindo um fato significativo nos anos 1970 com o ressurgimento de organizações de luta e de defesa dos trabalhadores rurais. Em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com o apoio da igreja católica. A atuação da CPT no apoio a luta pela terra foi fato bastante emblemático em Paragominas, principalmente na década de 1980, tendo se retirado do município somente após o assassinato de João Batista¹⁷ em 1988, que se tornou uma referência na luta pela reforma agrária, em vários municípios paraenses.

A contribuição da CPT foi decisiva para diversas conquistas no meio rural assegurando em muitos casos a permanência de trabalhadores rurais na terra, concedendo apoio e esclarecimento quanto às implicações da questão fundiária, avançando na direção de garantir direitos, efetivar e consolidar a luta pela posse da terra, asseverando a continuidade dos esforços voltados para esse fim e continua sendo operante nesse sentido.

Parece recorrente discutir a melhor distribuição dos recursos agrícolas, porém deixando em segundo plano o cerne da questão que consiste na posse e na propriedade da terra. Dessa forma, há décadas persistem as lutas, conflitos, embates e manifestações em nível local e nacional em direção a esse foco que ao que parece não é relevante o suficiente quando altercado com interesses que visam puramente à reprodução do capital e a reprodução do status quo.

Nas considerações de Medina (1979, p. 190), “reforma agrária deve significar a

17 Foi um parlamentar militante vinculado às lutas dos trabalhadores com a proposta política de um país mais igualitário por meio da reforma agrária. Advogado assassinado em 06 de dezembro de 1988, em Belém (BATISTA, 2008)

redistribuição da propriedade da terra em benefício de pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas”. A ênfase no capital transnacional contempla a monocultura extensiva cuja tendência é a utilização de grande extensão de terra, o que de certo modo inibe a atenção para interesses não tão auspiciosos e lucrativos quanto à redistribuição da propriedade.

Isso sem falar nas grandes extensões de terra que permanecem improdutivas e legadas ao abandono e esquecimento até que seja despertado o interesse por alguma nova descoberta relacionada na maioria dos casos a detenção de recursos minerais no subsolo, ou quando a ameaça de ocupação por trabalhadores rurais ou pessoas que desprovidas de outras oportunidades optam por se deslocarem para a zona rural como alternativa de sobrevivência na procura de melhores condições de vida. Nessas circunstâncias aparecem os “proprietários” reclamando seus direitos, diante da terra que outrora se encontrava entregue ao abandono e a improdutividade.

Segundo Martins (1985), na Amazônia Legal o poder público se torna mera extensão do poder privado, quando, por exemplo, uma ação de despejo, que concretiza uma decisão do juiz é levada a efeito por um oficial de justiça e executada por uma tropa de jagunços e com os meios de transporte da fazenda, o que denota a subserviência.

Na década de 1970 no município de Paragominas, o interesse dos fazendeiros pela terra, devia-se primeiramente pela madeira para fins de comercialização (indústria madeireira), até porque a floresta em pé não interessava economicamente, seguida da atividade de pecuária, posteriormente /atualmente o cultivo de grãos, não caracterizando definitivamente o caráter excludente de uma atividade em detrimento da outra.

Nas atuais colônias de Oriente, Beira Rio, Fé em Deus, e Potiritá foco deste estudo já foi intensiva a exploração de madeira para fins comerciais e praticamente toda retirada e o remanescente que existe não desperta interesse econômico. Qual seria então o objetivo dos que se dizem detentores dos títulos de posse da área em questão? Não seriam interesses voltados para os benefícios que a extração mineral poderia proporcionar num futuro próximo?

A área atual onde se encontra o Platô Miltônia Três e adjacências situa-se entre fazendas pelas quais a VALE pagou para adquiri-las. Já no que tange a área onde estão localizadas as colônias em estudo, existem, especulações por parte de alguns colonos a respeito do valor em reais dos terrenos ocupados pelas colônias, já preconizando possíveis negociações com a VALE no futuro. É uma situação que desperta expectativas sobre novas possibilidades de mercantilização da terra, na visão de alguns, segundo insistia na sua fala um entrevistado.

Parece tratar-se da “revalorização e reestruturação” do local tornando-o atraente e alvo de disputa e de relações conflituosas. Cada ponto do espaço torna-se, então, importante, efetiva ou potencialmente (SANTOS, 2008). Vamos entender aqui o local, como espaço, e este vai se reorganizando de acordo com os ditames da produção, do mercado, do capital que detém as diretrizes num âmbito mais abrangente de poder e influência. Segundo Santos (2008, p. 27) uma “reorganização das funções entre as diferentes frações de território”.

O espaço, por conseguinte; é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas têm um papel na realização social (SANTOS, 2008, p. 28).

O espaço aqui considerado assume duplo significado abrangendo o campo onde se travam as interações sociais, políticas e econômicas como também o aspecto físico, considerando aqui como o território propriamente dito, onde incidem os resultados das interações responsáveis por mudanças que afetaram e continuam a afetar a maneira como são utilizados os recursos disponíveis na natureza, inclusive o uso do solo.

A alteração espacial que presenciamos hoje na Amazônia resulta de importantes mudanças que ocorreram na sociedade e na economia nas últimas décadas, entre elas a diferenciação interna do uso do solo e da estrutura da propriedade (CASTRO, 2005, p.6).

Nesse espaço são travados combates que pressupõem ambigüidades no âmbito de determinada sociedade, cujo embate presume o jogo de relações de poder que desencadeiam processos conflituosos.

Existe um desencadeamento processual ao emergir uma situação de conflito quer seja de ordem ambiental, fundiária ou de qualquer outra natureza que pressupõe a identificação de uma situação desfavorável que ocasiona perdas e/ou cerceamento de direitos que logo encontram porta-vozes que externam seus interesses, os quais na maioria das vezes destoam da ordem vigente contrapondo-se por meio de atitudes e posicionamentos que conduzem ao confronto.

Para Simmel, não existe incongruência entre conflito e unidade, pois os posicionamentos que conduzem ao confronto induzidos por divergências conduzem a um novo estado, que seria a unidade, ainda que para tanto seja necessário aniquilar uma das partes. “A contradição e o conflito, ao contrário, não só precedem esta unidade como operam em cada momento de sua existência” (SIMMEL, 1983, p. 124).

“No período correspondente aos anos de 1980 e 1981, dos conflitos de terras registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Confederação Nacional de Trabalhadores

na Agricultura (CONTAG) em todo o Brasil, do total de 1.363, 35% ocorreram na Amazônia, contra 47% no Nordeste e 18% no Sul e no Sudeste” (COSTA, 1992, p.31). Esses conflitos envolveram mais de um milhão e duzentas mil pessoas, na disputa de mais de 40 milhões de hectares de terra. A Amazônia tornou-se, portanto uma área de agudos conflitos e tensão; (MARTINS, 1985, p. 90). É possível perceber o lado positivo do conflito-defendido por vários autores- ocasionando a transformação de uma dada situação social.

Os conflitos evitam a ossificação dos sistemas sociais, exercendo pressões no sentido de inovar e criar evita que a acomodação habitual à posição conquistada se congele em moldes rígidos e daí se depaupere progressivamente no sentido de perder a habilidade de reagir criativamente em circunstâncias novas (DEMO, 1973, p. 23).

Os conflitos¹⁸ constituem uma forma de resistência a um determinado modelo existente e conduz a possibilidade de impulsionar o aparecimento de outras oportunidades como meio de superar ou “resolver” um determinado problema ou situação sem ter que necessariamente extingui-lo já que a realidade social está imbuída de relações harmoniosas e desarmoniosas.

A questão mineração envolve quase sempre uma questão de conflito territorial, que se manifesta na discussão relativa à concessão de exploração e localização. A qualidade dos recursos e a viabilidade de exploração estão atreladas à disputa territorial. O direito de exploração é antes de tudo, um instrumento de poder manipulável e manipulado por interesses políticos que variam no tempo e no espaço (COELHO; MONTEIRO; COTA, 2007, p. 31).

A questão de conflitos territoriais é recorrente na maioria dos casos envolvendo extração mineral. Em Paragominas fugiu um pouco a regra devido às terras onde deviam iniciar as explorações da mina de Bauxita ser pertencentes a fazendeiros com os quais a VALE precisou negociar para adquiri-las.

Na fala de um dos entrevistados é referido o processo de compra pela empresa e as

180 conflito é abordado pelas escolas sociológicas (funcionalista, positivista, marxista, estruturalista) que debatem sobre como o conflito se manifesta na sociedade. Na escola funcionalista o conflito é abordado como algo fora da normalidade. Para os precursores dessa escola a sociedade ideal seria aquela onde prevalece o *continuum*, ou seja, um estado de normalidade em que qualquer grupo social, sociedade e/ou organização e visto como algo de harmônico e de equilibrado o que constituiriam o *estado normal*, o *conflito seria considerado patológico* (Comte, Spencer, Pareto, Durkheim e, entre os contemporâneos, Talcott Parsons); Na posição oposta ao *continuum* estão Marx, Sorel, John Stuart Mill, Simmel e entre os contemporâneos Dahrendorf e Touraine, que consideram qualquer grupo ou sistema social como constantemente marcados por conflitos porque em nenhuma sociedade a harmonia ou o equilíbrio foram normais; Na posição intermediária encontram-se também aqueles estudiosos que aderem, de uma forma ou outra, à metodologia funcionalista. Eles entendem o conflito como o produto sistemático das estruturas sociais, algo que traz mal-estar para o funcionamento de um sistema, isto é, em síntese, uma *disfunção*. No centro da reflexão marxista está um tipo particular e notório de conflito: a luta de classes; enquanto ela existe, há o conflito que passaria a ser dirimido tão logo a mesma deixasse de existir (KAPLAN; MANNERS, 1981,p. 57, 64,90;LÉVI-STRAUSS, 1993,p.121).

leituras feitas sobre a negociação, como portadora de vantagens para os que fizeram a venda de sua propriedade. Ele comentou com gesto de convencimento sobre o fato: “Quando se fomentou o projeto da bauxita, já que estava mais concentrado nas terras de produtores rurais, as terras tiveram que ser desapropriadas, os mesmos pegaram muito dinheiro, tem muita gente que ficou rica do dia para a noite, está rica até hoje não vai empobrecer nunca mais, pois venderam as terras para a Vale” (Informação verbal).

A disputa territorial existente na zona rural de Paragominas, entretanto, é travada não somente com a empresa de mineração, mas sim entre os colonos e os donos das terras e nessa questão conflituosa o direito a terra também prevalece como instrumento de poder.

Observa-se bem oportuno referir-se aqui a conceituação de conflito adotada pela CPT para efeito de estudo: “conflitos são ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho e produção” (CANUTO; LUZ; WICHINIESKI, 2010).

No que tange a empresa mineradora, os conflitos não estão voltados propriamente para questões territoriais, no que concerne aos aspectos físicos, ou espaço geográfico propriamente dito, já que as terras condizentes com a mina de extração de bauxita foram negociadas diretamente com os fazendeiros.

No entanto, o empreendimento exerce uma influência indireta sobre a vida dos colonos já que precisa fazer uso de estradas e pontes nas imediações da mina que são de uso comum dos colonos causando transtorno no cotidiano dos que lá habitam que precisam conviver com estradas esburacadas em consequência do tráfego de veículos pesados a serviço da mineradora. Tal fato provocou descontentamentos e várias reclamações por parte dos colonos junto à empresa de mineração que se comprometeu a solucionar o problema, justificando terem sido provocados pelas empreiteiras que foram contratadas no início do processo de abertura da mina. De outra forma a construção do mineroduto cujo trajeto passa pela Colônia do Oriente oferece transformações no cotidiano dos colonos produzindo novas interações destes com esses novos atores.

Nesse aspecto, pode-se fazer alusão a unidade e discordância mencionadas nas conjecturas de Simmel, quando se refere ao duplo sentido do conceito de unidade:

Designamos por “unidade” o consenso e a concordância dos indivíduos que interagem, em contraposição as suas discordâncias, separações e desarmonias. Mas também chamamos de unidade a síntese total do grupo de pessoas, de energias e de formas, isto é, a totalidade suprema daquele grupo, uma totalidade que abrange tanto as relações estritamente unitárias quanto as relações duais (SIMMEL, 1983, p. 125).

Nesse sentido, não se pode descartar os conflitos ideológicos existentes levando em consideração as mudanças, em termos de benefícios quanto à infra-estrutura na sede do município e certo descaso quanto aos dilemas dos que vivem na área rural, ressaltando que me refiro em especial às colônias citadas de conflituosidade em escala regional com a intervenção de empresas que são capazes de aprofundar desigualdades econômicas e sociais.

As desigualdades no campo denotam a disparidade decorrente de divergentes interesses econômicos e políticos que podem ser observados na desigual distribuição da terra e ausência de uma política agrária condizente na Amazônia. Nesse contexto, surgem assentamentos irregulares, que por sua vez demandam providências urgentes para o suprimento de necessidades de infra-estrutura e de serviços básicos, ou seja, a carência de políticas direcionadas para uma reforma agrária propicia um turbilhão de outras deficiências que passam a exigir do poder público alternativas para dirimi-las, que de outra forma poderiam nem sequer existir. O conflito é importante no que tange a possibilidade de “inovar e criar”, trazendo transformações que podem conduzir a caminhos melhores.

As décadas de 1970 e 1980 o processo de regularização da apropriação da terra, realizada pelo INCRA, da esfera federal, suscitou uma série de tensões que Rocha destaca no relativo a atores e ações de gestão territorial.

No período entre 1971 e 1987 o processo de distribuição e de regularização da apropriação das terras ocorreu sob a égide do INCRA. Ao federalizar o território, o governo federal alijou as oligarquias regionais do poder de distribuição de terras, uma vez que retirou do controle estadual a regularização das terras. Ademais suprimiu a existência de terras comunais e devolutas para a instauração da propriedade privada e negou as posses imemoriais dos grupos indígenas, caboclos e ribeirinhos e ainda obstruiu o processo de ocupação não – controlada de terras devolutas. A ocupação seletiva das terras constituiu o principal mecanismo de gestão territorial do INCRA. Somente 26% do território permaneceram sob o controle do governo estadual (ROCHA, 2008, p. 40).

Essa conjuntura demonstra os conflitos relacionados a Reforma Agrária e a resistência à sua implantação tornando claro os verdadeiros interesses que reafirmam a prevalência dos interesses econômicos concentrados no âmbito financeiro e industrial, em detrimento aos interesses da zona rural, por conta da conivência com poder vigente (MEDINA, 1979).

Gohn considera como estratégia básica dos sem-terra a ocupação de terras improdutivas, públicas ou particulares, criando um fato político que leva a pressionar os órgãos públicos a negociarem com o movimento e a promoverem seu assentamento definitivo na terra, através da concessão de títulos de posse (GOHN, 2000).

Conflitos e violência contra indígenas e posseiros têm estado permanentemente associadas às intervenções do Estado. Santos reflete as situações de conflito por terra e

recursos:

A realidade brasileira apresenta uma ampla conflitualidade e um aumento da violência nos espaços sociais agrários, nos quais existem fortes violações de direitos humanos. No período da Nova República, manteve-se elevado o número de conflitos no campo, envolvendo conflitos de terra, ocorrência de trabalho escravo, conflitos trabalhistas e outros tipos de conflitos. Houve quatro fases na ocorrência de conflitos no campo, neste período: de 1985 a 1989, uma grande ocorrência de conflitos; entre 1990 e 1992, uma redução relativa; um aumento dos conflitos nos anos de 1993 a 1995; finalmente, em 1996 e 1998, manteve-se alta e crescente a incidência de conflitos (SANTOS, 2000, p.2).

Na mesma perspectiva Batista, argumenta que no Brasil, somente graças à luta dos trabalhadores rurais, apenas nas terras ocupadas por eles tem sido realizada a reforma agrária. “O latifúndio se fortalece, conseguindo instrumentalizar completamente os recursos públicos e controlar a propriedade rural. [...] o uso das grandes propriedades privilegia o lucro e a acumulação de riquezas para uma minoria da população” (BATISTA, 2008, p, 194). A função social da terra, apesar de garantida na Constituição¹⁹ fica na prática dissociada desse contexto.

É possível perceber na luta pela terra a consubstanciação do objeto de poder que no campo reflete as regras de poder e suas peculiaridades, “cada luta se desenvolve em torno de um foco particular de poder”. Esse fenômeno é bem expresso nas palavras de Foucault ao enfatizar que o “poder se exerce” e fica meio que nas entrelinhas quem de fato o detém, mas é de certa forma patente quem não o possui. De acordo com Foucault:

[...] seria necessário saber até onde se exerce o poder, [...] onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular, e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui (FOUCAULT, 1979, p. 75).

Weber entende por poder “a oportunidade existente dentro de uma relação social que permite a alguém impor a sua própria vontade mesmo contra a resistência e independentemente da base na qual esta oportunidade se fundamenta” (WEBER, 2002, p. 107).

Na disputa pela terra são evidentes as relações sociais quando os diversos atores (grandes fazendeiros, pequenos produtores, grandes empresas) defendem seus interesses. Como no caso de grileiros que mediante falsificação de documentos, suborno, aliciamento até mesmo de altas autoridades, utilização de jagunços para invadir terras realizam a expulsão de pequenos agricultores e até mesmo índios, para depois repassar essas terras aos grandes capitalistas.

19 Constituição da República Federativa do Brasil, Título II, Capítulo I, artigo 5º, XXIII – a propriedade atenderá sua função social e Título VII, Capítulo I, art. 170, III.

Um dos sistemas ou formas de análise do poder parte do pressuposto da funcionalidade econômica, baseado na concepção marxista geral de poder, onde o poder teria o papel de “manter as relações de produção e reproduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento e uma modalidade própria da apropriação das forças produtivas tornaram possível” (FOUCAULT, 1979, p.174-175). De acordo, ainda, com Foucault (1979, p.175):

[...] em um caso temos um poder político que encontraria no procedimento de troca na economia da circulação dos bens o seu modelo formal e, no outro, o poder político teria na economia sua razão de ser histórica, o princípio de sua forma concreta e do seu funcionamento atual.

Não se está aqui confinando o poder a uma análise meramente econômica, pois se entende que sua abrangência é muito mais densa e comporta um leque de questionamentos, hipóteses e situações empíricas. No entanto, para efeito deste estudo, pareceu interessante considerá-la pertinente para descrever e explicar o contexto apreciado.

Essa relação de poder que se expressa na funcionalidade econômica necessita de um ambiente onde se efetivar. Nessa perspectiva, é possível perceber a competição pelo espaço, onde se desenvolve todo o enredo, imbricado por interações conflituosas caracterizadas pela diversidade de agentes sociais que tem em comum o interesse pela apropriação desse espaço, e que abrigam as mais diversas intenções e motivações condizentes com a posição ocupada neste espaço social. Santos, considera o “espaço”, “como um conjunto indissociável, de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento” (SANTOS, 2008, p. 28).

Bourdieu (2009) denomina “espaço social”, o palco onde se desenrola a trama cotidiana, tendo-se definido as posições relativas ocupadas por cada agente ou grupos de agentes. O espaço social é imbuído de relações de poder que são determinadas pelo tipo de capital particular concentrado em um determinado campo, podendo apresentar-se como capital econômico, cultural, social ou simbólico que estabelece a distribuição de poder. Reflete sobre a sobreposição de um determinado campo em relação a outro conferindo a sua estrutura.

Pode-se assim construir um modelo simplificado do campo social no seu conjunto que permite pensar a posição de cada agente em todos os espaços de jogo possíveis (dando-se por entendido que, se cada campo tem a sua lógica própria e a sua hierarquia própria, a hierarquia que se estabelece entre as espécies do capital e a ligação estatística existente entre os diferentes haveres fazem com que o campo econômico tenda a impor a sua estrutura a outros campos (BOURDIEU, 2009, p.135).

O campo social é descrito por Bourdieu (2002) como “espaço multidimensional de posições [...] que são condicionados por variáveis que distribuem os agentes segundo o volume global de capital que possuem e segundo a composição do seu capital” (BOURDIEU, 2002, p. 135).

É importante também salientar sobre a noção de *habitus*, como indicador das posições sociais já que evidenciam as diferenciações, tal como Bourdieu (1996, p.21) exprime:

De maneira mais geral, o espaço de posições sociais se retraduz em um espaço de tomadas de posições pela intermediação do espaço de disposições (ou do *habitus*); ou, em outros termos, ao sistema de separações diferenciais, que definem as diferentes posições nos dois sistemas principais do espaço social, corresponde um sistema de separações diferenciais nas propriedades dos agentes (ou de classes construídas com agentes), isto é, em suas práticas e nos bens que possuem. A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo (BOURDIEU, 1996, p.21).

O poder econômico torna prevaletentes as regras do jogo social em seu favor mantendo subservientes a si o poder político e cultural, ou seja, de domínio do espaço social ditando as regras de interações. A dominação exerce um tipo de interação, sendo esta uma forma daquela.

As relações sociais que se sucedem no meio rural submetem-se ao predomínio do campo econômico e político prevaletente na relação de dominação existente. Contudo, depreende-se da concepção de Bourdieu (2009) que as lutas ocorridas no campo político podem transformar as relações de forças tornando possível a transformação da estrutura política vigente, embora nos pareça um tanto improvável. Nesse sentido afirma Bourdieu (2009, p.163-164) que:

O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio, sobretudo da relação que os mandantes, em conseqüência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com seus mandatários e da relação que estes últimos, em conseqüência de suas atitudes, mantêm com suas organizações.

O campo político requer para sua efetivação subsídios necessário ao seu funcionamento como também indivíduos capazes para conferir a ele funcionalidade. A concentração de capital político nas mãos de uma minoria é fortalecida pela inacessibilidade aos instrumentos materiais e culturais pela maioria dos agentes sociais. É possível

argumentar quanto à ausência dos instrumentos materiais e culturais no meio rural e a relação direta com a insuficiente gama de conquistas que são viabilizadas, ainda que não sejam os únicos determinantes, já que a falta de vontade política também as torna inexecutáveis.

Infere-se que aqueles que detêm os instrumentos materiais e culturais e porque não dizer econômicos, possuem habilidades para propor um programa de pensamento e ação capaz de propiciar uma adesão geral e antecipada ao curso de ação que se pretende concretizar. Para Bourdieu (2009, p. 164):

a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e portanto mais provável, quanto mais despossuídos de instrumentos materiais e culturais necessários a participação ativa na política estão os simples aderentes sobretudo, o tempo livre e o capital cultural.

Os detentores do capital político manipulam o comportamento dos despossuídos de instrumentos materiais e culturais levando-os a conceder-lhes maior autonomia e poder de controle dos mecanismos. A ausência de conscientização política, aqui definida como capital cultural inibe a participação dos menos favorecidos exacerbando o distanciamento dos meios capazes de reverter essa realidade.

O campo político é o lugar onde se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 2009, p.164).

Nessa conjuntura, quanto mais afastados estão os agentes do lugar onde se geram os produtos políticos menos aptos estão a participar ativamente na política. Esse afastamento conduz a acomodação e dependência da figura de um ser “pensante” e provedor de toda necessidade e persiste em muitos casos legitimada pela sua controvérsia, a qual reafirma a existência de atores desprovidos de esclarecimento necessário, capaz de ser a orientação à consciência de si mesmo e a percepção da realidade que os circunda como passível de transformações.

A efetivação do campo político requer a existência de profissionais da política que detêm os saberes específicos que são adquiridos e acumulados também pelo trabalho da política a luz de conhecimento presente e passado e de outras atribuições facilitadoras de tal desempenho como domínio da linguagem adequada e retórica condizente capaz de articulações impregnadas de intenções voltadas à efetivação de objetivos previamente

ordenados e definidos, trata-se de uma construção social.

A preponderância do campo político permeando as relações sociais quer urbanas ou rurais, culminam na determinação e no fortalecimento dos interesses dos dominantes, corroborada pelo monopólio do capital cultural e econômico que os coloca em posição privilegiada alcançando seu apogeu através do consentimento dos desfavorecidos, dominados ideologicamente e desprovidos de alternativas que os possibilitem sair da pseudo-participação.

A existência de instrumentos de participação constitucionalmente embasados, nem sempre garante a efetividade desse direito, devido ao funcionamento adulterado da engrenagem do sistema político, que é fortalecido pela prática de uma representatividade que visa interesses quase sempre minoritários. Não se trata de desmerecer as técnicas racionais e o preparo necessário e condizente com o saber fazer indispensáveis às regras do funcionamento do campo da produção ideológica, mas a canalização do saber fazer em benefício de interesses de determinadas categorias em detrimento de outras.

No mundo social ocorre toda a gama de inter-relações decorrentes de interesses tanto convergentes quanto divergentes, que são específicos a este ou aquele indivíduo de acordo com a posição por ele ocupada. Este mundo é determinado pelas diferenciações sendo representado em forma de um espaço onde se expressam as relações sociais. O conjunto de bens e propriedades, chamado capital econômico, que por sua vez interliga-se ao capital político, distingue as posições sociais e por sua vez os níveis de poder expressam sua consubstanciação. Como Santos (2008) que defende a existência de seletividades e hierarquias que personificam os níveis de poder refletidos nas interações e relações em uma dada sociedade determinados pelas “necessidades do processo produtivo”.

Quando todos os lugares foram atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se, paralelamente, seletividades e hierarquias de utilização, com a concorrência ativa ou passiva entre os diversos agentes (SANTOS, 2008, p. 29).

Paragominas, não foge a regra, persiste o predomínio do capital econômico que desponta nas interações na área rural, quando são intensificadas as discrepâncias quanto ao uso da terra. As relações de poder são representadas pelos detentores do capital que se apropriam do espaço urbano e rural produzindo um controle não apenas material, mas político- ideológico caracterizando também o poder como o capital simbólico preconizado por Bourdieu (2009). Nesse aspecto, os atores sociais assumem posturas que evidenciam a função específica que desempenham na sociedade onde estão inseridos.

A realidade pode ser construída ao arbítrio de quem controla e manipula o poder midiático, conduzindo a um consenso proposital de uma realidade que se pretende e/ou convém apresentar (ideológico). Assim é a comunicação eficaz na efetivação do capital simbólico. De outra forma, o poder obedece a interesses que divergem dependendo da escala de onde emanam as diretrizes que estão imbuídas de intencionalidade voltadas para a construção de uma determinada realidade.

Existe dentro de um território uma oposição entre escalas. Cada escala corresponde a um nível de intencionalidade. O do governo federal não é, obrigatoriamente, o mesmo nível de intencionalidade de um governo de Estado, ou de município, ou de uma agência regional. O nível de intencionalidade de uma firma que usa o espaço nacional com um todo não é o mesmo, nem tem a mesma qualidade ou direção que o de uma firma que apenas pode utilizar-se de uma fração do espaço [...] A noção de escala é, então, essencial para se compreender a diversidade e o choque entre intencionalidades em diversos níveis, as quais se revelam através de decisões e têm repercussão na ordem econômica, cultural, política e moral, assim como na ordem territorial (SANTOS, 2008, p. 91).

Desta forma, o produto das ações dos atores sociais e o seu significado obedece e depende do nível de poder que estão representando em um dado contexto e os interesses que reproduzem em suas inter-relações. A escala municipal adota diretrizes de ação em conformidade com necessidades locais, como também segue tendências a nível nacional, principalmente as de ordem econômica.

Então, tenta-se observar e reproduzir as inter-relações entre os diversos atores envolvidos nas tramas sociais responsáveis pela dinâmica do município de Paragominas, quando os divergentes interesses aqui representados pelos colonos, pela empresa de mineração e pelo estado que tem sua culminância na consubstanciação da gestão municipal. Estes parecem em certos momentos se coadunar, em outros apresentam suas gritantes disparidades movidas por interesses divergentes compondo assim o cotidiano municipal.

Cabe ao município enquanto ator social (por meio de suas instituições) gerir toda essa engrenagem que apresenta dinâmicas diferenciadas e lógicas distintas, cuja tendência é priorizar o crescimento econômico. Mas, lamentavelmente, acaba relegando a nível secundário a provisão de outras demandas, como por exemplo, as da área rural.

4 A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE E VALE S.A. OS PROJETOS DE MINERAÇÃO EM PARAGOMINAS

A implementação de um “grande projeto” como os de mineração em um determinado município ou região, certamente conduz a mudanças estruturais que incidem na questão econômica e ambiental, na criação e fortalecimento de instituições. Sobretudo, estes possuem inúmeras implicações sociais que, por sua vez, suscitam reações dos agentes sociais diante das transformações que afetam os meios de produção local, o ritmo de vida, porém nem sempre essas alterações se metamorfoseiam em resultados favoráveis para os grupos sociais. Em muitos casos eles acabam ficando a margem do crescimento econômico, se tornando vítimas de um processo excludente que é desencadeado a partir da própria dinâmica decorrente do funcionamento do projeto. O tão esperado desenvolvimento em geral “acontece para outros”, como é referido por alguns entrevistados, que não são os direta ou indiretamente afetados por tais empreendimentos.

Para melhor compreensão do estudo em questão, se faz necessário uma visão mais abrangente no que tange ao processo de desenvolvimento e crescimento da região Amazônica e o papel dos recursos naturais, mais especificamente os minerais, como dinamizadores desse pretendo desenvolvimento. Monteiro analisa a expectativa dos projetos Minero-Metalúrgicos reificada pelos planejadores e governantes:

Com as atividades mínero-metalúrgicas, criaram-se expectativas, recorrentemente acalentadas por vários segmentos da sociedade. Diversas foram às predições feitas, em diversos momentos, por planejadores oficiais que apregoavam que, com o atendimento de demandas globais de mercadorias minerais, abrir-se-ia a possibilidade para o estabelecimento de processos impulsionadores do desenvolvimento regional por meio do surgimento de uma vasta rede de relações sociais, mercantis e não mercantis, cujo elemento estruturador seria a mínero-metalúrgia (MONTEIRO, 2005, p. 171).

A verticalização da produção mineral agregando valor ao produto, e com isto fugindo simplesmente da contínua exportação de matéria prima consistiria em um dos fatores propulsores do tão esperado desenvolvimento regional. Posicionamento este, que em parte é fruto da dependência e necessária adequação a interesses externos que “determinam padrões tecnológicos, de inovação e organização dentro dos quais as empresas mínero-metalúrgicas têm de operar” (MONTEIRO, 2005, p. 172).

A exploração de recursos naturais, a Amazônia tem sido palco de um processo de ocupação do território que foi disseminado por interesses políticos e econômicos oriundos de políticas desenvolvimentistas, altamente contempladas com incentivos fiscais e creditícios. A

tônica dos governos tem sido incorporar regiões menos desenvolvidas às mais dinâmicas, o que conseqüentemente tem culminado, durante várias décadas, com o deslocamento de trabalhadores de diversos estados em direção à Amazônia.

As medidas implementadas e que aceleraram o processo de exploração dos recursos minerais foram oriundas de políticas federais mais abrangentes voltadas para a região E que propiciaram novas dinâmicas sociais, entre elas a intensificação de movimentos migratórios, no final da década de 1950. A política de abertura de estradas foi privilegiada como capaz de promover a integração física da Amazônia ao Centro Oeste, Sul e viabilizadas em ritmo acelerado. A política de transporte e comunicação se consubstanciou em planos de desenvolvimento regional, respaldados em uma infra-estrutura favorável para as empresas.

Em 1955, surge o primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia gerenciado pela Superintendência para o Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) que sinalizava a necessidade de se fazer algumas obras públicas. A construção da rodovia Belém-Brasília, pela RODOBRÁS, proporcionando a primeira ligação terrestre permanente entre a Amazônia Oriental e o resto do país (MONTEIRO, 2001).

A partir de então as estratégias adotadas pelo governo federal passaram a crescentemente ganhar formas concretas por meio da elaboração e implementação de planos de desenvolvimento regional, aos quais se articularam a criação de instituições, o estabelecimento de políticas públicas, a implementação de políticas de financiamento, a edificação de obras de infraestrutura (MONTEIRO, 2004; COELHO, 2004).

No Brasil, o alumínio começou a ter história própria na década de 1940, em plena guerra quando o país ficou sem o suprimento do metal (MACHADO, 1985, p. 41). As concorrentes na época eram a ELQUISA, de Ouro Preto, do engenheiro Américo René Giannetti e a da CBA, de São Paulo.

As primeiras ocorrências de bauxita na Amazônia, localizadas no extremo oeste do Estado do Pará, foram descobertas pela Aluminium Company of Canadá (ALCAN) na década de 1960. A partir daí, foi constituída, pelo Grupo Alcan do Brasil, a Mineração Rio do Norte S.A. (MRN). Em pesquisa realizada, Trindade sinaliza a estratégia de localização deste ramo da indústria mineral na Amazônia:

A descoberta de importantes depósitos bauxítíferos na região compreendida entre o oeste paraense (Trombetas) e o leste do Estado do Amazonas (Nhamundá) remonta à década de 60. No final dessa década o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) aprovou os primeiros relatórios de pesquisa de bauxita na Amazônia. A exploração da Jazida de Trombetas só se concretizaria, contudo em 1974, com a formação da “Joint-venture ”Mineração Rio do Norte, que entre 1976 e 1979 faria

um investimento global de US\$ 390 milhões, transformando radicalmente a região, até então habitada por diversos contingentes de “quilombolas”, cuja atividade econômica principal era o extrativismo e a agricultura de subsistência (TRINDADE, 2001, p.95-96).

Conforme tratado anteriormente a ocupação da Amazônia conduziu a um processo migratório intenso. O município de Paragominas por sua vez, traz em seu bojo a história da migração, pois surgiu em função da construção da rodovia Belém-Brasília, iniciada em 1955, que funcionou como estímulo a ocupação de uma área que se tornaria integrada a outros Estados do Brasil. Esta integração a outros Estados com a região norte, mobilizou trabalhadores de diversas regiões o que resultou na rápida ocupação do município e contribuiu também como “atrativo” para que várias empresas realizassem pesquisas sobre mineração.

A Mineração Rio do Norte criada em 1967 foi responsável pelo primeiro embarque de bauxita da jazida do Trombetas para a ALCAN no Canadá, em 1979. Agora em 2009 completou 30 anos de funcionamento constituindo-se o mais antigo dos grandes projetos. Desde então vem ampliando sua capacidade instalada e sua produção.

A capacidade inicial de produção foi de 3,35 milhões toneladas anuais. Ao longo dos primeiros anos de operação, a capacidade expandiu-se gradativamente em função do aumento da demanda de mercado e da grande aceitação da bauxita produzida pela MRN nas refinarias de todo o mundo. A reserva de bauxita do Trombetas, modificou a escala de importância das reservas brasileiras de bauxita “[...] e provocou as descobertas de Paragominas de 1970, onde as reservas são ainda maiores” (MACHADO, 1985, p. 31-131).

É possível constatar a expansão, pois os investimentos continuaram a todo o vapor, entre 2001 e 2003, a MRN investiu em um novo projeto de expansão. Com ele, a empresa passou de uma capacidade instalada de produção de 11 milhões para 16,3 milhões de toneladas de minério. O recorde de produção foi quebrado com 18,06 milhões de toneladas de bauxita produzidas no fechamento do ano de 2007 (FORUM CARAJÁS, 2009).

Atualmente a Mineração Rio do Norte é uma das maiores mineradoras de bauxita do mundo, mais de dois terços das vendas se destinam ao mercado interno atendendo dois de seus maiores clientes que são também acionistas: a Alunorte no município de Barcarena, controlada pela Companhia Vale do Rio Doce e a Alumar em São Luiz do Maranhão, da Alcoa. A ampliação da escala de produção visa, sobretudo, o mercado externo, já que a CVRD começou a suprir a Alunorte com a bauxita extraída da jazida do Capim, em Paragominas, cumprindo parte dos compromissos da MRN (PINTO, L., 1994).

A existência de bauxita na região de Paragominas foi primeiramente comunicado pela

empresa Rio Tinto Zinc (RTZ), que requereu para pesquisas junto ao DNPM, diversas áreas do município de Paragominas. Da mesma forma, na mesma época, a Companhia Brasileira do Alumínio (CBA) e a CVRD, ambas sócias da MRN, também requerem áreas para pesquisa de bauxita na mesma região (MONTEIRO, 2001, p. 211).

Apesar da bauxita de Paragominas ter sido descoberta na década de 1970, devido a problemas de logística foi deixada de lado para só posteriormente serem exploradas suas jazidas, [...] provavelmente devido as dificuldades de saída do minério, em comparação com a facilidade de exportação das abundantes reservas do Trombetas. [...] A região de Paragominas é hoje reconhecida como a da maior reserva brasileira de bauxita, com cerca de 2.500Mt. (MACHADO, 1985, p. 140).

Nas palavras de Machado para o aproveitamento das reservas medidas do bloco Miltônia de minério mais próximo do rio Capim, foi feito em 1975 um estudo de viabilidade de um projeto de mineração de quatro Mtpa que embarcaria parte da produção para exportação em Ponta Grossa, e outra parte seria utilizada pela fábrica de alumina da ALUNORTE que se planejava instalar (MACHADO, 1985, p. 141). Fontes oficiais expõem as estratégias das empresas do setor.

Da segunda metade dos anos 1960 até meados dos anos 1980 foram realizados amplos trabalhos de exploração em diversos setores da província bauxitífera de Paragominas. Após ter iniciado as investigações na região, a companhia americana Kaiser suspendeu suas pesquisas no início dos anos 1970 e deixou o Brasil, sendo substituída pela companhia Mineração Vera Cruz (filial da empresa multinacional Rio Tinto Zinc) que desenvolveu suas atividades de prospecção nos setores mais promissores da província, em particular nos Platôs Miltônia. No final dos anos 1970 – início dos anos 1980, os trabalhos da RTZ foram, por sua vez, suspensos, e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) abriu várias frentes de exploração na região. Foram investigados nesse período, em particular, os platôs dos setores Jabuti e Futuro, assim como os setores Camoai, próximo a cidade de Ulianópolis e Tiracambu, na zona de divisa entre Pará e Maranhão, mais a sudeste. Na segunda metade dos anos 1980 e durante toda a década de 1990, a exploração de bauxita ficou praticamente suspensa na região. Nesse período, apenas a bauxita refratária do setor Camoai atraiu investidores, sendo vários anos lavrada e beneficiada in loco pela empresa CBB (Companhia Brasileira de Bauxita). “A exploração foi, entretanto paralisada e a mina fechada em 2001 devido à forte queda da cotação de bauxita refratária no mercado mundial (KOTSCHOUBEY et al, 2005).

Além das dificuldades já mencionadas, o início da exploração das reservas de bauxita de Paragominas foi postergada, devido à incompatibilidade de objetivos entre a CVRD e a RTZ, já que a primeira insistia em que a bauxita a ser produzida na região de Paragominas deveria ser integralmente exportada, enquanto a segunda, alegava ser mais vantajoso vender minério à usina da Alcoa em São Luís, a Alumar, colidindo com os interesses da CVRD, que tinha na demanda da Alumar mercado para parcela de sua cota de minério originária da MRN (MONTEIRO, 2001).

A exploração das jazidas de bauxita em Paragominas, apesar de todo o interesse do governo brasileiro, não ocorreu também devido à crise do mercado de bauxita, impossibilitando encontrar interessados em suprimento em longo prazo, condição fundamental para obter financiamento, desta forma o projeto foi arquivado. Em 2001, “devido à procura crescente de alumínio no mercado mundial dos metais não ferrosos, a prospecção de bauxita metalúrgica conheceu vigorosa reativação no Brasil e a Companhia Vale do Rio Doce retomou seus trabalhos exploratórios na região de Paragominas” (KOTSCHOUBEY et al, 2005). Nessa ocasião iniciou-se um vasto projeto de mineração no setor Miltônia.

A mina de bauxita de Paragominas entrou em operação em abril de 2006 e já proporcionou 1,9 milhões de toneladas de bauxita, produção que se expandirá colocando-a como uma das maiores minas do mundo. Assim a MRN, poderá aumentar as cifras de seu comércio exterior. No entanto, a fase de produção comercial da mina teve início em março de 2007, com capacidade anual de 5,4 milhões de toneladas por ano, para suportar a segunda expansão da Alunorte. Na ocasião, o investimento total alcançou US\$ 352 milhões.

Desde abril de 2007, a bauxita de Paragominas é recebida por meio de um processo pioneiro no mundo: transporte do minério em polpa aquosa, através de um mineroduto de 244 km de extensão. Quando todo o sistema operar à plena capacidade, a mina de Paragominas irá suprir 40% da necessidade atual de bauxita da planta. Em 2008, a produção da Alunorte relativa à participação da VALE foi recorde: 5,0 Mt, 18,2% a mais em comparação ao ano anterior. A empresa expõe no seu site as expectativas de crescimento da exploração de bauxita:

A segunda fase de Paragominas (Paragominas II) começou em maio de 2008, adicionando 4,5 Mtpa à capacidade nominal. A operação na mina produziu 4,4 Mt em 2008. A mina atingirá 9,9 milhões de toneladas por ano, o que exigirá investimento adicional estimado de US\$ 196 milhões. Esta produção será destinada a Companhia de Alumina do Pará. Será construída uma refinaria de alumina, Companhia de Alumina do Pará (CAP), que será abastecida pela expansão da mina de bauxita Paragominas (Paragominas III), ambas localizadas no Pará. A refinaria da CAP, cuja participação da Vale é de 61%, será localizada em Barcarena, próxima à subsidiária Alunorte. A capacidade inicial de produção da refinaria será de 1,86 milhões de toneladas por ano (Mtpa) de alumina, por meio de duas linhas de 930.000 tpa cada. A nova refinaria terá potencial para aumentos futuros de capacidade, podendo atingir até 7,4 Mtpa. O valor do investimento na primeira fase da CAP é estimado em US\$ 2,2 bilhões, dos quais US\$ 60 milhões devem ser gastos em 2010. O início é esperado para o segundo semestre de 2012. Paragominas III fornecerá a bauxita a ser consumida pela CAP. O investimento está estimado em US\$ 487 milhões e resultará na ampliação da mina de Paragominas de 9,9 para 14,85 Mtpa. Paragominas III deverá entrar em operação simultaneamente ao primeiro módulo da CAP, no segundo semestre de 2012 (VALE, 2009).

Dentre os projetos de extração mineral voltados para a produção de alumínio da

CVRD (VALE), destacam-se a produção de alumínio primário pela Alumínio do Brasil (ALBRÁS- 1985), onde a participação acionária da VALE corresponde a 51%; a produção de alumina pela Alumina do Norte do Brasil (ALUNORTE, 1996), nesta a Vale detém a participação acionária de 57,03%.

A VALE também está envolvida em outros projetos de extração de bens minerais como: ferro, cobre, níquel, caulim. No início da década de 90 surgiu a Rio Capim Química S.A., tendo como maior acionista a CADAM, cabendo à CVRD participação como acionista minoritária. Posteriormente passou a se denominar Pará Pigmentos S.A (PPSA), tendo iniciado a lavra do caulim em 1996. Depois de privatizada, a CVRD comprou a parte que cabia a CAEME, assumindo o controle acionário da PPSA. Na Amazônia prevalece um conjunto de fatores que propiciam a “expansão e investimento voltados à valorização e exportação de bens minerais” (MONTEIRO, 2005, p.168) que encontram na bauxita apenas um de seus expoentes.

Como já exposto, este estudo pretende averiguar a participação social no contexto da mineração acima descrito, cujo foco é o Projeto Bauxita de Paragominas, inicialmente desenvolvido pela Mineração Vera Cruz S/A – MVC, unidade integrante da Vale do Rio Doce Alumínio S/A Aluvale empresa holding, que administra as unidades de produção de alumínio da Companhia Vale do Rio Doce.

O processo de licenciamento do Projeto Bauxita de Paragominas foi dividido em duas partes considerando exigência da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM). A primeira parte contempla a implantação e operação da mina, beneficiamento de minério e infra-estrutura; e a segunda o sistema de transporte de polpa de minério, chamado de mineroduto.

Segundo o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), de fevereiro de 2003, o município de Paragominas, dentre os municípios por onde passa o mineroduto, foi considerado destaque em termos sócio-econômicos e que apresenta uma maior atuação das organizações sociais.

Cabe indagar as implicações que tantas mudanças impingem no modo de vida dos grupos sociais que sofrem intervenção direta e indireta de tais empreendimentos, que tipo de participação elas exercem nesse universo de transformações e até que ponto é viabilizado as possibilidades de intervenção destas no seu próprio contexto.

4.1 INFLUÊNCIA EXTERNA E O CONTEXTO DA MINERAÇÃO REGIONAL

Conforme já colocado anteriormente, grande parte da produção mineral no Estado do Pará é voltada para o mercado internacional de bens minerais. Desta forma, é interessante observar as contingências externas conduzindo diretrizes regionais e de certa forma impondo condições e direcionando a economia regional para o usufruto de terceiros.

A história da mineração na Amazônia foi e é imbuída a atender uma diversificada gama de interesses de ordem mundial, nacional e local, em geral obedecendo a essa ordem de prioridades.

O Estado enquanto detentor do processo decisório equaliza comprometeros com os atores empresariais, os detentores do capital e das tecnologias, e com os interesses de mercados (COELHO; MONTEIRO; COTA, 2007, p. 31).

Ao que tudo indica, os projetos de desenvolvimento da Amazônia visam atender predominantemente os interesses externos em detrimento ao planejamento de um desenvolvimento originado e/ou voltado essencialmente para interesses locais. Em certa proporção a história parece sempre se repetir, pois o investimento em desenvolvimento local é negligenciado e o que se reproduz é o mero escoamento de riquezas sem uma contrapartida racional de otimização de recursos de forma significativa que produza resultados e que perdure em longo prazo, possibilitando reais melhorias sociais e econômicas.

O que se pretende não é dissociar ou negar a participação e os efeitos que os acontecimentos nacionais e globais produzem nas economias locais, mas sim enfatizar a devida importância e a valorização que deve ser atribuída ao desenvolvimento local. Desta forma, dissociar a Amazônia do estigma de mero exportador de matéria prima, ou de hospedeiro, no sentido de fornecedor de riquezas, no caso da extração de minério.

Poderiam ser inúmeras as possibilidades de desenvolvimento regional nas áreas onde existem empreendimentos minerais, senão fossem tantas as facilidades e subsídios garantidos a essas empresas como a renúncia fiscal, isenção de impostos e tributos reduzindo o investimento que poderia ser aplicado no município, considerando que as mesmas auferem lucros auspiciosos. Como propõe Santos afirmando que a ocupação da Amazônia priorizou solucionar e atender interesses externos que não à realidade regional, visando o abastecimento de mercados normalmente externos e absorção de contingentes migratórios expulsos de outras regiões em consequência das distorções do desenvolvimento sócio econômico brasileiro. Segundo Santos “o processo de ocupação da Amazônia tem acompanhado a tendência.

De acordo com Monteiro (2005, p. 170), “[...] a lógica que impulsionou a mínero-metalurgia na região foi baseada” na lógica das vantagens comparativas, dadas suas ricas reservas de recursos naturais e a possibilidade de exploração a custos baixos em comparação aos mercados globais. Nesse sentido, “[...] não dependeu da existência de arranjos produtivos locais”²⁰, nem interagiu ou mesmo integrou-se a estes, de modo a permitir “processos de desenvolvimento socialmente enraizados” ou em outras palavras, processos que potencializem e viabilizem capital humano e social.

Conforme Coelho; Monteiro; Cota (2007) um dos efeitos da introdução da mineração industrial na região amazônica se refere às mudanças sociais e estruturais ocorridas, sobretudo na Amazônia oriental, as quais se refletiram nas desigualdades e nos conflitos sociais e políticos que emergiram, assim como nas interações com o comércio e as finanças internacionais. Nessa lógica, os autores defendem que:

A superposição de circuitos econômicos diversos, um de economia mineral, de capitais intensivos e espacialmente concentrados, e outros da economia agrícola ou extrativista vegetal, socialmente e espacialmente difuso, podem não ter causado serias rupturas na escala regional, ou seja, nas economias e instituições regionais, mais certamente criou um espaço no qual ampliou as desigualdades econômicas e políticas ao aumentar a distribuição desigual entre diferentes populações, classe ambientes físicos (COELHO; MONTEIRO; COTA, 2007, p. 30).

Outro fator de suma importância que também reflete a ausência do desenvolvimento regional reside no fato das atividades mínero-metalúrgicas serem “dependentes de dinâmicas extra-regionais que estabelecem os padrões tecnológicos, de inovação e organização dentro dos quais as empresas têm que operar” (MONTEIRO 2005, p. 172). É toda uma lógica de funcionamento e de relações de produção fora e/ou além da realidade e dos modelos de organização de trabalho locais, que impossibilita a absorção de mão-de-obra que não se adéqua ao perfil e especialização exigida, portanto, distanciada do que se convencionou chamar de arranjos produtivos locais. Existe, assim, uma disparidade entre o conhecimento regional ou local e as técnicas exigidas na extração e transformação industrial de recursos minerais. Informação que é compartilhada por Santos ao afirmar que:

Os recursos minerais da Amazônia somente poderão dar maior contribuição ao

20 O conceito operacional elaborado pela Redesit/Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais sobre o que sejam Arranjos Produtivos Locais-APL diz respeito “aqueles casos fragmentados e que não apresentam significativa articulação entre os agentes”, cuja ênfase é o território e os processos específicos de aprendizado, capacitação e inovação. Com o foco no papel da aprendizagem e da inovação e para sustentar sua abordagem metodológica a Redesit (2004, não paginado) propõem o conceito de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais-ASPILs que são “conjuntos de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos expressivos de produção, interação, cooperação e aprendizagem (LASTRES; CASSIOLATO, 2004, p. 5).

desenvolvimento nacional e regional – quando o processo de industrialização do país permitir a elaboração de produtos finais com elevado grau de tecnologia agregada. Só assim será possível uma melhor remuneração para os produtos de origem mineral, que tenham maior competitividade nos mutantes mercados atuais, num mundo onde há enorme diferença entre exportar potato chips ou micro-chips (SANTOS, 2002, p.144)

Algumas iniciativas demonstram a aparente possibilidade de desenvolvimento local, pois se resumem a melhorias sociais que não passam de estratégias visando o fortalecimento e manutenção de certa fatia do mercado de bens minerais ou novos acordos e convênios futuros.

A superposição de circuitos econômicos diversos, um de economia mineral, de capitais intensivos e espacialmente concentrados, e outros da economia agrícola ou extrativista vegetal, socialmente e espacialmente difuso, podem não ter causado sérias rupturas na escala regional, ou seja, nas economias e instituições regionais, mas certamente criou um espaço no qual ampliou as desigualdades econômicas e políticas ao aumentar a distribuição desigual entre diferentes populações, classes e ambientes físicos (COELHO; MONTEIRO; COTA, 2007, p. 30).

Desse modo, o processo de desenvolvimento vai sendo postergado obedecendo a medidas e exigências de âmbito mais abrangente que as necessidades locais. A inoperância em atender a necessidade de desenvolvimento no âmbito local denota a incapacidade de participação do processo.

4.2 A EMPRESA DE MINERAÇÃO E AS COLÔNIAS

O propósito desse tópico não é fazer apologia a empresa de mineração em questão e sim elucidar os meandros do discurso proposto pela mesma concernente ao relacionamento que inevitavelmente é mister travar com o seu público externo que concentra-se no entorno de seus projetos de extração mineral, neste caso o Projeto Bauxita de Paragominas.

A VALE tem desenvolvido projetos voltados para as “comunidades” por onde tem explorado recursos minerais, fato que é do conhecimento de toda a sociedade e que se evidencia através de certificações relacionadas a práticas voltadas para o meio ambiente, bem como de projetos sociais relacionados a educação, geração de renda e outros.

No discurso da empresa em Paragominas, expresso por alguns dos seus funcionários, registra-se uma postura de manter certa distância no que se refere a investimento em projetos sociais ou de geração de renda nas comunidades no entorno do projeto bauxita. Tal atitude foi justificada pelo fato das terras se encontrarem em litígio e, portanto, limitar as iniciativas da

empresa que não tem interesse em sua imagem associada a questões fundiárias, o que a tornaria vulnerável a insinuações quanto ao fomento de conflitos entre “colonos” e “donos de terras”.

Na chamada estrada da Vinte em Paragominas, encontra-se a esquerda a Colônia do Oriente e a direita Colônia Beira Rio, ambas não legalizadas e segundo informações da própria VALE, em terras pertencentes ao Senhor Darci Dalberto Uliana, latifundiário da região. A VALE considera apenas a Colônia Oriente, no que concerne a futuros investimentos em projetos, por estar mais próxima do Mineroduto, já que nas proximidades da mina de extração de bauxita não existiam colônias, apenas as fazendas.

Conforme informações obtidas na entrevista, pelo fato das colônias estarem localizadas em uma terra não legalizada a VALE se mantém neutra para evitar comentários relativos à fomentação de invasões de terra. No entanto assim que as terras forem tituladas a empresa se propõe a começar um trabalho direcionado á projetos voltados para o desenvolvimento da colônia.

“A empresa procura buscar dentro das áreas de influência do Projeto o ‘desenvolvimento das comunidades’”²¹, como exposto por um funcionário da VALE e foi reiterado por empresas terceirizadas, pois seria política da empresa “dar ferramentas às comunidades”, considerando que a mineração é finita. A entrevistada pertencente ao quadro da empresa por isso argumentou que: *“As Comunidade têm que aprender a andar sozinhas”* (Informação verbal). Na concepção desta, entrevistada a VALE estaria inserida em projetos de geração de renda. Assim, podem-se verificar investimentos nos chamados “trabalhos estruturantes”, que são definidos pela atuação no entorno de seus projetos; nas palavras da entrevistada: *“a mineração tem que chegar, sair e deixar uma estrutura (Um legado)”*(Informação verbal).

A imagem do passivo ambiental já existe e se alicerça no fato de ser a maior mineradora de ferro. No discurso de outros entrevistados, a Vale *“vem, faz o buraco e deixa sem um retorno para a localidade”*. A VALE estaria empenhada em mudar essa imagem e elabora uma “política de desenvolvimento de comunidade”. Através da Fundação VALE é feito um estudo da região e observado quais as tendências, fornecendo subsídios para investir em atividades cujo intento é desencadear o desenvolvimento. Na relação de suas ações consta “promover estudos para ver que projeto pode ser iniciado para contribuir com a comunidade e, também levantar sugestões a partir da vivência dos colonos”.

21 Informação verbal concedida à autora (2009).

A Legislação Ambiental impinge questões legais tornando-as condicionantes e modelos de comportamento das empresas, que por sua vez se utilizam das medidas necessárias no cumprimento de parâmetros essenciais para manterem-se atuantes nas atividades a que se propõem. Ao passarem por comunidades locais elas precisam deixar a contrapartida, mediante benefícios que promovam o desenvolvimento, sendo fiscalizadas pelo órgão certificador. Segundo informações a partir das entrevistas, a VALE faz um estudo para levantar as potencialidades, o perfil, às tendências do município no intuito de agregar conhecimento, técnicas e recursos que culminem em projetos de geração de renda.

No trajeto do mineroduto várias comunidades são impactadas e diretamente afetadas pelo empreendimento. A VALE declarou ter feito estudos em algumas comunidades dentre estas: 01 em Tomé Açu, 04 em Mojú e 01 em Acará. Em Paragominas, não foi citada nenhuma comunidade pelo EIA/RIMA, no entanto foi cobrado da VALE na última renovação de Licença de Operação promover trabalhos de desenvolvimento local para a Colônia do Oriente, por se tratar da mais próxima do empreendimento e, também, devido passar o mineroduto pelas terras. A justificativa da VALE para ainda não ter iniciado nenhum programa social na Colônia do Oriente deve-se a ausência de legalização das terras, como já mencionado, assim “evitando interpretações errôneas”.

Na fala da Analista de Relações Institucionais da VALE o relacionamento da empresa com o município de Paragominas foi muito diferente em relação a outras unidades administrativas no que tange a participação do poder público, na conscientização da importância da vinda da mineração. Segundo a entrevistada “O poder público informou as comunidades, às pessoas da cidade participaram, através de associações e sindicatos”. A sociedade de Paragominas é considerada muito engajada e organizada por essa funcionaria da VALE “*e o envolvimento com a VALE foi muito positivo de participação e reivindicação. [...] Nas comunidades não observamos nenhuma aversão*”. A entrevistada ensaiou uma comparação com o Pólo Industrial (Barcarena) asseverando as diferenças existentes:

Houve certa resistência. As comunidades não foram muito participativas em decorrência de outras empresas terem começado errado, - sem responsabilidade e desrespeitando as pessoas que lá viviam - sendo transferido esse sentimento principalmente nos municípios de Abaetetuba e Barcarena por não ter havido desde o início um trabalho voltado para atender as demandas sociais por parte das empresas que já haviam se instalado nesses municípios (Entrevista com técnica da VALE em Nov/2009).

Segundo essa entrevistada na

Audiência Pública que precedeu a construção do mineroduto em Paragominas, todas as pessoas que se inscreveram tiveram oportunidade de colocar suas dúvidas e buscar melhorias. Houve questionamentos, sendo que as intervenções foram mais

positivas que negativas e a Audiência Pública também foi satisfatória. “A postura da VALE em relação ao município de Paragominas desde o início buscou ser de transparência e de envolvimento em projetos sociais e visa mostrar que veio agregar a sociedade que por sua vez é muito integrada e participativa, afirmou a entrevistada.

A sociedade cobra a contrapartida da empresa que é convidada a mostrar sua participação em projetos dentro da sede do município. Os munícipes estavam cobrando o investimento da VALE no programa Minha Casa, Minha Vida, no qual a mesma já estava contribuindo. “*A comunidade pode não saber, mas a Vale está trabalhando a todo o momento pelo município*”²² comentou uma entrevistada sobre a atuação da empresa.

As comunidades mesmo em situação de litígio em algumas circunstâncias procuraram a empresa e pediram auxílio por ocasião de algum episódio que as afetou diretamente, como por exemplo, a deterioração das estradas e pontes em virtudes da movimentação para a construção do mineroduto. Segundo a entrevistada: “*independente deste incidente as comunidades apoiaram a empresa na passagem da tubulação do mineroduto*”²³.

Simultâneo à construção do mineroduto foi necessário passar com as torres de rede de energia elétrica. Nesse momento várias empresas foram contratadas, representando a VALE, para a realização do trabalho. A constante utilização das estradas de acesso as colônias do Oriente e Beira Rio deixaram como conseqüência alguns passivos que não foram recuperados devidamente, o que foi motivo de reivindicação pelas comunidades junto a VALE, que se propôs a recuperá-las. Na visão de uma entrevistada (funcionária da empresa mineradora) “*A VALE não tem intenção nenhuma de prejudicar as comunidades (lesar)*”. No entanto, os colonos entrevistados manifestaram posições críticas e reivindicativas:

Aqui o que nós precisamos é estrada e ponte” (Entrevista na Colônia Oriente em Nov/2009).

Se a VALE se interessar para fazer a ponte para nós não tem lugar melhor para ganhar dinheiro (Entrevista a colônia Oriente em Nov/2009).

Quando o inverno chega, a ponte e a estrada fica muito ruim” (Entrevista na Colônia Oriente em Nov/2009).

A vinda da VALE, não trouxe nenhum benefício, só malefícios, pois as estradas pioraram” (Entrevista na Colônia Oriente em Nov/2009).

Na segunda fala acima, quanto à viabilidade de ganho condicionada a construção da ponte, deve-se ao fato da possibilidade para o escoamento do excedente do que é produzido na colônia, pois a ausência da ponte constitui um dos entraves, seguido pela necessidade de

22 Dados coletados pela autora em entrevista no escritório da VALE em 2009

23 Entrevista concedida à autora em 2009.

veículo para o transporte até a sede do município. Os colonos quando se referem à sede do município de Paragominas chamam-na de “rua”. Podemos observar na fala que segue, ainda se tratando da carência de pontes em boas condições: “*Não entra carro aqui para levar as coisas para vender lá na rua*” (Entrevista na Colônia Oriente em Nov/2009). (Informação verbal).

A empresa afirma buscar “*construir com as comunidades um relacionamento harmonioso que visa acolhê-los sempre que possível, mas condiciona o trabalho estruturante a partir da legalização das terras onde estão assentados*”. Nesse sentido havia assimilação por parte de alguns quanto ao litígio das terras como fator limitante da atuação da empresa: “*A VALE só pode ajudar as colônias até certo limite, quando a área estiver legalizada, ela pode fazer alguma coisa* (Entrevista na Colônia Oriente em Nov/2009)”.

Existe compreensão por parte dos colonos diante da argumentação defendida pela empresa, que estabelece relação entre a questão do litígio das terras e a não efetivação de projetos voltados para as necessidades específicas das colônias, caracterizando a cumplicidade ou conformidade dos mesmos concernentes ao discurso proferido pela empresa de mineração.

A VALE por ocasião da construção do mineroduto “passou por terras que eram posses e outras não”, segundo a explicação da funcionária a Companhia

Sempre indenizou independente de serem proprietários ou posseiros, todos da Colônia do Oriente, Beira Rio e proprietários de fazendas. A indenização no caso das colônias, não é pela aquisição da terra, “mas pelo direito de passagem” pela terra. As benfeitorias foram indenizadas com base em laudo feito pelo ITERPA, a partir do levantamento feito nas terras, ou seja, pelo que havia de plantação (mandioca, milho, açaí, etc.) e construção (curral). A empresa possui o documento jurídico que concede a ela o direito de passar (ir e vir) no momento de dar manutenção ao mineroduto. No local da linha de energia permitem que as pessoas tenham vários tipos de cultura (banana, mandioca etc...) contanto que não ultrapassem cinco metros de altura (Entrevista com a Analista de relações Institucionais da VALE em Nov/2009).

Quando inquirida sobre a possibilidade de desenvolvimento de comunidades no entorno de Projetos de mineração, a Analista da VALE respondeu: “*A empresa considera possível o desenvolvimento de comunidades no entorno da mineração. E acredita nos projetos desenvolvidos ao longo do mineroduto*”

Em Tomé Açu, por exemplo, podemos ver dando certo o projeto de piscicultura implantado em toda área beira rio de Acará Mirim (4.000 alevinos) e capacitação das pessoas (60 líderes comunitários), tiveram três produções, alimentavam as famílias (segurança alimentar), e investiam o lucro da produção, mas devido terem se associado a outro parceiro (que parece ter sido relacionado à UFPa) que não cumpriu com a sua parte na sociedade (investimento em mais tanques/redes) acabou inviabilizando a continuidade do projeto. A comunidade hoje está ociosa, a empresa já entrevistou novamente acionando a prefeitura e a secretaria de agricultura para dar

continuidade ao trabalho com alevinos, reestruturando melhor o projeto. A sustentabilidade está relacionada à continuidade do projeto pelas comunidades.

Ainda segundo essa entrevistada *“em Tomé Açú, 60 famílias também foram capacitadas para um projeto em monocultura, algumas desenvolveram outras não. A partir dessas experiências estão aplicando estudos acerca das potencialidades para acertar nesse propósito, a fim de que as comunidades andem sozinhas”*. A VALE apresenta em seu discurso a expectativa de implantar esses novos projetos até janeiro, mas diz depender do retorno das comunidades, porque assim como o projeto tem o seu tempo a comunidade também. Foram feitos estudos em mais quatorze comunidades Quilombolas em Mojú. *“O objetivo da VALE segundo a funcionária é fazer um trabalho estruturante para deixar o legado, quer dar oportunidade para que se desenvolvam sozinhos no futuro”*²⁴.

A Empresa de mineração expõe encontrar dificuldades no trato com as comunidades na implantação de seus projetos sociais ou de geração de renda:

A intervenção de pessoas de fora das comunidades, tentando induzi-las a pedir mais, fazendo movimentações, principalmente junto a Quilombolas, com outros interesses e fomentos particulares, interesses políticos, dessa forma instigam as comunidades contra a VALE, pessoas que são contra as grandes empresas (entrevista na VALE em Nov/2009).

Por meio da Fundação VALE a empresa busca implantar vários projetos, voltados para educação/cidadania e inclusão através do Esporte, como exposto: *“mostrar para as comunidades que são uma empresa que se empenha em cumprir com a responsabilidade social”* (informação verbal).

Está buscando potenciais no esporte, e têm varias modalidades, atletismo; natação. É uma inclusão social, associado ao conhecimento do que estão aprendendo, cada detalhe dos cursos e da modalidade é explicado. Tomé Açú, Abaetetuba e Barcarena, foram municípios alvo de um trabalho com adolescentes por considerarem a partir dos estudos e levantamentos um público mais vulnerável quanto a questões relacionada a drogas e prostituição (entrevista Nov de 2009).

Segundo a entrevistada, existem também aqueles projetos voltados para famílias que estão na área rural através do fomento das potencialidades, o que o agricultor precisa para desenvolver e melhorar a sua produção (hortaliças, por exemplo) acompanhando toda a cadeia da produção, como escoar esse produto, até chegar ao comprador.

As “ferramentas” de controle e mensuração dos projetos novos, segundo a entrevistada, são vinculadas ao próprio desempenho e resultado do que já tem sido feito. *“O medidor na educação, por exemplo, são os alfabetizados (8.000 em Paragominas), já que*

24 Informações concedidas à autora em 2009.

trabalha para a redução do analfabetismo no Brasil”.

Os projetos que sinalizam nessa direção são: Projetos de capacitação dos docentes para a melhoria da metodologia de ensino, inclusive na área rural (Escola que VALE); VALE alfabetizar que tem 36 salas no município e 10 na zona rural. O Projeto mais recente é o VALE Juventude (iniciou em 2007- projeto afetivo/educacional) e procura fazer um trabalho de conscientização e cidadania. No momento não existem projetos novos em elaboração, a empresa procura implantar os já existentes nas novas comunidades com quem passa a se relacionar. A entrevistada argumentou que:

a empresa ainda não tem nenhum projeto em andamento para a colônia do Oriente, só elaborará um projeto direcionado a partir da legalização das terras, quando farão o estudo de potencialidades e a elaboração do plano de desenvolvimento. A liderança da colônia foi participada e entendeu a ausência da empresa em projetos sociais e de geração de renda e aguarda o momento oportuno para a elaboração e concretização dos mesmos (Informação verbal, 2009).

Em alguns municípios há uma confusão das comunidades sobre qual o papel da prefeitura e qual papel da empresa em relação ao atendimento das demandas oriundas da zona rural. Em Paragominas parece já ter sido percebido por parte das comunidades qual o âmbito de atuação do público e do privado. A empresa deixa enfatizar que não desempenha o papel do poder público tendo bem definida sua área de atuação. Segundo declarações da entrevistada:

Paragominas tem um povo e um gestor comprometido que recebeu muito bem a empresa e se tornou parceiro por ter uma visão empreendedora, procurando investir nas coisas certas. A VALE não tem partido político nem religião, busca neutralidade e parcerias que dêem certo. Nas palavras da entrevistada “se a comunidade tiver um relacionamento de transparência com a VALE vai ser parceira com ela. Paragominas foi contemplada por ter o minério para a VALE trabalhar e recebeu também, pelo fato de ser parceira. Dificilmente encontramos pessoas que foram contra a vinda da VALE para o município de Paragominas. Cerca de 90% dos munícipes ou mais, consideram muito positivo a vinda da empresa para o município (Informação verbal, 2009).

A empresa mineradora mantém uma postura que exalta sua atuação no contexto onde se estabelece, preservando uma retórica de contrapartida para as comunidades do entorno e propagando uma imagem propulsora do desenvolvimento local. Esse posicionamento é imbuído de ideologia capaz de construir a realidade de acordo com seus próprios interesses, maximizando seus esforços no fortalecimento de sua imagem em relação ao seu público externo, assegurando suas relações tanto a nível nacional quanto internacional. Esse contexto denuncia estratégias que a empresa utiliza no estabelecimento de seu papel de dominante, como proposto por Bourdieu (2000, p.59-61):

As relações de comunicação são também [...] relações de poder [...] o poder simbólico é um poder econômico e político [...] Se o trabalho político é, quanto ao

essencial, um trabalho sobre as palavras, é porque as palavras ajudam a fazer o mundo social.

Essa moeda tem dois lados, geralmente opostos. Os custos do progresso e do crescimento econômico podem ser responsáveis por alijar toda uma geração. As medidas voltadas para programas sociais e de geração de renda na maioria das vezes são incapazes de compensar o que de fato está sendo subtraído daqueles que estão na situação de afetados pelos empreendimentos mineradores implantados.

As perdas são irreparáveis e muito mais profundas do que se pode imaginar. Não se trata simplesmente de remanejar ou deslocar pessoas de uma localidade para outra, as implicações são muito mais sérias, pois incidem diretamente no modo de vida das populações, interrompendo um ciclo de reprodução de vida que está atrelada ao uso da terra, onde estão entranhadas as tradições, os costumes, as crenças. Podendo inclusive desencadear um processo de aniquilação de costumes e/ou tradições de toda uma geração, ao cercar o entrosamento destes com a natureza, dissipando as relações sociedade e natureza construídas. Como exemplo existe as atividades voltadas para coleta (os castanhais), pesca, extrativismo de modo geral, trabalhos artesanais, dependentes de um tipo específico de matéria prima existente na natureza, dentre outros.

Em outras circunstâncias os programas de geração de renda na prática inviabilizam as verdadeiras aptidões locais sendo fadados ao fracasso, pois desconsideram as tendências e inclinações do grupo e do lugar onde estão inseridos, ou seja, as habilidades individuais e conhecimento tácito. Se bem que há três décadas isso era muito mais recorrente do que hoje, isto é, nos poucos casos em que foram concentrados esforços para implantar esses programas.

As interações que ocorrem entre as colônias em estudo e a empresa de mineração, não são muito intensas nem carregadas de animosidade como ocorrem em outros municípios da Amazônia. Tal comportamento deve-se a alguns fatores, tais como: a área de lavra da bauxita não passar pelas terras das colônias; eliminando assim os principais embates que geralmente ocorrem em tais circunstâncias; apesar do mineroduto passar pela colônia do Oriente e Beira Rio, depois de superada a primeira fase de instalação do duto, já não causa tantos transtornos aos que estão no entorno, segundo a percepção dos entrevistados. Salvo algumas ocasiões em que foi inevitável o contato com a VALE, como na construção do mineroduto, os colonos não mantêm um contato mais estreito com a empresa. Segundo a fala de um dos entrevistados: *“a comunidade já teve acesso a Vale na ocasião de passar a linha de transmissão de energia da*

Vale”²⁵.

No trabalho de campo, foi possível apreender a percepção do colono em relação a VALE. O colono tem a percepção do distanciamento entre a empresa de mineração e o modo de vida rural, o que ficou notável quando por ocasião de uma das entrevistas feitas na Colônia do Oriente, quando foi indagado à pesquisadora: “A VALE vai ficar sabendo do que a gente precisa?”. O colono referia-se as carências existentes na vida rural, como por exemplo, pontes em boas condições, estradas e transporte para escoar o excedente do que produzem para a sobrevivência. O mesmo colono justificando a sua expectativa asseverou que: “O presidente da Colônia é quem vai lá e não os colonos”. Referindo-se as ocasiões quando foram feitos os contatos com a empresa. Essa fala também traz ao lume uma insuficiência na interação entre colono e liderança, já que esta o representa.

É exigido das empresas de mineração, responsabilidade com o seu entorno, que diante disso propagam a conscientização e o cumprimento de uma política de responsabilidade social. As estratégias voltadas para este fim assumem nova roupagem e critérios, que se adequam as tendências vigentes, em termo de linguagem e apropriação de terminologias que se apresentam propícias no momento de gerir os conflitos.

Nesse escopo há um manual intitulado: Ferramentas para desenvolvimento de comunidades²⁶ coordenado e gerido pela Divisão de Política de Mineração, Gás e Óleo do Grupo do Banco Mundial e pelo Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM)²⁷. O elemento principal do manual - Toolkits - consiste no desenvolvimento e na sustentabilidade da comunidade afetada, agregando valor a todos os envolvidos: governos, comunidades afetadas e empresas privadas (FERRAMENTAS..., 2005, p.10). Dentre os objetivos específicos das ferramentas estão: melhorar a compreensão dos processos de desenvolvimento de comunidades locais; reduzir conflitos em comunidades e regiões mineiras; construir capacidades e recursos de desenvolvimento locais.

Essas iniciativas das empresas mineradoras assumem cada vez mais conotação de

25 Informações concedidas à autora na Colônia Fé em Deus em entrevista em 2009.

26 O manual de Ferramentas para o Desenvolvimento de Comunidades - Toolkit possui duas partes principais: 17 ferramentas e o volume dos antecedentes. As 17 ferramentas foram criadas para serem usadas em todo ciclo do projeto e abrange a fase de planejamento, gestão e avaliação do desenvolvimento da comunidade, assim como os relacionamentos dos envolvidos. O volume dos antecedentes diz respeito aos antecedentes e o contexto do projeto, assim como uma análise das políticas minerais e das leis de mineração necessárias para a atividade mineral, contribuindo para o desenvolvimento sustentável (FERRAMENTAS..., 2005, p. 9).

27 Suporte financeiro foi fornecido pelo Programa de Assistência à Gestão do Setor de Energia (ESMAP), ICMM e pelo Banco Mundial. A tradução do manual para o português foi pago pela VALE “com o propósito de promover sua maior difusão e adoção por diferentes públicos no Brasil e em outros países de língua Portuguesa (FERRAMENTAS....2005).

envolvimento e práticas aparentemente participativas e de valorização das comunidades locais²⁸, visando reduzir os conflitos e apresentar uma imagem comprometida com o sócio-ambiental.

No contexto da mineração alvo dessa pesquisa não se registrou projetos sociais e de geração de renda voltados para as comunidades no entorno do Projeto Bauxita de Paragominas. Conforme mencionado anteriormente em entrevista à empresa Vale, ficou evidente que só será elaborado um projeto direcionado para a colônia do Oriente a partir da legalização das terras, quando será feito estudo de potencialidades e a elaboração do plano de desenvolvimento. O litígio das terras neste caso é declarado como obstáculo para a ação da empresa e na prática acaba falando mais alto que o compromisso e responsabilidade com o entorno. Discurso que foi confirmado nas declarações de entrevistados na Colônia do Oriente. Na primeira fala o colono entrevistado não identificou mudanças no que tange a vida rural, a partir da chegada da empresa. Na fala seguinte ocorre a reafirmação do discurso da mineradora

Nesse tempo mesmo, não mudou nada” (entrevista na Colônia do Oriente em Nov/2009).

A empresa não trabalha na colônia porque ainda não temos documento da terra (colono entrevistado na Colônia do Oriente em Nov/2009).

A vivência da empresa com colonos, populações tradicionais, quilombolas, pescadores, por vários municípios paraenses onde implantou projeto de extração mineral é carregada de muitas tensões e conflitos, pois é o interesse do grande capital que entra em choque com os povos e comunidades tradicionais. Várias são as denúncias e reivindicações em áreas onde a VALE concentra suas atividades de exploração mineral, as quais vão desde a violação de direitos humanos perpassando pelos direitos sociais, trabalhistas e ambientais.

Alguns movimentos tem se articulado no sentido de resgatar sua territorialidade, organizando-se através de rede de movimentos, como por exemplo: Encontro Regional dos Atingidos pela VALE ocorrido em Açailândia-MA, dentre outros. Em São Luiz, capital maranhense, a população se ressentida das conseqüências advindas das atividades da empresa na região, tais como: poluição, conflitos por moradia, culminando em deslocamentos de povoados inteiros para ceder área para a expansão dos empreendimentos da multinacional (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2009).

O corredor de Carajás é outra área crítica, encerra no seu contexto um conjunto de

28 Comunidade: um grupo social que possui crenças e valores compartilhados, associações estáveis e expectativas de interação contínua. Pode ser definida geograficamente por fronteiras políticas ou de recurso, ou socialmente, como uma comunidade de pessoas com os mesmos interesses (FERRAMENTAS.... 2005).

problemáticas surgidas em decorrência das atividades de mineração na região tais como: sérios conflitos trabalhistas, danos ambientais causados pelo desmatamento, poluição, violência, prostituição em decorrência de muitas pessoas virem em busca de emprego, conflitos pela posse de terra nas regiões mineradoras, ausência de compensações ambientais, esses são alguns dos fatores que incidem diretamente de forma abrupta na vida das comunidades.

Em Canaã a tensão recai sobre a vila de Mozartinópolis; 80 famílias de médias e pequenas propriedades estão envolvidas na disputa pelo território de interesse da VALE. O STR em associação com a CPT e o Centro de Educação Pesquisa Assessoria Sindical e Popular (CEPASP) realiza a mediação entre os interesses das famílias e a mineradora. Em Marabá, a CPT conseguiu reverter à desapropriação de 41 famílias do projeto de assentamento Belo Vale.

No trajeto por onde passa o mineroduto iniciando em Paragominas e cruzando os territórios dos municípios de Tomé Açu, Ipixuna do Pará, Acará, Moju, Abaetetuba e Barcarena, a Vale precisou se relacionar com os diversos agentes sociais que compõem o espaço social que agora passa a ser alvo de disputa e de interesse. Nesse espaço coexistem povos tradicionais, agricultores, quilombolas, a mineradora, dentre outros.

O município de Moju, já foi palco da passagem de dois dutos de caulim e atualmente o mineroduto de bauxita corta 15 Km do território quilombola de Jambuaçu, associado a ele estão as torres de linha de transmissão (Linhão) e a construção de um segmento da ferrovia Norte-Sul, essas construções e instalações ocasionaram sérias metamorfoses que recaíram sobre esse território, conforme Acevedo Marin (2010, p.49):

Trata-se de intervenções que provocam uma série de transformações irreversíveis nas condições de uso e disponibilidade de recursos pelos quilombolas que experimentam a perda de terras cultivadas e aráveis, a destruição de recursos florestais (inúmeras castanheiras, entre as espécies mais valorizadas) e a poluição de recursos hídricos.

Acevedo Marin (2010) define como recorrente o fato das comunidades tradicionais terem sido ignorados pelas empresas de mineração lá instaladas, numa primeira ocasião durante a construção dos minerodutos de caulim pela CVRD ao desconhecer os direitos territoriais dos quilombolas. Segundo a pesquisadora, o Conselho das Associações de Remanescentes de Quilombos do Moju denunciou o fato de apenas nove famílias terem recebido indenização e dos mesmos terem sido persuadidos a assinar papéis em branco e de tais procedimentos terem sido feitos de forma individual contrariando os acordos outrora

firmados com a empresa de efetivar a entrega na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) do município de Moju.

Diante dos fatos é possível inferir que muitos acontecimentos referentes às inter-relações entre empresas de mineração e comunidades locais nem sempre adquirem cunho de cooperação e práticas voltadas para o bem estar, desenvolvimento e contrapartidas favoráveis conforme apregoado aos quatro ventos pelas empresas mineradoras. É sempre conveniente investigar os ínterins e meandros dessas inter-relações que se concretizam no espaço agora disputado por interesses na maior parte do tempo contraditórios.

Em Moju, “as relações dos quilombolas com a empresa tem sido tensas com momentos de conflitos acirrados, provocados por uma seqüência de atos de desconhecimento dos direitos territoriais e étnicos pela multinacional” (ACEVEDO MARIN, 2010, p.49).

Conforme exposto existem eventos e/ou acontecimentos críticos e negativos associados à imagem da VALE que sem sombra de dúvida destoam do discurso imbuído de compensações de cunho social e ambiental discorrido pela mesma.

A propaganda da VALE nos lembra todos os dias que ela é brasileira e que trabalha com “paixão” para promover o “desenvolvimento sustentável” internacionalmente e para garantir um futuro para nossas crianças. Utiliza em suas propagandas a imagem de pessoas ilustres e artistas famosos. No entanto, durante o Encontro Internacional constatamos que sendo ela uma empresa transnacional, trabalha única e exclusivamente para seus acionistas e para o grande capital. Denunciamos as violações dos direitos humanos, exploração de trabalhadores e trabalhadoras, precarização das condições de trabalho, destruição da natureza e o desrespeito às comunidades tradicionais, periferias urbanas e sindicalistas. Os depoimentos mostram as resistências e conquistas de trabalhadores e comunidades que convivem com empreendimentos de longo prazo como os localizados em Barcarena, Marabá, Parauapebas no Pará e em Açailândia e São Luís-MA (Eixo Carajás); Sudbury, Voisey’s Bay, Thompson e Port Colborne, no Canadá; minas de níquel na Nova Caledônia e na Indonésia; minas de ferro em Itabira e Congonhas-MG; hidrelétrica de Aimorés - MG; Siderurgia de Anchieta- ES; Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA-RJ. Outras lutas de enfrentamento à instalação de empreendimentos ou contra a sua execução, como: complexo siderúrgico de Pecém-CE; usina termoelétrica de Barcarena-PA, Pantanal-MS; Hidrelétrica de Belo Monte-PA; Projeto Rio Colorado na Argentina, depósito de rejeitos na lagoa Sandy Pond, Newfoundland, Canadá; Serra do Gandarela e Capão Xavier-MG, novos projetos de mineração em doze localidades da Bahia, Canaã dos Carajás e Ourilândia-PA; Projeto Tres Valles no Chile, projetos em Cajamarca e San Martin de Sechura no Peru e a mina de carvão de Moatize em Moçambique (FORUM CARAJÁS, 2009, não paginado).

Haveria possibilidade de consenso entre a exploração de recursos naturais cujo comprometimento e ditames são ditados pelo capital e a sustentabilidade social e ambiental? Apesar de não ser esta a pretensão neste estudo, refletir essa questão é fundamental. Até que ponto as certificações garantem o comprometimento com a sustentabilidade do meio ambiente? As certificações se adéquam e se atualizam à medida que surgem novas exigências

e postulados, visando atender mercados e/ou padrões cobrados internacionalmente e que funcionam como condição para que determinada empresa ou produto tenha aceitabilidade a nível nacional e global.

Os dilemas das comunidades tradicionais, quilombolas, índios, ribeirinhos que são afetados diretamente em seu território, travam uma luta desigual contra os mandos do capital, travam uma batalha a fim de assegurar o direito da posse e uso das terras. E muitas vezes sucumbem como exposto nas palavras de Souza (2000, p. 26) “Os interesses dos grupos mais fracos são muitas vezes institucionalmente apropriados, a fim de convertê-los no interesse do grupo mais forte”. As contradições sociais se fortalecem em consequência da exploração do capital.

Por outro lado, em algumas circunstâncias, os detentores do poder econômico quando questionados, e investigados em procedimentos legais que constituem sua obrigação, conseguem burlar as normas, descumprir acordos e seguir em frente com seus empreendimentos auferindo seus exorbitantes lucros como se nada tivesse acontecido.

Formada a explanação concernente as inter-relações da empresa privada com seu público externo em seguida tratarão do instrumento de participação no contexto da mineração aqui considerado a audiência pública e a importância do envolvimento dos munícipes neste processo.

5 A PARTICIPAÇÃO DOS COLONOS NA DISCUSSÃO DO PROJETO DA VALE

Demonstrada a relevância do cenário econômico internacional na determinação do comportamento do mercado do alumínio, bem como, a inter-relação da empresa com o município de Paragominas lugar de exploração de minério, cabe priorizar agora a questão do licenciamento ambiental e situar a participação, ou não, das comunidades neste processo que pressupõe produzir a interação entre os atores que ora sofrem, ora exercem influência nesse contexto de transformações ambientais, econômicas e sociais.

Antes, porém de adentrar no âmbito das questões concernentes ao licenciamento ambiental e a audiência pública, é oportuno destacar algumas considerações e conceitos sobre participação²⁹, já que é o embasamento para o enfoque principal neste capítulo.

Participação está intrinsecamente ligada a processos de democratização desde que implica a inserção do cidadão em espaços de debate, de decisão e de exercício de direitos coletivos e individuais incorporados em leis. Teixeira (2002, p. 34) recapitula a participação nessa linha.

A dimensão decisória da participação está presente em todos os que trataram do tema da democracia. Rousseau já salientava a importância da tomada de decisão, com o envolvimento direto e permanente do cidadão, sendo o governo um corpo intermediário, encarregado da execução das leis e da manutenção da liberdade, em nome do povo que pode limitar modificar e retomar o poder quando lhe aprouver.

Embora o conceito de Democracia Representativa tenha suas raízes na democracia direta clássica, esse termo bem como os conceitos correlatos formulados foram cunhados no século XX, tendo surgido principalmente pelo desgaste da democracia representativa. A democracia participativa aqui em referência é a decorrente do princípio da participação popular estabelecido na Constituição Federal de 1988 (LOCK, 2004). Teixeira propõe uma

²⁹ Em suma, teóricamente este tema se vincula a antiguidade clássica, na Grécia antiga. No Século XVIII, destacam-se dentre os clássicos os seguintes teóricos: J.J. Rousseau, John Stuart Mill, G. D. H. Cole e Alexis Toqueville. Conforme expõe Gohn (2003), Rousseau em sua teoria política considera a participação individual direta de cada cidadão no processo de tomada de decisões de uma comunidade e a vê como um modo de, simultaneamente, proteger os interesses privados e assegurar um bom governo. Para ele a principal função da participação deve ser o caráter educativo que exerce sobre as pessoas. Quase nos mesmos termos John Stuart Mill, difere-se apenas quando substitui a igualdade política pelo sistema elitista, que por meio de uma comissão especial prepararia as leis. Segundo este o papel dos representantes eleitos deveria ser o de debater, não o de legislador propriamente dito. Já Cole se mantém sobre os pressupostos de Rousseau, pois segundo ele a vontade e não a força é à base da organização social e política. O homem por meio das associações satisfaz suas necessidades, acrescentando o filósofo que seria apenas “pela participação em nível local em associações locais, que o indivíduo poderia aprender a democracia”. Na mesma perspectiva Alexis de Tocqueville, em sua obra “A Democracia na América”, exaltou a comuna como grande força dos homens livres, onde “o povo” é à força dos poderes sociais (GOHN, 2003).

leitura sobre gênese e corrente de um debate atual bastante polêmico que assume a forma de reivindicação, de atores políticos mobilizados.

Na teoria elitista a participação consiste em escolher líderes que devem decidir e governar – um compromisso entre elites e aceitação passiva pela sociedade. Para Schumpeter (1942:308) só em comunidades pequenas e primitivas, os indivíduos participam de todos os deveres da legislação e da administração. Mesmo assim, assevera, há um reduzido poder de discernir fatos, reduzida preparação para agir sobre eles, um reduzido senso de responsabilidade, não sendo a ação política tarefa dos eleitores. Trata-se, pois, de uma divisão de trabalho (TEIXEIRA, 2002, p. 34).

Vale ressaltar aqui a diferença entre democracia representativa e democracia participativa. A democracia representativa constitui o arcabouço moldado pelo instituto da representação política, em cujo contexto o povo, atua somente por intermédio de seus representantes, “não tem qualquer inferência direta no jogo cotidiano da política” (CAGGIANO, 1987 apud DIAS 2007, p. 19).

A democracia participativa por sua vez, caracteriza-se marcadamente pela intervenção popular no planejamento, na deliberação, no exercício ou na fiscalização da atuação governamental, ou ainda, na formação da vontade legiferante do Estado, por meio de canais formais de participação (DIAS, 2007).

Teixeira argumenta, de forma pertinente, quanto aos “teóricos participacionistas” diz respeito à desconsideração por parte dos mesmos quanto à complexidade da sociedade atual e a lógica diferenciada de cada estrutura - sociedade, mercado, Estado – como também a ausência de alternativas às formas de representação hodiernas. “Os teóricos participacionistas são muito zelosos quanto ao conteúdo decisório estrito da participação, baseado na igualdade de poder determinar resultados, e consideram como parciais outras formas de participação, influência, pertencimento, pressão” (TEIXEIRA, 2002, p. 35).

A democracia participativa se consolida na medida em que os cidadãos utilizam todas as possibilidades participativas expressas na legislação e através delas ampliam ainda mais o dever dos governantes ouvirem a sociedade e prestar conta de suas gestões (LOCK, 2004).

Nessa direção Teixeira (2002), menciona a *participação como um instrumento de controle do Estado pela sociedade*, portanto, de controle social e político: possibilidade de os cidadãos definirem critérios e parâmetros para orientar a ação pública. [...] “O entendimento do controle social tem duas dimensões básicas. A primeira corresponde à accountability, a prestação de conta conforme parâmetros estabelecidos socialmente em espaços públicos próprios. A segunda decorrente da primeira consiste na responsabilização dos agentes políticos pelos atos praticados em nome da sociedade, conforme os procedimentos

estabelecidos nas leis e padrões éticos vigentes” (TEIXEIRA, 2002, p 38-39).

Participação popular, portanto, é processo político concreto que se produz na dinâmica da sociedade, mediante a intervenção cotidiana e consciente de cidadãos individualmente considerados, organizados em grupos ou em associações, com vistas à elaboração, à execução ou a fiscalização das atividades do poder público. É processo porque compreende o desenvolvimento de ações contínuas no tempo e no espaço, aperfeiçoadas com a prática e com a utilização de técnicas adaptadas ao fim participativo (DIAS, 2007, p 46).

Não se pode negar o papel da participação no conjunto do processo decisório, mas não se pode substituir aqueles que recebem um mandato popular com responsabilidade de decidir, implementar ações que respondam às necessidades do povo. Cabe assim à participação cidadã contribuir para melhorar a qualidade das decisões mediante o debate público e a construção de alternativas, e exigir a accountability e a responsabilidade dos gestores. Dessa forma, poder-se-á compatibilizar a participação com a representação (TEIXEIRA, 2002, p. 39).

A partir da Constituição Federal de 1988, o exercício da cidadania pode ser expresso de forma mais ampla através da prerrogativa da democracia participativa, quando a participação popular deve passar a se fazer presente na busca de interesses que manifestem a vontade do povo.

Cabe ao povo soberano participar dos processos decisórios sobre questões fundamentais de interesse público, as quais, em geral se referem a: 1) Como se organiza o Estado e seus poderes. 2) Quais os objetivos da ação estatal (BENEVIDES, 2003, p.89).

A Constituição estabelece no Parágrafo único do Art. 1º: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição”. A consubstanciação do Art. 1º tem seu lugar nos três instrumentos de participação direta previstos na Constituição Federal, no art. 14 e regulamentados pela Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998 que são: o Plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.

O plebiscito é uma consulta prévia que se faz aos cidadãos no gozo de seus direitos políticos, sobre determinada matéria, a ser, posteriormente discutida pelo Congresso Nacional. O referendo consiste em uma consulta posterior sobre determinado ato governamental para ratificá-lo, ou no sentido de conceder-lhe eficácia (condição suspensiva), ou ainda, para retirar-lhe a eficácia (condição resolutive). A iniciativa popular da lei é um instrumento constitucional de participação direta da sociedade civil no processo legislativo, que exige um número mínimo de adesão para ser apresentada à Casa Legislativa (LOCK, 2004).

A democracia participativa brasileira, garantida pelo princípio da participação popular, prevê variadas formas de atuação do cidadão na condução política e administrativa do Estado.

Dentre elas destaca-se a audiência pública, prevista constitucionalmente no âmbito da participação legislativa (LOCK, 2004, p. 127-128).

Audiência pública é um processo de participação aberto a população, para que possa ser consultada sobre assunto de seu interesse. [...] Esta modalidade participativa possibilita ao cidadão a obtenção de informações e conhecimento das ações da administração pública, bem como a possibilidade de avaliar a conveniência, a oportunidade e a intensidade de suas ações na medida em que estará administrando de forma compartilhada. É na verdade uma forma de efetivação dos princípios do Estado democrático e de direito, pois o cidadão ao interagir com a administração estará exercitando o poder que lhe é inerente.

Além dos instrumentos de participação já mencionados, encontram-se outros instrumentos de participação popular inéditos no ordenamento jurídico nacional, dentre os quais se destacam a cooperação das associações representativas no planejamento municipal (artigo 29, inciso XII), a exibição anual das contas municipais (artigo 31, parágrafo 3º), a reclamação relativa à prestação de serviços públicos (artigo 37, parágrafo 3º), a denúncia aos Tribunais de Contas (artigo 74, parágrafo 2º), a provocação do inquérito civil (artigo 129, parágrafo 1º), e os conselhos gestores de políticas sociais (artigo 194, inciso VII; artigo 198, inciso III; artigo 204, inciso II, artigo 205, caput.).

A participação constitui um desafio e requer um nível de informação, conscientização, apreensão e compreensão da realidade por parte do cidadão, de forma que o torne apto para tomar parte, apresentar suas propostas, discuti-las e perseguir com tenacidade os objetivos que conduzirão para a melhoria de sua coletividade de forma organizada em direção aos interesses pertinentes numa dada situação e contexto social, político e econômico em que está inserido. Isto se deve ao fato de que esse contexto interfere diretamente e/ou indiretamente para que medidas sejam tomadas num âmbito de abrangência macro, atropelando na maioria dos casos os interesses voltados para um campo de ação mais restrito. Para Benevides, referindo-se a participação direta “Trata-se, ainda, de defender o reconhecimento do direito à informação e a comunicação como um dos direitos humanos nas sociedades contemporâneas” (BENEVIDES, 2003, p. 88).

Outros teóricos também contribuem para definir a categoria participação, como é o caso de Souza (2000), Ammann (1977), Bordenare (2007), Lopes (2006), Teixeira (2002).

Nessa conjuntura teórica, Souza afirma que “Participação é processo existencial concreto, se produz na dinâmica da sociedade e se expressa na própria realidade cotidiana dos diversos segmentos da população”. (SOUZA, 2000, p. 79). Já Ammann (1977) defende que participação “objetiva a distribuição dos bens da sociedade, assumindo um caráter

transformador dos mecanismos que mantêm e/ou reproduzem as desigualdades sociais”. (AMMANN, 1977, p.13). Desta forma, é possível entender que as visões de ambos teóricos se complementam visto que a contribuição do indivíduo na produção de bens e serviços condiz com a dinâmica da sociedade.

[...] a participação é medida em termos de intensidade e qualidade da participação na produção, gestão e usufruto de bens e serviços da sociedade como um todo. Com isso, o conceito de participação social é transferido da dimensão superficial do mero ativismo imediatista, em geral sem conseqüências sobre o todo, para o âmago das estruturas sociais, políticas e econômicas (FREITAG, 1977 apud AMMANN, 1977, p.1-36).

Ammann (1977) questiona de que forma e com que intensidade os indivíduos colaboram no processo produtivo, com que grau de liberdade estes mesmos indivíduos determinam a distribuição dos bens e serviços produzidos e quem e em que grau tem o direito ou o privilégio de consumir estes bens e serviços (AMMANN, 1977). Na mesma perspectiva Bordenave (2007), aborda a existência de diferenças na qualidade da participação de um indivíduo, enfatizando que “participação não é o quanto se toma parte, mas como se toma parte”.

É criticado o desenvolvimento tão somente relacionado às variáveis de ordem econômica, que tem sua negação nas próprias contradições sociais que trazem á tona situações de miséria e pobreza, quando, por outro lado se anuncia o aumento do PIB e da própria renda per capita.

No Brasil, os novos projetos econômicos que se implantaram no país a partir do governo Kubitschek implicam politicamente a redefinição de formas, mas eficazes de dominação (SOUZA, 2000, p. 80).

Souza (2000) reporta-se a criação do homem para o enfrentamento de desafios sociais. “O processo de criação e enfrentamento resulta de uma dada realidade de consumo e usufruto de bens, assim como numa dada realidade de funções e decisões que caracterizam fins sociais a serem alcançados”. (SOUZA, 2000, p. 82). Essa realidade pode ser de denúncia de situação da maioria populacional cujas condições de participação não chegam sequer ao usufruto de condições básicas de reprodução da existência. É nesse sentido que se fala de participação popular.

É uma participação coletiva como produto da conjugação de interesses sociais que fazem possível o surgimento de suas organizações, constituídas como um meio que possibilite a análise, reflexão e o planejamento de suas ações orientadas pelos fins que perseguem, para a satisfação de suas necessidades. (CELATS, 1985, p. 179 apud SOUZA, 2000, p. 82).

Quando Souza (2000) trata de eficácia se refere a levar o povo à ilusão de que está participando, quando, de fato, se torna cada vez mais submisso e objeto de decisões estranhas aos seus interesses e preocupações.

A ação comunitária e a ação social são formas originárias de ação nas comunidades. A primeira de iniciativa da própria comunidade. A segunda de iniciativa pública, dirigida a essa mesma comunidades. A ação comunitária continua sendo um processo atual e necessário diante das constantes transformações existentes e do surgimento de novos problemas a serem equacionados.

No contexto da mineração é pertinente refletir quanto aos dilemas da participação dos cidadãos nas questões concernentes ao meio ambiente, altercando sobre a consolidação e o avanço da temática ambiental. Destes ressalta-se que suas manifestações são expressas por meio de conflitos, contradições e limitações internas (LOPES, 2006). E esses dilemas exigem um posicionamento, iniciativa e envolvimento dos cidadãos.

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é garantido constitucionalmente. O que possibilita, portanto, a participação do indivíduo na defesa de um bem de interesse difuso, já que ao Estado não cabe a posse, mas a gestão desses bens junto com a sociedade. Assim, assiste-se a construção de uma nova face da cidadania. A cidadania ambiental, que já é termo recorrente na literatura sobre meio ambiente. Pinsky comenta que esta noção de cidadania nasceu a partir das revoluções burguesas do século XVIII, quando a população já se manifestava quanto à prática da caça (PINSKY 2003 apud COSTA, 2007). Portanto, os problemas ambientais não constituem um problema exclusivo da sociedade moderna, entretanto a cidadania ambiental só ganhou evidência nos últimos tempos, século XIX quando têm maior impacto os problemas advindos da Revolução Industrial.

Acredita-se que também tiveram peso nesse processo, a consolidação do modelo capitalista de produção, o crescimento da população mundial com seus diferentes padrões de consumo e as externalidades advindas desse modelo de desenvolvimento. A partir destes elementos a sociedade é levada a questionar e avaliar sua participação e responsabilidade ambiental no plano individual e coletivo. As Conferências Ambientais têm grande contribuição nessa caminhada tendo em vista a publicidade de seus temas que não só provocam a opinião pública como chamam atenção para a importância de novos comportamentos para com o meio.

Para tanto, o processo participativo necessita de legitimação para se afirmar. Dessa forma, são criados instrumentos para viabilizar a referida participação. No Brasil a maior

referência é a lei 6938/81 que traz a participação popular como um dos objetivos da Educação Ambiental, a qual ganhou maior visibilidade a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Declaração do Rio 92), que proclama 27 princípios concernentes as questões ambientais e suas mais variadas implicações. Costa (2007) observa que a preocupação com o acesso à informação também é um item primordial para a consolidação do processo participativo:

Princípio nº 10 A melhor maneira de tratar questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos (DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, não paginado).

Uma observação central diz respeito à extensão da participação da comunidade a qual não diminui ou retiram do Estado suas responsabilidades para com o meio, pois na verdade é uma responsabilidade que cabe tanto ao poder público quanto a coletividade, ou seja, pertence ao Estado e a cada cidadão em particular.

O direito à informação, num contexto maior, caracteriza o Estado Democrático no qual vivemos e respalda o processo participativo instrumentalizando-o para sua efetivação. Assim, a informação é requisito essencial para a participação popular (BENEVIDES, 2003). Dessa forma, a sociedade civil se organiza cada vez mais em movimentos sociais, como os sem-terra, sem-teto, associações ambientalistas, conselhos, entre outros. Estes constituem formas de pressão popular sobre o Estado e ainda medida de expressão normativa na esfera legislativa. Percebe-se que esta se dá mediante dois eixos de atuação: a) participando nos processos de criação do Direito Ambiental; b) participando na formulação e na execução de políticas ambientais.

No primeiro é comum o uso dos mecanismos, pelas organizações ambientalistas, da iniciativa popular. Através dela são apresentados projetos de lei complementares para a esfera federal, estadual ou municipal, ou seja, circunscreve-se mais ao âmbito do legislativo. No campo judiciário a intervenção é garantida pelas seguintes ações judiciais: ação popular constitucional, a ação direta de inconstitucionalidade, a ação civil pública, mandato de segurança coletivo e o mandato de injunção. Dentre estas, a ação popular adquire

particularidade por seu uso ser garantido a qualquer cidadão e pela gratuidade (isenção de taxas judiciárias) do processo previsto constitucionalmente. Isso explica ainda este dispositivo ser o mais usado pelas comunidades ambientalistas.

Na esfera ambiental a participação se realiza ainda através da atuação da comunidade na formulação de políticas ambientais. Em audiências públicas a comunidade pode interferir na discussão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), procedimentos obrigatórios do ato de licenciamento ambiental.

A participação é prevista no licenciamento, no qual consta que deve ser revestido de publicidade, permitindo-se o exercício da participação popular a ser viabilizada especialmente por meio de audiências públicas. Nesse sentido, percebe-se que a Participação Popular é um processo que está em curso e se afirma à medida que a sociedade se organiza, através de ONG, associações, representação em conselhos, para reivindicar informação e a descentralização do poder do Estado quanto às questões ambientais.

A considerar a recente trajetória da atuação popular, o crescente debate e a maior organização social, muitos entraves estão presentes à sua efetivação e muitas críticas são direcionadas às iniciativas pontuais já existentes.

A literatura evidencia que o percentual de ações populares é irrisório. Os obstáculos a uma ação qualitativa consistem principalmente em parco domínio técnico da linguagem usada nas audiências públicas, prejudicando o entendimento da população e a falta de transparência na tramitação dos empreendimentos potencialmente poluidores. Para o Fórum Nacional sobre participação popular os entraves encontram fundamentação na própria história política do país e no conservadorismo do sistema político brasileiro. Ainda prevalecem interesses particularistas nos debates e nas decisões das câmaras legislativas municipal, estadual e federal. Os partidos, por sua vez, são impopulares e afastam os cidadãos de suas propostas uma vez que não se identificam com elas.

A sociedade se apresenta historicamente tradicional, autoritária, conservadora e avessa à participação. Isso gera experiências participativas de baixa qualidade. Existe a necessidade de superar a idéia de separação dos poderes e ter uma magistratura mais comprometida com fins sociais.

Os textos que criticam a atuação participativa se atêm nos seguintes pontos: carência de informação, ausência de confiança nos gestores, iniciativas privadas insuficientes, descontinuidade, interrupção da experiência, falta da participação política e de incentivo, mudanças nos diversos níveis de gestão, pouca articulação da sociedade com o Legislativo,

redes, fóruns, movimentos sociais com demandas de capacitação, falta de autonomia dos municípios.

A temática ambiental funciona em muitos casos como condutor de outras problemáticas que de outra forma não atingiriam relevância necessária para se tornarem evidentes. O discurso da temática ambiental é apropriado pelos diversos atores sociais conforme a conveniência e tornou-se uma medida estratégica diante das exigências contingenciais. Para Lopes (2006, p. 18). “A ambientalização dos conflitos sociais está relacionada à construção de uma nova questão social, uma nova questão pública”.

O cenário dos grandes empreendimentos apresenta-se dicotômico, pois nesse universo além dos empreendedores encontram-se os grupos sociais “vulneráveis” e em muitos casos em situação de risco. Esses agentes sociais reconhecem a si mesmos e a diferença na posição que ocupam em pólos diametralmente opostos em termos de pensamento, interesses, aspirações e ideologia se comparados aqueles.

Nesse ambiente de exploração de bens naturais e/ou minerais a participação do cidadão assume dimensões mais amplas na busca da reafirmação de sua identidade e territorialidade que é muitas vezes ameaçada com a chegada de um novo empreendimento, mas no geral carece de mais força para de fato assegurar a manutenção da reprodução de seu modo de vida. Lopes focaliza o envolvimento, uma espécie de apropriação de questões públicas.

A incitação ao envolvimento dos cidadãos com as questões públicas ambientais, desde as condutas individuais de educação ambiental, parece levar a uma neutralização dos medos quanto às propriedades subversivas da participação, e por aí mesmo legítima a participação popular. Com efeito, o modelo do meio ambiente, na sua experiência de políticas públicas para esses feitos, e na experiência de financiadores internacionais – acostumada a baixa eficiência de políticas de comando e controle estatais se não há o compromisso e a colaboração individual e cívica com a causa ambiental nos seus aspectos mais cotidianos – incita à participação da população. Isso tende a democratizar as políticas públicas (LOPES, 2006, p. 28).

Dentre as várias formas de participação, como já mencionado, a audiência pública se constitui em um instrumento, em uma das maneiras do cidadão atuar na conduta política e administrativa do Estado, ainda que na maioria dos casos não alcance resultados tão satisfatórios quanto o esperado.

Feita a abordagem da categoria participação e a apresentação das várias formas de sua efetivação a partir dos pressupostos dos autores apresentados, nos propomos abordar de forma sucinta a dinâmica do processo de licenciamento visando à audiência pública como

instrumento de participação.

Um empreendimento minerário, que visa à exploração de recursos naturais, após cumprir todas as exigências contidas na legislação, passa pelo cadastramento, quando são expostas todas as informações técnicas referentes à natureza das atividades do empreendimento que se pretende implantar. Realiza-se a análise de projetos cuja responsabilidade compete a SECTAM que, com base na legislação, no porte do mesmo, na localização e na vistoria, decide qual a solicitação necessária, como por exemplo: Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA); Projeto de Engenharia Ambiental (PEA); Plano de Controle Ambiental (PCA); Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD); Plano de Recuperação de Mata Ciliar (PRMC).

Ocorrido o cadastramento e a análise de projeto, segue-se o licenciamento, que se apresenta em três fases, a saber: Licença Prévia (LP), que autoriza os estudos para a implantação do empreendimento; a Licença de Instalação (LI), que autoriza o início da construção; e a Licença de Operação (LO), que autoriza o início da operação. Pelo menos teoricamente, a participação da sociedade deve constar em todas as fases do processo de licenciamento ambiental.

A sociedade civil fica conhecendo primeiramente, por ocasião da Licença Prévia, quando é publicado no jornal local de maior circulação e no Diário Oficial do Estado, as informações concernentes ao pedido de licença e se vai ser ou não necessário apresentar o EPIA, desta forma é dada ciência a sociedade sobre a implantação e operação da atividade.

Quando é definida pelo órgão competente a necessidade do EPIA, deve ser providenciado pelo empreendedor um Relatório de Impacto Ambiental, que consiste num resumo dos dados ambientais, em linguagem acessível, permitindo o acesso às informações por parte da população. Nesse ínterim, enquanto o EPIA passa por análise, o RIMA deverá ficar na SECTAM a disposição dos interessados, dando oportunidade a população de se manifestar a respeito do empreendimento.

Quando julgado merecedor de discussão mais ampla, são realizadas audiências públicas pela SECTAM, cujo objetivo é a exposição a todos os interessados do conteúdo do trabalho e do seu referido RIMA, a fim de dirimir dúvidas e receber críticas e sugestões (O Licenciamento Ambiental Passo a Passo - SECTAM/PA).

No caso do Projeto Bauxita Paragominas, foi desenvolvido pela Mineração Vera Cruz S/A (MVC), Unidade integrante da Vale do Rio Doce Alumínio S/A (ALUVALE, empresa holding, que administra as unidades de produção de alumínio da Companhia Vale do Rio

Doce. A elaboração dos estudos ambientais e avaliação dos impactos foi responsabilidade conferida ao consórcio de empresas formado pela Brandt Meio Ambiente, CasaVerde e Hidrosam, conforme orientações da SECTAM.

Este Projeto foi dividido em duas partes em atendimento a SECTAM, a primeira contempla a implantação e operação da mina, beneficiamento de minério e infraestrutura e a segunda o sistema de transporte de polpa de minério, chamado de mineroduto (MINERAÇÃO VERA CRUZ S /A-MVC, 2003). A partir de consulta ao EIA foi possível constatar a existência de distintos EIA/RIMA referentes às duas fases do Projeto Bauxita. O mineroduto, assim, inicia em Paragominas e cruza os territórios dos seguintes municípios: Tomé Açu, Ipixuna do Pará, Acará, Moju, Abaetetuba e Barcarena (MINERAÇÃO VERA CRUZ S /A-MVC, 2003, p. 1).

O estudo em questão contempla as comunidades localizadas no entorno do Projeto Bauxita de Paragominas, para tanto se fez necessário compreender como ocorreu o processo de licenciamento do referido Projeto. Na tentativa de apreender a percepção das comunidades quanto à magnitude do empreendimento e as transformações que a partir daí advieram no seu cotidiano e quais ações e mobilizações ocorreram motivadas por tais mudanças.

Foi possível constatar que no entorno da área onde se encontra a mina em que é feita a extração de bauxita chamada Platô Miltônia três, não foram encontradas colônias, apenas fazendas que foram adquiridas pela empresa VALE. Por outro lado, em relação à área por onde passa o mineroduto foi confirmado em pesquisa in loco que a trajetória inclui terras ocupadas por colonos. Por essas áreas a VALE pagou indenizações a partir de levantamento das benfeitorias existentes no local feito pelo ITERPA.

Cerca de 70% da área do Platô é coberta por vegetação de sucessão secundária, ou capoeiras, conseqüência, principalmente, de pastagens artificiais, abandonadas, uma vez que a atividade pecuária está em declínio na região onde se encontra inserido o Platô Miltônia três (MINERAÇÃO VERA CRUZ S/A- MVC, 2003, p. 181).

As informações concernentes as audiências públicas antecedentes a fase de implantação e operação da mina, beneficiamento do minério e infra-estrutura foram obtidas apenas a partir de consulta ao EIA/RIMA feita na Secretaria do Meio Ambiente (SEMA). Momento em que não foi facilitado o acesso a relatórios ou outros documentos.

Por ocasião da primeira fase do Projeto Bauxita corresponde a implantação e operação da mina, beneficiamento do minério e infraestrutura, a veiculação das informações quanto as reuniões para audiência pública, não chegaram ao conhecimento das colônias alvo de estudo, que já estavam estabelecidas na área rural, sendo o instrumento de participação inoperante.

No período que antecedeu a segunda fase do projeto, referente ao sistema de transporte de polpa de minério, chamado de mineroduto, as informações e esclarecimentos sobre as audiências públicas no município de Paragominas foram veiculadas e fomentadas por uma ONG contratada pela MVC com a finalidade de eliminar dúvidas e esclarecer as comunidades onde aconteceria o procedimento, visando informar sobre a importância da “participação” na exposição de suas reivindicações junto aos órgãos competentes.

Ressalta-se aqui que no município de Paragominas não foram contactadas as comunidades na área rural por onde passaria o mineroduto, tendo se restringido apenas a sede do município, bem como, a bairros periféricos e as demais comunidades pertencentes aos municípios vizinhos por todo o percurso do mineroduto até Barcarena (Anexo A).

O Centro Artístico Cultural Belém Amazônia, popularmente conhecido como Rádio Margarida é uma organização não governamental sem fins lucrativos. Desenvolve programas projetos e campanhas principalmente na região metropolitana de Belém, mas atua também no interior do Pará onde desenvolve seus programas e trabalhos voltados para as artes, cultura, educação, saúde, meio ambiente, cidadania e comunicação. Nas palavras da coordenadora da ONG contratada foi feito um, *“trabalho de divulgação e conscientização junto às comunidades usando carro som, apresentação artística e reuniões, veiculando as informações”*.

Quando se pensa essa questão de “conscientização” como iniciativa de quem detém a supremacia do poder econômico torna-se passível de questionamento a intenção incutida nessas ações. Tal como argumenta Bourdieu:

O princípio do poder das palavras reside na cumplicidade que se estabelece, por meio delas, entre um corpo social encarnado num corpo biológico, o do porta-voz autorizado, e corpos biológicos socialmente moldados para reconhecer suas ordens, mas também suas exortações, suas insinuações ou suas injunções, e que são “sujeitos falados”, os fiéis, os crentes (BOURDIEU, 2000, p. 61).

É interessante examinar a mobilização por parte das mineradoras na utilização de estratégia de comunicação para trabalhar a nova realidade conduzindo, de forma quase que imperceptível, a formação de uma consciência muitas vezes acrítica a respeito do empreendimento, cuja visão unilateral em grande parte só permite ver o desenvolvimento utópico que conduzirá ao crescimento do município em detrimento da improvável abrangência de mão-de-obra local tão esperada.

A relação de poder também se expressa de forma sutil na utilização de mecanismos carregados de ideologia, como por exemplo, a comunicação, que na abordagem de Bourdieu é utilizada para reproduzir a ordem social, pois esse aparelho está permeado por relações de

poder (BOURDIEU, 2009).

A partir de entrevistas feitas na sede do município foi obtida a informação de que na Audiência Pública ocorrida em Paragominas, as lideranças de vários sindicatos estavam presentes, dentre eles o de trabalhadores rurais. Quanto à participação das comunidades rurais, alguns entrevistados não sabiam informar se estavam presentes nas audiências, outros asseveravam que todas as lideranças se fizeram presente, o que caracteriza o conhecimento por parte das mesmas do empreendimento que ali haveria de ser implantado. Contudo, a tônica referente às entrevistas às lideranças das colônias e aos colonos de um modo geral foi o desconhecimento por parte dos mesmos quanto às audiências públicas ocorridas, com exceção de apenas dois entrevistados que mencionaram ter ouvido falar antes de ocorrerem as reuniões.

A discussão em torno do projeto bauxita na sede do município foi bem ampla, participou todo mundo- participou quem quis participar- houve audiências públicas em Paragominas e Barcarena. Houve uma discussão muito séria, na audiência pública, não envolveu só Paragominas outros municípios por onde o mineroduto passou também participaram como Tomé Açu, Capitão Poço, inclusive as terras indígenas que pediram compensação por isso. Cada município teve e tem uma forma de administrar o projeto, eu acho que Paragominas soube fazer isso (Entrevista com Técnico da Prefeitura em Nov/2009).

Ainda concernente as Audiências públicas, foi mencionado em uma das entrevistas que:

Nas duas audiências públicas as comunidades se envolveram através de suas lideranças, não vieram muitas pessoas da zona rural, mas participaram lideranças dos produtores rurais e trabalhadores rurais (Entrevista na sede do município em 2009).

Bordenave (2007) aborda a existência de diferenças na qualidade da participação de um indivíduo, enfatizando que “participação não é somente o quanto se toma parte, mas também se reporta a qualidade desta. Souza (2000) por sua vez, chama atenção que muitas práticas e discursos intitulados de participação nada mais são do que processos de dominação e, conseqüentemente, processos de contra participação. A autora ressalta que devem ser considerados alguns aspectos do discurso da participação estimulados e apreciados pelo poder público, que aparecem após certo desgaste do que até então é chamado de desenvolvimento.

O contato dos colonos com a Vale ocorreu bem depois das audiências públicas através de reuniões quando a mesma procurou indenizar os que ocupavam terras por onde o mineroduto passaria e comprometeu-se a recuperar trechos de estrada e pontes acompanhando o trajeto do mineroduto e da linha de transmissão de energia. Algumas colônias já existiam antes de iniciar a exploração de bauxita no município, outras não, como é o caso da Colônia de Potiritá que corresponde a um assentamento originado em 2004.

As audiências públicas ocorridas no município de Paragominas mobilizaram principalmente a sede do município. O prefeito na época articulou juntamente com as secretarias as reivindicações para o município que foi apresentado em forma de projetos a Vale. A contrapartida da empresa foi em infraestrutura e equipamentos urbanos. Desta forma fizeram a ampliação do hospital municipal, a reforma e inauguração de escolas, bem como várias benfeitorias como asfaltamento e praças.

Para Ammann, a maior ou menor oportunidade de participação social é determinada pelo tipo de relações sociais que vigora na sociedade. “É sobretudo nessa área que se define se a participação será uma conquista das camadas populares ou uma outorga, uma concessão das camadas dirigentes às populares” (AMMANN, 1977, p.17).

São abordados pela autora alguns instrumentos de dominação que aparentam compreensão e benevolência para com as necessidades das camadas populares, dentre os vários, as diversas formas de educação institucionalmente criadas que reforçam e trabalham a aceitação das pessoas, assumindo terminologias, como por exemplo, participação social, reiterando a predisposição das massas para aceitar o que já está posto. A autora alerta que assumir a perspectiva da participação exige, antes de qualquer outra atitude, que se examine: participação por quê? Em função de quem? O que é mesmo participação?

No que concerne a participação dos munícipes em Paragominas constatou-se que na sede do município houve certa conscientização por parte das lideranças de sindicatos, como por exemplo, o de educação e o sindicato de trabalhadores rurais, que se fizeram presentes nas audiências públicas que antecederam a construção do mineroduto, quando tiveram oportunidade de fazer as diversas reivindicações a partir das perspectivas de suas categorias.

A partir de entrevistas na zona rural foi perceptível a falta de conhecimento por parte dos colonos a respeito das audiências públicas, até mesmo pelas colônias do Oriente e Beira Rio, considerando que o mineroduto passa por parte das terras por elas ocupadas e, portanto poderiam ter sido envolvidas no processo de participação das audiências. De acordo com um dos entrevistados: “*Mas essa preocupação específica quanto às colônias eu te garanto que não houve*”, referindo-se as audiências públicas.

O contato que essas colônias tiveram com a VALE, foi posterior as audiências, já por ocasião da construção do mineroduto quando foram procurados pela empresa para acordar a respeito das indenizações das áreas onde estavam assentados e por onde passaria o mineroduto e a linha de transmissão. Segundo a fala de uma pessoa entrevistada na colônia de Potiritá: “*Na negociação das terras do mineroduto e do Linhão os colonos contaram com a*

sabedoria da VALE, indenizar por baixo, contavam também com estradas consertadas e não tiveram isto”(Entrevista realizada em Out de 2009).

Quanto às audiências públicas: ouvimos na fala de um dos entrevistados essa compreensão: *“O que houve foi à participação das comunidades através de suas entidades, como por exemplo, Associação de moradores de Paragominas, união municipal das associações de moradores de Paragominas”*³⁰.

Na busca por fundamentação proveniente de documentação oficial, não foi possível o acesso ao licenciamento junto a SEMA, nem ao documento sobre a audiência pública em nenhuma das fases (Mina e mineroduto), pois os documentos não se encontravam disponíveis no arquivo e mesmo depois de solicitados não foram encontrados, ficando a consulta restrita ao EIA/RIMA. A mesma tentativa foi feita na VALE, a fim de se ter acesso a relatórios sobre as Audiências Públicas sem no entanto obtenção de sucesso.

Apesar de ter consultado o EIA, da lavra e beneficiamento de bauxita volume I, não foi possível ter acesso as páginas 311 a 342, que contemplam justamente o meio antrópico, a dinâmica social e econômica; as mesmas constavam no sumário, mas, não estavam no referido volume; ficando a pesquisa desprovida de valiosas informações.

Na tentativa de compensar a ausência de informações à pesquisa foi direcionada para o EIA referente à segunda fase, o sistema de transporte de polpa de minério, chamado de mineroduto, mas infelizmente o volume II não se encontrava disponível para consulta, provavelmente por estar sendo utilizado pela área técnica, e em uma segunda tentativa de consulta após um mês, ainda continuava indisponível para o público.

Quando se trata da movimentação em torno das audiências públicas que antecederam a construção do mineroduto em Paragominas, percebe-se duas realidades diferenciadas, a saber a urbana e rural. A primeira é o contexto urbano do município, em que há certa arregimentação no que consiste ao envolvimento da sociedade tanto por parte daqueles que estavam capacitados para geri-la, como também, de outros grupos que compõem o tecido social do município e que representavam Sindicatos, Associações de Moradores de Bairros e ONG. Nessa ocasião muitos tiveram oportunidade de se pronunciar requerendo esclarecimentos e apresentando suas solicitações.

Nessas interações em que são apresentadas as demandas de cada ator social, ou instituição que representa, foram expressas idéias, expectativas interesses diversos, mostrando a natureza das relações, da ação humana e da ação conjunta, retratando a sociedade local e a

30 Entrevista concedida a autora por um técnico da prefeitura de Paragominas em Out 2009.

vida em grupo ali representada. Sinaliza-se aqui a natureza da interação simbólica que enfatiza “a importância fundamental ao sentido que as coisas têm para o comportamento humano”, e que este sentido advém justamente do processo de interação entre as pessoas. Evidencia-se assim um dos contributos da etnografia na análise da conduta humana e suas interconexões propiciando uma visão mais abrangente do objeto de estudo.

No contexto da pesquisa foram abordadas as perspectivas dos atores sociais a partir da chegada do Projeto Mina de Bauxita em Paragominas, tendo sido encontradas as mais diversas percepções e expectativas denotando o sentido que este fato representava para os atores e seus respectivos grupos de interesse. A fala coloca em evidência um tipo de percepção que contraria o posicionamento da maioria. “A população queria o desenvolvimento vindo com a mineração, e achava que quem questionava era de esquerda (entrevista feita na sede do município em Nov de 2009)” (Informação verbal).

Em consonância com o exposto foi apreciado o contexto rural entendido como uma extensão do urbano, apesar de possuir suas próprias características e reivindicações específicas, já que os atores sociais mantêm vínculos interpessoais com o urbano e é também o palco onde são estabelecidas as decisões, leis e políticas que incidem no município como um todo. Nessa perspectiva as interações existentes estendem-se do urbano ao rural formando encadeamentos que incidem ora direta ora indiretamente no cotidiano dos que lá vivem. Portanto a luz da etnografia como uma abordagem de investigação científica procura-se refletir e entender a participação ativa aqui referida no sentido mais amplo, dos atores sociais no município de Paragominas, considerando é claro o contexto estudado. Investigação que foi conduzida conforme a realidade do trabalho de campo e sempre que necessário apelando para a reestruturação do processo de questionamento.

Nesse imbricar entre o urbano e o rural, desvelam-se as relações sociais entre os atores sociais e porque agiam de determinada maneira e o que norteava suas ações, não perdendo de vista o contexto da mineração no qual se desenvolve o enredo social e onde se interpretam as ações. De acordo com as recomendações do método escolhido buscou-se elucidar o significado da interação como um todo, partindo de um contexto mais amplo, para apreender o contexto imediato e a relação entre estes.

Por tratar-se de um estudo concentrado na área rural, a atenção voltou-se mais detidamente para o modo de vida destes, exprimindo sua especificidade, descrevendo as interações existentes, suas manifestações materiais e suas atividades. Foram evidenciadas ações focadas em como estes produziam, percebiam e interpretavam os fatos relacionados à

reprodução do seu cotidiano e como ocorriam as interações. O interesse condutivo de determinada ação e o significado das escolhas no meio rural também foram objeto de investigação.

A relevância da investigação dessa particularidade elucidou detalhes da interação ocorrida entre os que vivem nas colônias alvo de estudo, como buscam resolver suas necessidades materiais e que nesse processo estabelecem objetivos em comum, que os fortalece na concretização de seus interesses. A partir do método em foco compreendeu-se como tomavam parte para a consecução de suas demandas e como se organizavam.

A participação enquanto categoria de estudo foi esclarecida tanto nas interações internas no âmbito da vivência entre os colonos, como também no sentido mais abrangente quando se refere às inter-relações desta com os demais atores sociais como a empresa de mineração, a prefeitura, os sindicatos, ONG, culminando na utilização ou não do instrumento de participação aqui referido como audiência pública.

Na realidade contemplada pela vivência no meio rural, mas precisamente as colônias no entorno do Projeto Bauxita, foi perceptível o não usufruto do instrumento de participação denominado Audiência Pública. As mesmas foram despojadas, alijadas desse instrumento e do ensejo de manifestar suas reivindicações e obter esclarecimentos concernentes ao novo empreendimento. Conforme Souza a participação é “processo existencial concreto, produzido na dinâmica da sociedade e expressado na própria realidade cotidiana dos diversos segmentos da população” (SOUZA, 2000, p. 79). Nesses termos, o objetivo não foi alcançado, mesmo porque, tal participação “implica ter a compreensão clara sobre o processo participativo, bem como sobre a própria realidade social na qual se processa” (SOUZA, 2000, p. 79).

De acordo com Souza, “muitas práticas e discursos intitulados de participação não são mais do que processos de dominação e, por conseguinte processos de contraparticipação” (SOUZA, 2000, p. 79). Tal colocação encontra pertinência quando nos deparamos com a insatisfação de presidentes de sindicatos que estiveram presente nas Audiências públicas e que até então não haviam contemplado o atendimento das reivindicações de suas categorias.

A sociedade organizada participa, mas não tem voz (Entrevista a pessoa que presidia o Sindicato de Educação na época em que ocorreu a Audiência pública que antecedeu a construção do mineroduto Nov/2009).

A zona rural é insatisfeita com a prefeitura que só dá atenção nas eleições (Entrevista a pessoa que presidia o Sindicato de Educação na época em que ocorreu a Audiência pública que antecedeu a construção do mineroduto Nov/2009).

A zona rural não ganhou nada, mas apenas a sede do município (Entrevista com o Presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Paragominas Out/2009).

Foi acordado com a prefeitura que parte do *Royalty* provenientes da mineração iriam para a agricultura familiar, mas não ocorreu (Entrevista com o Presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Paragominas Out/2009).

Na primeira fala é apontada uma participação incompleta, passiva, pois o agente social não tem voz. Na segunda fala percebe-se o descontentamento em relação ao atendimento das demandas específicas da área rural restringindo-se as campanhas eleitorais. Em seguida apresenta-se uma declaração que denota a ênfase dada a sede do município quanto a melhorias para a população, em detrimento das necessidades rurais. Na última fala identificam-se as expectativas não alcançadas quanto à aplicação dos recursos provenientes da mineração na área rural.

O papel desempenhado pelas comunidades rurais no contexto da mineração no município de Paragominas ficou muito aquém da realidade que foi vivenciada pela sede do município, na zona rural, as pessoas estavam despercebidas, dentre os entrevistados nas Colônias do Oriente e Beira Rio, apenas duas pessoas declararam saber das audiências públicas antes de acontecer, conforme mencionado anteriormente.

Nas palavras de uma senhora entrevistada na Colônia do Oriente: “*Não houve pronunciamento da comunidade na audiência pública e não houve apresentação de projeto para a área rural. Os moradores procuraram a VALE para fazer a estrada, fiquei sabendo da audiência através dos meios de comunicação*”.

As colônias do Oriente e Beira Rio, as mais próximas do empreendimento de extração de bauxita no município, não estão mencionadas nos EIA como sendo áreas diretamente afetadas pela extração de bauxita, nem na segunda etapa do projeto – sistema de transporte e polpa (mineroduto), considerando que o mineroduto passa pelas mesmas.

Vários comentários foram articulados com a falta de um trabalho de divulgação nessas colônias quanto à importância da participação nas Audiências Públicas, apesar de ter sido feito um trabalho de “conscientização” com as demais comunidades nos municípios correspondentes ao trajeto do mineroduto, como por exemplo: Abaetetuba, Moju, Acará, Tome-Açu e Ipixuna. Nestes lugares, a coordenadora dos trabalhos da ONG nos municípios, mencionou a visita a várias comunidades rurais (Anexo A).

O termo conscientização foi utilizado pela coordenadora da ONG contratada pela Vale e responsável por veicular as informações concernentes as audiências públicas conclamando a população para o evento. No discurso da ONG, *conscientizar consistia em apresentar a importância das audiências e informar o direito da população a crítica e solicitação de*

*esclarecimentos a respeito do empreendimento*³¹.

Para Souza conscientização “[...] se traduz como processo contínuo de compreensão crítica da realidade. Isto é, a partir da realidade existencial que se tem, passa-se a uma percepção ampliada dessa realidade; estabelecem-se correlações de causa e efeito e formulam-se juízos e críticas que direcionam a formulação de atitudes para seu enfrentamento(SOUZA, 2000, p. 89- 90).

Quando se refere às inter-relações existentes na e com os que vivem na área rural, percebe-se certo descaso comprometendo a efetivação da conscientização nos termos admitidos por Souza e se expressa na fala do entrevistado:

Não houve esse cuidado de tratar com elas (as comunidades) diretamente. Até onde eu sei nunca vi esse tipo de preocupação, não houve essa preocupação com a zona rural. Apesar de que os programas sociais que existem em Paragominas abrangem as áreas rurais, como por exemplo; a bolsa família, porém nem todas têm acesso a programas sociais devido à distância (Entrevista com o Diretor Departamento de Comunicação e Informação da Prefeitura Out/2009).

De outra forma o papel do poder público enquanto agente fomentador do crescimento e/ou desenvolvimento do município incorporou uma atitude otimista e “empreendedora” que foi capaz de conduzir a população a almejar o desenvolvimento que se consolidaria no Projeto Bauxita de Paragominas, tendo o sistema de organização política da prefeitura trabalhado de forma equânime, conforme ressaltado nas entrevistas.

Souza refere-se ao papel do poder público de forma mais abrangente ressaltando a atuação do Estado na sua dupla responsabilidade de responder às pressões populares e ao mesmo tempo criar condições gerais, fundamentalmente para a produção. É nesse movimento de atender aos dominantes e dominados que se abrem espaços de lutas populares. Na prática o poder público alia-se ao capital privado na concretização de seus objetivos (GOHN, 1985, p. 7 apud SOUZA, 2000, p. 110).

O trabalho concatenado da prefeitura com as secretarias foi basilar para alocar recursos de forma direcionada de acordo com planejamento prévio e sem dúvida alavancou a contemplação das demandas voltadas para a saúde, educação, saneamento da sede do município por conta da contrapartida em termos de investimentos por parte da empresa de mineração. No entanto, às áreas periféricas e a zona rural queixam-se da ausência de atendimento de suas demandas, conforme já mencionadas anteriormente.

Segundo a fala de um dos entrevistados na sede do município: *“A prefeitura detém o monopólio político no município conservando o controle das empreiteiras e dos meios de comunicação através das emissoras de rádio e canais de TV, o que de certa forma inibe o*

31 Informação concedida à autora em Set de 2009 em Belém.

pronunciamento das reivindicações populares” (Entrevista feita na sede do município em novembro de 2009).

Na análise da participação das colônias em estudo destaca-se a ausência de entrosamento entre o Sindicato de Trabalhadores Rurais e os colonos, bem como a inexistência de atuação de ONG no fortalecimento de suas reivindicações. A propósito destas instituições Souza (2000, p. 99) interpreta que “o sindicato é canal dos mais importantes para veiculação das ações e reivindicações do trabalhador, mas é penetrado pelo Estado, uma vez que está vinculado ao Ministério do Trabalho”.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais manteve um discurso de apoio as comunidades rurais e elencou várias necessidades e dificuldades pelas quais são acometidas as áreas rurais, como por exemplo, melhores estradas, escoamento para produção rural, políticas do governo direcionadas para a agricultura familiar, apoio para o trabalhador rural viver na terra, preservar o meio ambiente, dando aos mesmos condições para o trabalho fornecendo trator e a necessidade de aplicar parte dos Royalties na agricultura. Ressentiu-se da ausência de parceria com os setores público e privado, porém direcionou seu foco de atenção para as comunidades mais próximas da sede do município e do Rio Capim, no entorno da extração de caulim, e não as colônias no entorno do Projeto Mina de Bauxita. Tendo sido recorrente nas falas dos colonos quanto à ausência de participação do Sindicato no seu cotidiano, denotando a inexistência de vínculos de relacionamento. Embora, no ano de 2010, a presidente da Colônia Potiritá tenha associado os colonos ao sindicato de trabalhadores rurais, por considerar como fator favorável na luta pela posse das terras, indicando que estão organizados.

Quanto a ONG Cáritas, também se mostrou atuante no acompanhamento de grupos de catadores de material reciclável tanto os que estão organizados como os que trabalham independentes. As secretárias de Assistência Social e Meio Ambiente foram responsáveis pelo cadastramento de 150 pessoas a fim de organizarem cooperativas.

A ONG Caritas estava acompanhando 35 pessoas que trabalhavam no aterro e 10 pessoas que estavam fora dessa área. O acompanhamento consistia em diálogo de formação fazendo mediação dos catadores com órgãos e instituições, buscando a inclusão social dos mesmos e a conquista de seus direitos.

O combate ao trabalho escravo também faz parte da pauta de trabalho da ONG. Na área rural atua junto com o Instituto Popular Amazônia, que consiste numa oficina de gestão de associações e direitos humanos. Na Caipe, zona rural mais próxima da sede do município, existe 22 Associações, que são assistidas pela ONG no que tange a encaminhamento para

documentação e reivindicações junto a órgãos municipais. As comunidades Nazaré e São Sebastião que ficam as proximidades do Rio Capim também constituem alvo de atuação da ONG. A entrevistada na Caritas, que ocupava o cargo de articuladora de projetos, confirmou que representantes da ONG participaram da audiência pública para construção do mineroduto. Por ocasião da entrevista, não havia nenhuma articulação direcionada para as comunidades no entorno do Projeto Mina de Bauxita de Paragominas, e ficou claro o desconhecimento das comunidades por parte da mesma.

Retomando a análise que envolve participação na vivência rural foi reveladora a participação movida por conflitos relacionados à reintegração de posse conforme analisado no primeiro capítulo desta dissertação, demonstrando mobilizações exitosas nessa direção. Por outro lado a única associação de que dispõem para congregar suas necessidades e que poderia ser o ponto de partida para consolidar seus objetivos para conquistas mais duradouras que é a Associação dos Pequenos Produtores rurais, apresenta o absenteísmo por parte dos que seriam os associados em potencial, fato recorrente tanto na colônia do Oriente quanto na Beira Rio.

Na Colônia do Oriente os colonos manifestam descontentamento quanto à atuação de certas lideranças lamentando a ausência de comunicação nas transições de um mandato para outro, assim como reclamam do desempenho de algumas lideranças junto à prefeitura para o alcance de objetivos coletivos. Como pode ser verificado nos trechos que se seguem: “Na associação um presidente entra para arrumar e outro entra para bagunçar (Entrevista na Colônia do Oriente em Nov/2009)”. “Se tivesse presidente pra ficar no pé do prefeito (Entrevista na Colônia do Oriente em Nov/2009)” (Informação verbal).

Na Colônia de Potirítá, conforme as palavras da Presidente da Comunidade, a participação na associação é quase total, ficando a desejar somente a contribuição da taxa mensal. A participação apresenta um caráter emergencial desprovido de uma tradição de cooperação mais efetiva, reflete uma prática isolada, porém utiliza-se de outras estratégias. No entanto pode ser um começo para se tornar um pressuposto na consolidação da prática de associação no sentido de tornar comum a busca das soluções das necessidades que a todos aflige.

Algumas iniciativas que redundaram em resultados coletivos podem ser destacadas na vivência rural tais como: esforços para conseguir trator de pneu junto à prefeitura do município; mobilização quanto a questões de posse das terras; reivindicação de recuperação das estradas junto a Vale. Essas atitudes revelam o exercício de cooperação e associação na área rural no entorno do Projeto Bauxita.

A observação do processo de interação no meio rural apontou a situação de distanciamento entre alguns atores sociais denotando insatisfação por parte dos colonos. Fato que é recorrente nas interações entre prefeitura e colonos, segundo depoimento destes. Os colonos enumeram a insuficiência de meios capazes de prover a reprodução de seu modo de vida e atribuem as demandas não atendidas pela prefeitura. O que é conferido a partir das declarações dos mesmos:

O prefeito é contra os colonos. Disse que nos íamos passar fome e íamos pedir ajuda para a prefeitura, mas hoje somos a colônia que mais produz aqui (Entrevista na colônia Oriente, em Nov/2009).

A prefeitura só liberou um trator de pneu depois que vários colonos se juntaram e foram falar com o prefeito (Entrevista na colônia Oriente, em Nov/2009).

A fala dos colonos revela falta de apoio na proporção das exigências no trato com a terra, pois para retirar os tocos e preparar a roça para o cultivo necessitam de um trator de esteira, pois nesses casos o trator de pneu não resolve.

Com o desmatamento zero não se pode queimar, e sem o trator de esteira não dá para preparar a terra para determinados cultivos. O colono tem que plantar para garantir o dia de amanhã, senão como vai ser (Entrevista na colônia Oriente, em Nov/2009).

Já que não pode desmatar, o prefeito devia ajudar com o trator de esteira (Entrevista na colônia Oriente, em Nov/2009).

As reivindicações dos colonos estão relacionadas às necessidades consideradas básicas, pois perpassam pelos obstáculos para a produção de determinados alimentos, pela precariedade das estradas, do transporte e da saúde.

A prioridade aqui é a ponte e estrada para poder sair (Entrevista na colônia Oriente, em Nov/2009).

O mais necessário é saúde, eu já peguei malária três vezes em seguida. E quando a criança passa mal, não tem médico, tem que levar para a rua (sede do município), e quem não tem casa lá fica dependendo do outro (Entrevista na colônia Oriente, em Nov/2009).

Precisava de um posto de saúde funcionando para ter um enfermeiro. A malária está perigosa (Entrevista na colônia Oriente, em Nov/2009).

Já tivemos no ITERPA atrás de um trator de esteira (Entrevista na colônia Oriente, em Nov/2009).

Conforme o depoimento dos colonos se nota que as situações limitantes e adversas incitam processos de cooperação em busca de soluções que visam o bem estar coletivo e as condições necessárias para desenvolver seu modo de vida.

Souza argumenta que a participação constitui-se em um processo que se expressa

através da conscientização, organização e capacitação, continua e crescente diante da realidade social concreta (SOUZA, 2000). Os agentes sociais necessitam adquirir a consciência crítica que se desenvolve a partir da apreensão da própria realidade que se constitui em processo contínuo.

A organização constitui-se em requisitos básicos às ações necessárias do próprio processo de participação [...] organização é conscientização, pois a população projeta, avalia e confronta sua força social com a dinâmica da realidade social [...] e meio para que esse processo se amplie [...] capacitação também consiste em processo contínuo para que em conjunto se descubram novas formas de reavaliação social em seus enfrentamentos, pressupõe instrumentos de comunicação; relacionamento com instituições e compreensão da política interna e externa dessas instituições (SOUZA, 2000, p. 92- 93).

Dessa forma as interações na área rural no entorno do Projeto mina de Bauxita, encontram-se no processo de reconhecimento e na busca de fortalecimento em direção associações mais fecundas, que possam atender as demandas materiais e sociais, principalmente na área rural, o que certamente os tem conduzido a descoberta de seus direitos e deveres políticos como cidadãos.

A conscientização, a organização e a capacitação são complementares e imprescindíveis, portanto partes de um mesmo processo contínuo e dinâmico que, no todo, formam o processo de participação que associados a informação são capazes de produzir agentes atuantes que contribuirão para transformar a própria realidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre as colônias do Oriente, Beira Rio, Potirirá e Fé em Deus constituiu-se num exercício de desvendar realidades específicas de agentes sociais em interação com o projeto de mineração de bauxita que se instalou no município de Paragominas, a partir do conhecimento de um conjunto de relações sociais e políticas, da forma de se organizarem e a intensidade das interações internas e externas. Para isso foram eleitas como categorias de análise conflito, poder e participação no sentido de apreender o seu significado das ações coletivas e outras individuais.

Pesquisadores concebem a participação, muitas vezes em um nível de idealização, orientados por uma série de pressupostos, a saber, a conscientização, a politização, a unidade de interesses. Estes elementos para sua efetivação deveriam estar bem ordenados e claros, identificadas igualmente as implicações. Nesta pesquisa, também experimentamos este tipo de limite. Em um primeiro momento os horizontes de uma percepção quase acrítica, necessitava ser desprovida de vícios e ranços pré-construídos. Contudo, foi no decorrer da pesquisa, já no trabalho de campo concatenado com a teorização que se inferiu outras facetas do que seria a participação buscando, não incorrer no risco de invalidá-la por conta de uma imagem pré-concebida e estereotipada desses atos sociais, frequentemente controlado por interesses diversos.

Em um segundo, foi a apreensão de vivências e as memórias de participação dos agentes possibilitaram elencar novas perspectivas que emergiram nas falas sobre os contextos políticos nos quais os agentes sociais entravam em interações com agentes políticos (Prefeitura, governo estadual), agentes empresariais (técnicos da empresa, da Fundação Vale). Estes informaram sobre as situações que excederam a relação estrita de empresa de mineração versus os colonos.

Inicialmente foi necessário averiguar os meandros que antecederam a implantação do projeto bauxita de Paragominas no que tange ao instrumento de participação, considerado aqui o estatuto e a agenda da Audiência pública. Para efeito de estudo o ponto de partida foram as Audiências Públicas que antecederam a construção do Mineroduto. Apreender esse momento foi essencial no entendimento da realidade dos colonos no contexto da mineração, pois desvelou a efetividade do instrumento de participação neste conjunto de interações.

No período que antecederam as Audiências Públicas foi feito um trabalho de divulgação de iniciativa da empresa CVRD (atualizada para VALE), contratando os serviços de uma ONG, conforme analisado no quinto capítulo desta dissertação. No entanto, apesar

disso, as colônias em estudo não foram envolvidas nessa etapa, ficando tolhidas da oportunidade de obter informações e esclarecimentos sobre o Projeto de mineração e as implicações que teria sobre suas condições de existência. As unidades familiares que se encontram na zona rural apresentaram em seus depoimentos ora desconhecimento a respeito dessas audiências, ora conhecimento tardio da existência das mesmas, ou seja, ficaram sabendo depois de ocorrida as reuniões.

Feita arguição na sede do município, parece haver contradição quando o assunto é Audiência Pública. Notadamente havia um discurso da existência de articulação das informações sobre audiências públicas por todo o município, inclusive alcançando as lideranças das colônias. No entanto, esse discurso era de pessoas que estão direta ou indiretamente envolvidas na gestão do município, tais como técnicos de secretarias municipais: Educação, Serviço Social, Meio Ambiente, Economia, Finanças, entre outros, que tomaram como embasamento, tão somente a presença de lideranças sindicais e associações de bairros periféricos de Paragominas nas referidas reuniões. Enquanto que as representações das colônias alvo de estudo não estiveram presentes. Desta forma, as colônias do Oriente, Beira Rio, Potiritá e Fé em Deus foram alijadas desse processo. E, nesse caso não foi possível a utilização do instrumento de participação denominado Audiência Pública para apresentar suas demandas, reivindicações, protestos, questões.

Não obstante, o momento que antecede a implementação de um empreendimento do porte do Projeto Bauxita em termos de divulgação e articulação de informações ficou muito a critério da empresa de mineração, isto em detrimento do envolvimento do poder público local que é o agente político que, supostamente, detém o nível de conhecimento mais abrangente destas decisões a propósitos de projetos dessa envergadura. Isto é contemplado no quinto capítulo, quando percebemos o não envolvimento das colônias nas audiências públicas.

Percorrer essas realidades diversas na pesquisa de campo impõe muitas vezes obstáculos, que precisam ser sanados e/ou geridos de forma que não impeça o bom andamento do trabalho. Um desses obstáculos ocorreu na área rural por ocasião da reintegração de posse das terras quando não foi possível permanecer na colônia, devido à desconfiança dos colonos, quanto a pessoas que lá se infiltravam para repassar informações aos fazendeiros. Nessa ocasião as estratégias de pesquisa tiveram que ser adequadas à nova situação que se apresentava, foi necessário permanecer na sede do município e monitorar as informações a partir de contato telefônico.

Dado o fato das colônias não estarem na “área de influencia direta” conforme a noção

imposta pela empresa, no que diz respeito à localização da mina de extração de bauxita, não houve conhecimento dos agravantes relacionados à questão fundiária que concentra mais atenção e esforço dos colonos. Aliás, a empresa utiliza a “indefinição fundiária” das colônias do Oriente, Beira Rio, Potiritá e Fé em Deus para deixar no limbo qualquer envolvimento em relação a estas. No entanto, este aspecto fundiário constitui prioridade para os colonos. Assim, as relações que eles estabelecem entre si, embora não reflitam a forma como estão organizados, apresentam um indício de mobilização voltada para assuntos concernentes à questão fundiária e que orienta as ações e mobilizações para se associar com objetivos reivindicatórios.

Essas práticas denotam certa medida de percepção da importância de manter um vínculo mais fortalecido para conduzir demandas em favor da coletividade. Um exemplo é a existência de mobilizações em torno da reintegração de posse das terras por eles ocupadas. Cada colono reconhece a importância de sua contribuição para a conquista de melhores condições de vida e prioritariamente a permanência e situação jurídica como proprietário dos lotes, diante de uma perda iminente.

Assim, o processo de articulação das comunidades em relação ao poder local a partir da implantação do Projeto Bauxita requer uma participação mais efetiva no âmbito do processo de planejamento e gestão de políticas públicas, até porque tal patamar pede uma vivência bem amadurecida no campo da participação que demanda não apenas entendimento e conscientização, mas a politização, ou seja, o conhecimento de seus direitos e deveres políticos, como cidadãos imbuídos do exercício da cidadania.

Por outro lado, o nível de interação entre a empresa de mineração e o poder local está relacionado à contrapartida da empresa para com o município através dos benefícios efetuados principalmente na sede do município em termos de infra-estrutura e equipamentos, bem como em seus reflexos na receita municipal. Mas os reflexos desses benefícios ou dessa contrapartida não foram observados na zona rural, sobretudo nas áreas onde estão localizadas as Colônias do Oriente e Potiritá.

As Audiências públicas para debater e decidir sobre a construção do mineroduto e da passagem da linha de transmissão de energia pela área correspondente as colônias do Oriente e Beira Rio esta em uma leitura de direitos territoriais, ambientais e sociais que não foram contemplados pela empresa. Em tais circunstâncias os colonos foram “indenizados” pela Vale em valores que oscilaram entre R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) e 8.300,00 (oito mil e trezentos reais). Portanto se é possível falar em interação entre empresa e colonos, esta

somente se deu em uma fase bem avançada do Projeto Bauxita, descaracterizando uma postura participativa dos mesmos no início do processo.

De acordo com as observações de campo foi possível concluir que, embora não organizados formalmente, cada entrevistado tinha clareza das questões que necessitam ser equacionadas e que poderia ser solucionadas. Estas demandas são destacadas nas suas falas, nas quais apontam desde a ausência de equipamentos e recursos técnicos e materiais que facilitariam o manejo na roça, a comercialização do que é produzido, até questões prioritárias de legalização dos lotes, como expressão de direitos territoriais.

Impulsionados pelas demandas não atendidas e pela ausência da atuação de instituições provedoras e/ou mediadoras, buscam formas alternativas para solucioná-las. Dentre estas, pode-se mencionar a manifestação de 300 pessoas para conseguir um trator de pneu junto à prefeitura; mobilizações quanto à questão da posse das terras; ajuntamento de colonos reivindicando recuperação das estradas e pontes junto à empresa Vale. Essas iniciativas têm exigido maior veemência da habilidade de associação, mobilização e ação de cada um dos agentes. As colônias do Oriente, Beira Rio, Potiritá e Fé em Deus reclamam de serem desconsideradas pelo poder público e privado, o que os tem mobilizado em direção a concretização de seus objetivos coletivos.

Por meio desta pesquisa, espera-se ter conseguido demonstrar a inter-relação dos colonos com os demais atores sociais que compõem o contexto da mineração estudado em Paragominas, enfatizando em situações sociais concretas, o processo de participação e a definição de projetos políticos, que entram em conflito com interesses e atos empresariais reforçado pela administração municipal.

Nesse contexto o que certamente está em jogo são as estratégias de desenvolvimento do Estado do Pará, já que as ações do poder público reforçam as diferenças em termos de distribuição dos benefícios gerados a partir da instalação desses Projetos. Portanto, torna-se necessário a aplicação de normas e regulamentos que situem as responsabilidades das empresas e coloquem em prática políticas (agrária, de crédito, ambiental) que incluam benefícios para os trabalhadores da terra e respeitem os direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa E. Estratégias dos quilombolas de Jambuaçu e projetos da VALE S.A. no Moju. In: ALMEIDA, Alfredo W. Berno de (Org.). **Cadernos de Debates Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia; UEA, 2010. p. 49-61.

ALMEIDA, A.W. B. de. NETO J. S; MARTINS, C.C. **Guerra ecológica nos Babaquais**. São Luís, [s.n.]2005, p.66-72.

ALMEIDA, A. W. B. de. **O intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965 – 1989)**. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. (Org.) **Amazônia a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991, p. 259-287.

AMMANN, Safira Bezerra. **Participação social**. São Paulo: Cortez; Moraes, 1977. p. 1-36.

AROUCK, Osmar (Org.). **Inventário de registros e denúncias de mortes relacionadas com posse e exploração da terra no estado do Pará: 1980-2001**. Belém: Governo do Estado do Pará; Secretaria Especial de Estado de Defesa Social, 2002.

BARATA, Ronaldo. **Inventário da violência: crime e impunidade no campo paraense (1980-1989)**. Belém: Cejup, 1995, p. 57- 667.

BATISTA, Pedro César. **João Batista: mártir da luta pela reforma agrária: violência e impunidade no Pará**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BENEVIDES, Maria Victoria. Nós o povo: reformas políticas para radicalizar a democracia. In: BENEVIDES, Maria Vitória; KERCHE, Fábio; VANNUCHI, Paulo (Org.) **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. p. 83 – 119, 2003.

BORDENARE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos; 95).

BOUMARD, Patrick. O lugar da etnografia nas epistemologias construtivistas. **Revista de Psicologia Social e Institucional**, v. 1, n 2. nov. 1999. Disponível em: <<http://www2.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov1n22.htm#2>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense. 2001, p.188-206.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1997.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando de Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 7-15; 133-161.

_____. **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas, SP: Papyrus, 2000, p. 59-63. Tradução Roberto Leal Ferreira.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em:<www.mct.gov.br>. Acesso em: 10 nov. de 2009.

_____. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em:<www.brasil.gov.br/pac>. Acesso em: 2 jun. 2009.

_____. **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em:<www.mma.gov.br>. Acesso em: 2 set. 2008.

_____. **Planalto**. Disponível: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 5 ago. 2010.

_____. **Saúde**. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 2 jul. 2010.

BRASIL MINERAL ON LINE. **Alumínio – Vale amplia projetos no Pará**. n. 370. out. 2008. Disponível em: <www.brasil mineral.com.br>. Acesso em: 2 jan. 2010.

CAETANO, Marcelo Miranda. **Aspectos ambientais e trabalhistas da indústria madeireira Amazônica**: o caso de Paragominas. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isolete. (Coord.). **Conflitos no campo Brasil 2009**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CASTRO, Edna. Dinâmica Socioeconômica e desmatamento da Amazônia. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém, v. 8, n. 2, p. 5-39, dez. 2005.

COELHO, M. C.N; MONTEIRO, M. de A.; COTA, R. G. Mineração industrial em questão. In: COELHO, M. C. N; MONTEIRO, M. A. (Org.). **Mineração reestruturação espacial da Amazônia**. Belém: NAEA,. 2007. p. 25-40.

COSTA, Francisco de Assis. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: SEPEQ; NAEA; UFPA, 1992.

COSTA, M. O. G. F. **A ação popular como instrumento de defesa do meio ambiente e exercício da cidadania ambiental**. 2007. Disponível em: <www.direitopublico.com>. Estudos, conferências e notas>. Acesso em: 8 out. 2008.

DECLARAÇÃO do Rio de Janeiro sobre meio ambiente e desenvolvimento (1992). Disponível em: <<http://www.silex.com.br/leis/normas/declaracaorio.htm>>. Acesso em 10 jun. 2010.

DIAGNÓSTICO socioeconômico, mineral e ambiental do município de Paragominas. Belém: DNPM, 2000. [Relatório institucional].

DIAS, Solange Gonçalves. Reflexões acerca da participação popular. **Integração**. Brasília, DF, n. 48, ano 13, p. 45-53, jan./fev./mar. 2007.

DIÉGUES JÚNIOR, Manoel Populações rurais brasileiras. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriovaldo. (Org.). **Vida rural e mudança social**. 3. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1979. p. 121-131.

DOURADO, Sheila Borges. **Participação indígena na regulação jurídica dos conhecimentos tradicionais**. 2009. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2009.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia**. In: RODRIGUES, José Albertino (Org.). **Émile Durkheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1978. p. 46-52.

ESTADÃO. Disponível: <<http://estadao.com.br/estadao>>. Acesso em: 10 jun.2010.

FERRAMENTAS para Desenvolvimento de Comunidades no Ciclo do Projeto de Mineração: versão preliminar. [S. l.]: ESMAP; The World Bank; ICMM, 2005.

FOLHA. Disponível em: <www.folha.com.br> Acesso em: 2 abr. 2008.

FORUM CARAJÁS. **Mineração Rio do Norte**: Uma das maiores operações de bauxita do mundo. Disponível em: <<http://www.forumcarajas.org.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Os Sem-Teto e os sem-terra no Brasil. In: _____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p.135-158.

_____. **Participação**: paradigmas, teorias, definições, representações e significados. In: CONSELHOS gestores e a participação sociopolítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época. v. 84).

_____. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997. p. 121-170.

HEBÉTTE, Jean; ACEVEDO MARIN, Rosa. **Colonização para quem?** Belém: UFPA; NAEA, 1979. p. 93-170.

IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2008.

INSTITUTO OBSERVATORIO SOCIAL. **Panorama internacional e nacional do setor de alumínio**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br>>. Acesso em: 2 ago. 2009.

JUSTICANOSTRILHOS. Disponível em: <www.justicanostrilhos.org>. Acesso em: jul.2009.

KAPLAN, David; MANNERS, Robert A. **Teoria da cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 198. p. 41, 57, 252 – 272.

KOTSCHOUBEY, Basile et al. **Caracterização em depósitos minerais em distritos mineiros da Amazônia**. Brasília, DF: DNPM; CT-MINERAL; FINEP; ADIMB, 2005.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 77-105.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1990. p. 39-76.

LASTRES, Helena Maria. Martins.; CASSIOLATO, José Eduardo. **Relatório de atividades de divulgação do referencial conceitual, analítico e propositivo**: políticas para a formação de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas: vantagens e restrições do conceito e equívocos usuais. 2004. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/nt_count.php?projeto=ar1&cod=1>. Acesso: em: 11 ago.2010.

LEAL, Aluizio Lins. **Amazônia**: o aspecto político da questão mineral. 1988. f. 512. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1988. p. 117-268.

LEAL, Gláucia Lygia Rabello. **Paragominas**: a realidade do pioneirismo. 2. ed. Belém: Alves, 2000.

LEFEVRE, Henri. Os movimentos do pensamento. In: _____. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 90-105.

LOCK, Fernando do Nascimento. Participação Popular no controle da administração pública: um estudo exploratório. **Revista Eletrônica de Contabilidade**. Santa Maria. UFSM. v. 1, n. 1. set./ nov. 2004.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

_____. **A “ambientalização” dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 16-38; 240-254; 276-282.

MACHADO, Raymundo de Campos. **Apontamentos da história do alumínio primário no Brasil**. Ouro Preto: Fundação Gorceix, 1985. p. 129-269.

MAHAR, Denis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: IPEA; INPES 1978. p. 7-41.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Um diário no sentido estrito do termo**. Rio de Janeiro. Records, 1967.

_____. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Abril Cultural: 1976

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**.: Petrópolis: Vozes, p.62-112. 1984.

MEDINA, Carlos Alberto de. Estrutura de poder e resistência à mudança: a reforma agrária e os obstáculos a sua implantação. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriovaldo. (Org.). **Vida rural e mudança social**. 3. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1979. p. 190-202.

MINC, Carlos. **A reconquista da terra- Estatuto da Terra, lutas no campo e Reforma agrária**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

MINERAÇÃO VERA CRUZ S/A – MVC. **Estudo de Impacto Ambiental –EIA:** Mineroduto de Bauxita. Paragominas: Consórcio Brandt Meio Ambiente ; CasaVerde; Hidrosam, 2003. v. II. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Estudo_de_Impacto_Ambiental>. Acesso. em: 8 out. 2009.

MINERAÇÃO VERA CRUZ S/A - MVC. **Relatório de impacto ambiental - RIMA:** mineroduto de bauxita. Paragominas: Consórcio BRANDT; Meio Ambiente; HIDROSAM, 2003.

MONTEIRO, Maurílio. **A mineração e metalurgia na Amazônia:** contribuição à crítica da ecologia política a valorização de recursos minerais da região. 2001. 534 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

_____. Meio século de mineração industrial na Amazônia Oriental brasileira: um balanço necessário. In: FONTES, E. **Os conflitos e os grandes projetos na Amazônia contemporânea (Século xx)**. Belém: Motion, 2003. (Coleção Contando a História do Pará, v. 2. p. 169–209).

_____. Extração e transformação industrial de minerais e limitações ao desenvolvimento da Amazônia oriental brasileira. **Novos Cadernos do NAEA**. Belém: UFPA, v. 8, n. 1, jun, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 39, n. 1. p. 13-37, 1996.

PARÁ. Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Programa Paraense de Tecnologias Apropriadas. **Diagnóstico do setor moveleiro do Estado do Pará**. Belém: SECTAM; PPTA, 2002. p. 42-60.

PARAGOMINAS. Prefeitura Municipal. **Plano diretor de desenvolvimento urbano do município de Paragominas:** Lei n. 579/2006. Paragominas, 2006.

_____. **Perfil Sócio-Econômico**. SEBRAE, 1999.

_____. **Clima fica tenso em Paragominas**. 2009. Disponível em: <<http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-70507-CLIMA+FICA+TENSO+EM+PARAGOMINAS.html>>. Acesso em: 5 dez. 2009.

PIMENTA, Ana Carolina. **Empresas madeireiras com certificação florestal e marketing verde: estratégias comunicacionais do Grupo Cikel**. 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

PINTO; Andréa, et al. **Diagnóstico socioeconômico e florestal do município de Paragominas**. Relatório Técnico. Imazon. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2009. 65.p.

PINTO, Lúcio Flávio. **A pérola do minério atirada aos porcos**. Disponível em: <<http://www.justicanostrilhos.org>>. Acesso em: 11 fev. 2009.

_____. A Amazônia entre estruturas desfavoráveis. In: D'INCAO, M. A. (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994. p. 111-117.

PRESSBURGER, Miguel. **A propriedade da terra na constituição**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1986. (Coleção socializando conhecimentos, n. 2).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriovaldo. (Org.). **Vida rural e mudança social**. 3. ed. São Paulo: Companhia Nacional., 1979. p.160-174.

RELATÓRIO CPT - Conflitos no Campo. 2009. Disponível em:< <http://www.cptnac.com.br>>. Acesso em: 2 jun. 2010.

ROCHA, Gilberto de Miranda. Estado do Pará: divisão ou construção de um projeto de desenvolvimento territorial? In: TEISSERENC, Pierre; ROCHA, Gilberto de Miranda; MAGALHAES, Sônia Barbosa. (Org.). **Coletividades locais e desenvolvimento territorial da Amazônia**. Belém: NUMA;UFPA, 2008. p. 35-50.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond. 2004. 1993.

SAMAIN, Etienne. "Ver e dizer" na tradição etnográfica. Bronislaw e a fotografia. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 1, n. 2, 1995.

SANTOS, Breno August dos. Recursos minerais da Amazônia. **Estudos Avançados**. Rio de Janeiro. v. 16, n 45. 2002.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Conflictos agrários e violência no Brasil**: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Pontificia Universidad Javeriana. Seminario Internacional, Bogotá, Colombia. agosto de 2000. Disponível em: <<http://biblioteca.virtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2010.

SCHLEMMER, B. A ética da profissão: da responsabilidade política do cientista à responsabilidade científica do pesquisador – um itinerário da antropologia francesa. In: ARANTES, A. A., RUBEN, G. R., DEBRET, G. G. (Org.). **Desenvolvimento e direitos humanos**: a responsabilidade do antropólogo. Campinas: UNICAMP, 1992. p. 137-153.

SEBRAE. Disponível em:<www.sebrae.com.br>. Acesso em: jul. 2008.

SEMBER, Nair Brito Gonzalez. **A indústria madeireira no Pará**: estratégias empresariais no uso dos recursos florestais, 1999. f. 141. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999. p. 30-35.

SIMMEL, Georg. Sociologia. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). Georg Simmel: Sociologia.. São Paulo: Ática, 1983. p. 91-181.

SIMONIAN, L.T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre a Amazônia. In: KAWHAGE, C., RUGGERI, S. (Org.). **Imagens e pesquisa**: ferramentas de compreensão da realidade amazônica. Belém: NAEA, 2007. p. 15-52.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, p. 26 , 79-117, 2000.

STAVENHAGEN, Rodolfo. A comunidade rural nos países subdesenvolvidos. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriovaldo. (Org.). **Vida rural e mudança social**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1979, p. 26-38.

STRAUSS, Claude Lévi. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p. 11 – 53.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global**: limites e desafios de participação cidadã. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 33 – 52.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas de ação. **Revista Rap**. Rio de Janeiro: FGV, jul./ago. p. 101-125, 1997.

THOMPSON, Paul. A contribuição da história oral. In: _____. **A voz do passado: História oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002. p. 104-137.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Violência e grilagem: Instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará**. 1998. f. Dissertação (Mestrado) – Centro de ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1998. p.173-255.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. **A metamorfose do trabalho na Amazônia: para além da mineração Rio do Norte**. Belém: UFPA; NAEA, 2001. p. 95-104 , 147.

VALE. Disponível em:<<http://www.vale.com/pt-br/o-que-fazemos/mineracao/aluminio/paginas/default.aspx>>Acesso: 10 jun. 2009.

VERDUM, Roberto; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. (Org.). **RIMA- Relatório de impacto ambiental. legislação, elaboração e resultados**. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.146-252.

VIDAL, Josep Pont. **A realidade social é externa ao indivíduo?** Uma aproximação a pesquisa qualitativa. Belém: NAEA; UFPA, 2006. (Paper, n. 203).

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 5. ed. Brasília, DF: UNB, 1991. p. 3-33. v. 1.

_____. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Centauro, 2002, p. 35-108.

APENDICES

APÊNDICE A - REPASSE DA UNIÃO AO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS

CFEM -COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	
ANO	VALOR
2007	R\$ 1.082.640,82
2008	R\$ 3.148.964,80
2009	R\$ 6.950.525,59
2010	R\$ 4.176.286,01

Fonte: Adaptado de Controladoria Geral da União – CGU – www.portaltransparencia.gov.br

APÊNDICE B - OCORRÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO EM PARAGOMINAS

Trabalho Escravo em Paragominas				
Imóvel	Data Ocorrido	Título da Matéria	Fonte	Morte
Fazenda São Romualdo	25/06/1980	Escravidão na Fazenda	Jornal "A Província do Pará	—
Fazenda São Romualdo	26/05/1983	Esposa de trabalhador rural denúncia trabalho escravo	Jornal "OLiberal"	—
Colônia Bananal	28/09/1983	Pistoleiros matam posseiros na Colônia do Bananal	"Arquivo CPT – Regional Norte II"	01
Fazenda Rio Capim	23/10/1984	Polícia atesta trabalho escravo na Fazenda Ri Capim	Jornais "O Liberal e "Diário do Pará	—
Colônia Renascimento	Dezembro/1984	Pistoleiros implantam terror na Colônia Renascimento	"Arquivo CPT – Regional Norte II"	—
Município de Paragominas	Dezembro/1984	Fazendeiro manda queimar ponte	Jornal "A Província do Pará	—
Colônia Del Rey	11/06/1985	Posseiros apreenderam armas de pistoleiros	Jornal "OLiberal"	—
Município de Paragominas	09/07/1985	Colonos estavam ameaçados de expulsão em Paragominas	Jornal "OLiberal"	300 colônias ameaçadas
Fazenda Capaz	09/07/1985	Fazendeiro americano ameaça expulsar colonos	Jornal "OLiberal"	—
Município de Paragominas	05/08/1985	Pistoleiros matam delegado sindical	Jornal "OLiberal"	01
Fazenda Santa Fé	06/09/1985	Trabalhador escapou da morte e denunciou escravidão	Jornal "OLiberal"	—
Município de Paragominas	17/09/1985	Delegado sindical foi morto em Paragominas	Jornais "O Liberal" e "A Província do Pará"	01
Fazenda Surubiju	Setembro/1985	Trabalhadores rurais foram mortos em Paragominas	Jornais "O Liberal" e "A Província do Pará	01 morte e 04 desaparecidos
Colônia do Piriá	05/11/1985	Dirigente sindical denunciou violência	Jornal "A Província do Pará	—
Colônia Del Rey	29/01/1986	Famílias ameaçadas por fazendeiros	Jornal "A Província do Pará	480 famílias ameaçadas
Colônia Del Rey	16/07/1986	Aumentou a violência na Colônia Del Rey	Jornal "O Liberal" e Arquivo CPT – Regional Norte II"	—
Fazenda Meinara	17/07/1986	Posseiros foram mortos na Fazenda Meinara	Jornal "O Estado de São Paulo e Arquivo CPT – Regional Norte II"	02
Colônia Del Rey	27/07/1986	Posseiro foi assassinado	Jornal "A Província do Pará	01
Fazenda Rio Surubiju	Julho/1986	Peões foram mortos	Arquivo CPT – Regional Norte II	05
Fazenda Meinara	04/08/1986	Sindicato denunciou morte de posseiro	Arquivo CPT – Regional Norte II	01
Município de Paragominas	25/08/1986	Posseiro foi assassinado	"Assassinatos no Campo: Crime e Impunidade (1964-1986)	01
Fazenda Slaviero	30/08/86	Avelino Ganzer denuncia	Jornal "OLiberal"	—

		violência		
Fazenda Faicão	12/09/1986	Colona foi encontrada morta	Arquivo CPT – Regional Norte II	01
Município de Paragominas	19/09/1986	Fazendeiro matou empregado	Jornal "O Liberal"	01
Colônia Água Branca	20/10/1986	Colonos foram expulsos da Colônia Água Branca	Arquivo CPT – Regional Norte II	26 famílias despejadas
Colônia Del Rey	03/02/1987	Deputado denunciou ação de pistoleiros	Jornais "O Liberal", "A Província do Pará e Revista Pará Agrário nº 2	180 famílias expulsas
Município de Paragominas	20/04/1987	Pistoleiro foi morto em Paragominas	Jornal "A Província do Pará e Revista Pará Agrário	01
Fazenda Meinara e Del Rey	Abril/1987	Trabalhadores rurais foram mortos	"Assassinatos no Campo (1987-1988) e Relatório CPT	03
Município de Paragominas	01/05/1987	Pistoleiro foi morto durante ato público	Jornais "O Liberal"	01
Colônia Água Branca	07/07/1987	Grileiro Expulsou famílias	Jornais "O Liberal" e "A Província do Pará	26 famílias expulsas
Fazenda Javaés	08/08/1987	Posseiros foram presos	Arquivo CPT – Regional Norte II, Jornais "O Liberal" e "A Província do Pará	—
Fazenda São Judas Tadeu	11 a 22/08/1988	Escravidão e morte na fazenda	Arquivo CPT – Regional Norte II, Jornais "O Liberal" e "A Província do Pará	
Fazenda Homenagem	02/11/1988	Peão foi morto em Paragominas	Jornais "O Liberal"	01
Fazenda São Judas Tadeu	Novembro/1989	Fazendeiro foi morto por empregado	Jornais "O Liberal e "Diário do Pará	01
TOTAL DE MORTES				23
TOTAL DE AMEAÇAS				780 famílias
TOTAL DE DESPEJOS				26 famílias
TOTAL DE EXPULSOS				206 famílias
TOTAL DE DESAPARECIDOS				04 pessoas

Fonte: Adaptado pela autora de Barata (1995).

APÊNDICE C- COMPARAÇÃO DOS CONFLITOS NO CAMPO 2000 A 2008

Comparação dos Conflitos no Campo 2000 a 2008									
Conflitos de Terra	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ocorrência	174	366	495	659	752	777	761	615	459
Assassinatos	20	29	43	71	37	38	35	25	27
Conflitos trabalhistas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ocorrência	21	45	147	238	236	276	262	265	280
Assassinatos	1	4	1	—	2	—	3	1	1

Fonte: Adaptada de Conflitos no Campo Brasil 2009.- CPT

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Roteiro de Entrevista 1 : Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Roteiro de entrevista 2: Colonos

Roteiro de entrevista 3: Liderança Comunidades

Roteiro de entrevista 4: Prefeitura

Roteiro de entrevista 5: Vale do Rio Doce

Roteiro de entrevista 6: ONG Caritas

Roteiro de entrevista 7: Pastoral da Terra

Roteiro de entrevista 8: Rádio Margarida

Roteiro de entrevista 9: Sindicato dos Produtores Rurais

Roteiro de entrevista 10: Secretaria do Meio Ambiente de Paragominas

Ficha de Levantamento Individual

Roteiro de Entrevista 1: Sindicato Rural

1. Quais as contribuições do sindicato para o município, localidade, comunidade?
2. Quais as conquistas mais relevantes?
3. Quais as maiores dificuldades encontradas para a implementação e ou alcance dos objetivos propostos pelo sindicato?
4. Listar as comunidades rurais que estão diretamente afetadas pela extração de bauxita no Platô Miltônia em Paragominas?
5. Identificar políticas públicas na área rural do município.
6. Quais as principais mudanças ocorridas no cotidiano das comunidade rurais a partir da implementação do projeto de extração de minério na região?
7. No período que antecedeu a instalação da empresa Mineração Vera Cruz, para explorar bauxita no município de Paragominas, as comunidade rurais foram convocadas a participar de audiência pública?
8. Que instituições, organizações tiveram relação com o sindicato, durante e após a implantação do Projeto da Mineração Vera Cruz ?
9. Qual a maior contribuição que a empresa de mineração poderia oferecer para melhorar a vida nas comunidades rurais?
10. Qual a maior contribuição que o poder público (prefeitura) poderia oferecer para melhorar a vida nas comunidades rurais?
11. Tem sido feito um trabalho conjunto entre sindicato/prefeitura/empresa/ comunidades rurais envolvendo (participação) todos os interessados?

Roteiro de entrevista 2: Colonos

1. Qual a história da “colônia” ou da comunidade?
2. Quais as principais mudanças ocorridas no cotidiano da comunidade a partir da implementação do projeto de extração de minério na região?
3. Qual a principal atividade econômica da comunidade?
4. Quais as principais reivindicações(necessidades) da comunidade?
5. Os moradores da comunidade estão organizados em algum tipo de associação, clube, etc. ?
6. Como a comunidade esta estruturada em termos de saúde, educação, saneamento básico, energia elétrica etc...?
7. Quais as conseqüências sentidas pela comunidade com a vinda de um empreendimento do porte do projeto bauxita de Paragominas, para o município?
8. No período que antecedeu a instalação da empresa Mineração Vera Cruz, para explorar bauxita no município de Paragominas, a comunidade foi convocada para participar de audiência pública?
9. Quais as principais críticas e reivindicações feitas pela comunidade por ocasião da audiência pública?
10. Qual o tipo de relação existente entre a empresa de mineração (MVC/CVRD) com a Comunidade?
11. Qual foi a atuação de instituições, Ong no setor de comunicação encontrados pela Mineração Vera Cruz ?
12. Qual a maior contribuição que a empresa de mineração poderia oferecer para melhorar a vida na comunidade?
13. Qual a maior contribuição que o poder público (prefeitura) poderia oferecer para melhorar a vida na comunidade?

Roteiro de entrevista 3: Liderança Comunidades

1. Quais os tipos de organizações existentes na comunidade?
2. Quais as fontes de financiamento das organizações existentes na comunidade?
3. Como são escolhidos os presidentes/ dirigentes das organizações existentes na comunidade?
4. Qual o tipo de critério e/ou afinidade para que os membros da comunidade participem das organizações existentes?

5. No período que antecedeu a instalação da empresa Mineração Vera Cruz, para explorar bauxita no município de Paragominas, os colonos buscaram reunir-se em algum tipo de associação que pudesse resguardar seus direitos?
6. Qual a perspectiva da comunidade com a vinda de um empreendimento do porte do projeto bauxita de Paragominas, para o município?
7. No período que antecedeu a instalação da empresa Mineração Vera Cruz, para explorar bauxita no município de Paragominas, a comunidade foi convocada para participar de audiência pública?
8. Quais as principais críticas e reivindicações feitas pela comunidade por ocasião da audiência pública?
9. Quais as principais mudanças ocorridas no cotidiano da comunidade a partir da implementação do projeto de extração de bauxita na região?
10. Qual o tipo de relação existente entre a empresa de mineração (MVC/CVRD) com a Comunidade?
11. Em que setores encontram-se as principais reivindicações(necessidades) da comunidade?
12. Qual a maior contribuição que a empresa de mineração poderia oferecer para melhorar a vida na comunidade?
13. Qual a maior contribuição que o poder público (prefeitura) poderia oferecer para melhorar a vida na comunidade?
14. Qual a maior dificuldade (infra-estrutura, saúde, transporte, educação)que a comunidade enfrenta atualmente ?

Roteiro de entrevista 4: Prefeitura

1. As perspectivas existentes no município no período que antecedeu a instalação de um empreendimento do porte do projeto bauxita de Paragominas, tem se confirmado com a implementação do projeto ?
2. Quais providências foram tomadas pelo município para receber a instalação do projeto bauxita de Paragominas ?
3. Como foi trabalhado a questão do contingente populacional que se desloca de outras regiões a procura de emprego?
4. Houve ampliação dos serviços prestados a população em decorrência da implementação do projeto bauxita de Paragominas?

5. No período que antecedeu a instalação da empresa Mineração Vera Cruz, para explorar bauxita no município de Paragominas, quais as principais críticas e reivindicações feitas pelas comunidades convidadas a participar da audiência pública?
6. No período que antecedeu a instalação da empresa Mineração Vera Cruz, para explorar bauxita no município de Paragominas, quais as comunidades que se fizeram presente na audiência pública?
7. Quais as comunidades no entorno do projeto bauxita de Paragominas consideradas afetadas pelo empreendimento?
8. Quais os principais programas sociais direcionados para as comunidades no entorno do projeto bauxita de Paragominas?
9. Quais as comunidades do entorno do projeto bauxita de Paragominas beneficiadas com os programas existentes?
10. Tem sido feito um trabalho conjunto entre prefeitura/empresa/ comunidade envolvendo (participação) todos os interessados?
11. Como se desenvolve a relação de parceria da prefeitura com outras entidades (Empresa, ONG, Instituições), a fim de proporcionar melhores condições de vida as comunidades em questão?
12. Quais as principais políticas públicas voltadas para a zona rural do município de Paragominas?
13. O município tem sido beneficiado com financiamentos, arrecadações e programas específicos?

Roteiro de entrevista 5: Vale do Rio Doce

1. No que consiste o trabalho voltado para “**relacionamentos sociais**” desenvolvido pela CVRD?
2. No período que antecedeu a instalação da empresa Mineração Vera Cruz, para explorar bauxita no município de Paragominas, quais comunidades se fizeram presente na audiência pública?
3. No período que antecedeu a instalação da empresa Mineração Vera Cruz, para explorar bauxita no município de Paragominas, quais as principais críticas e reivindicações feitas pelas comunidades convidadas a participar da audiência pública?
4. Quais os Programas sociais desenvolvidos pela CVRD junto às comunidades no entorno do Projeto Bauxita de Paragominas?

5. Quais as comunidades contempladas pelos programas sociais?
6. Qual o tipo de relação existente entre as comunidades e a empresa de mineração (MVC/CVRD)?
7. Quais as principais dificuldades enfrentadas ao implementar os programas sociais nas comunidades?
8. Tem sido feito um trabalho conjunto entre prefeitura/empresa/ comunidade envolvendo (participação) todos os interessados?
9. Em sua opinião, é possível desenvolver as comunidades no entorno dos projetos de mineração?
10. Dentre os programas sociais desenvolvidos existe a pretensão e dar suporte para a sustentabilidade comunitária a longo prazo, mesmo depois de exaurida a atividade de mineração?
11. A CVRD desenvolveu algum tipo de ferramenta de controle e avaliação de resultado, voltada para os programas implementados nas comunidades?
12. Quais os programas visando o município implementados a partir do EIA/RIMA?

Roteiro de entrevista 6: ONG - Caritas

1. Em que consiste o trabalho da Cáritas no município de Paragominas?
2. Os Projetos alternativos comunitários efetuados pela Cáritas no município de Paragominas tem abrangido comunidades no entorno do Projeto Bauxita?
3. A Cáritas teve oportunidade de acompanhar e atuar no período que antecedeu a instalação da empresa Mineração Vera Cruz, para explorar bauxita no município de Paragominas?
4. As perspectivas existentes no município no período que antecedeu a instalação de um empreendimento do porte do projeto bauxita de Paragominas, tem se confirmado com a implementação do projeto?
5. No período que antecedeu a instalação da empresa Mineração Vera Cruz, para explorar bauxita no município de Paragominas, quais comunidades se fizeram presente na audiência publica?
6. Qual o tipo de relação existente entre as comunidades e a empresa de mineração (MVC/CVRD)?
7. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela Cáritas ao implementar projetos alternativos comunitários no município de Paragominas?

8. Tem sido possível efetuar um trabalho conjunto entre prefeitura/Cáritas/comunidade/CVRD envolvendo (participação) todos os interessados?
9. Em sua opinião, é possível desenvolver as comunidades no entorno de projetos de mineração?

Roteiro de entrevista 7: Pastoral da Terra

1. Em que consiste atualmente o trabalho da CPT no município de Paragominas?
2. Qual o panorama das comunidades rurais no município de Paragominas desde a década de 70, quando começaram os estudos para a futura exploração mineral na região?
3. Na área onde hoje se encontra a exploração de bauxita, nas proximidades do Platô Miltônia 3 eram encontradas comunidades estabelecidas, na década de 80?
4. Surgiram novos assentamentos com a dispensa dos trabalhadores da atividade madeireira e a busca de novas áreas para atividade de carvoaria?
5. Surgiram novos assentamentos as proximidades do Platô Miltônia 3, motivados pela possibilidade de melhor condição de vida?

Roteiro de entrevista 8: Rádio Margarida

1. Em que consistiu o trabalho da Rádio Margarida no município de Paragominas?
2. Os Projetos alternativos comunitários efetuados pela Rádio Margarida no município de Paragominas tem abrangido comunidades no entorno do Projeto Bauxita?
3. A Rádio Margarida teve oportunidade de acompanhar e atuar no período que antecedeu a instalação da empresa Mineração Vera Cruz, para explorar bauxita no município de Paragominas?
4. As perspectivas existentes no município no período que antecedeu a instalação de um empreendimento do porte do projeto bauxita de Paragominas, tem se confirmado com a implementação do projeto?
5. No período que antecedeu a instalação da empresa Mineração Vera Cruz, para explorar bauxita no município de Paragominas, quais comunidades se fizeram presente na audiência pública?
6. Qual o tipo de relação existente entre as comunidades e a empresa de mineração (MVC/CVRD)?
7. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela Rádio Margarida ao implementar projetos alternativos comunitários no município de Paragominas?

8. Foi possível efetuar um trabalho conjunto entre prefeitura/Rádio Margarida/comunidade/CVRD envolvendo (participação) todos os interessados?
9. Em sua opinião, é possível desenvolver as comunidades no entorno de projetos de mineração?

Roteiro de entrevista 9: Sindicato dos Produtores Rurais

1. As expectativas existentes no município no período que antecedeu a instalação de um empreendimento do porte do Projeto Mina de Bauxita de Paragominas, têm se confirmado com a implementação do projeto?
2. Foram tomadas providências no município, para receber a instalação do Projeto Mina de Bauxita?
3. Quais os maiores investimentos no município a partir do Projeto Mina de Bauxita de Paragominas?
4. Existe algum tipo de projeto e/ou política pública voltados para as comunidades rurais que estão no entorno do Projeto Bauxita de Paragominas?
5. Como tem sido a atuação do Sindicato no fomento da produção na área rural considerando todas as condicionantes ambientais exigidas pela legislação?
6. Como ocorreram as transações entre a VALE e os fazendeiros proprietários da área que corresponde a utilizada para a extração de bauxita?

Roteiro de entrevista 10: Secretaria de Meio Ambiente de Paragominas – SEMA

1. As expectativas existentes no município no período que antecedeu a instalação de um empreendimento do porte do Projeto Mina de Bauxita de Paragominas, têm se confirmado com a implementação do projeto?
2. Quais os maiores investimentos no município a partir do Projeto Mina de Bauxita de Paragominas?
3. Quanto às questões ambientais como, tem sido o entrosamento entre a VALE e o município, considerando as mitigações e a contrapartida da empresa de mineração?
4. Existe algum tipo de projeto voltado para as comunidades rurais que estão no entorno do Projeto Bauxita de Paragominas?
5. Enquanto secretaria do meio ambiente existem dificuldades em lidar com as comunidades existentes no entorno do projeto?

6. Como tem sido feito o trabalho da SEMA junto aqueles que trabalham com carvoarias?
7. Existem documentos na secretaria sobre as audiências públicas que antecederam a construção do mineroduto em Paragominas?
8. Qual a sua avaliação quanto as audiências publicas que antecederam a construção do mineroduto em Paragominas?

APÊNDICE D - FICHA DE LEVANTAMENTO INDIVIDUAL**Ficha de Levantamento Individual**

Número da Ficha: _____

Data de levantamento: _____

Nome da Comunidade: _____

Localização: _____

Nome do entrevistado: _____

Sexo: () Masc. () Fem. Idade: _____

Veio de outra localidade: () Sim () Não Qual? _____

1. Há quanto tempo mora na localidade?

2. Qual o seu grau de instrução?

() Fundamental Incompleto () Fundamental Completo

() Nível Médio Incompleto () Nível Médio Completo

() Analfabeto () Semi- Analfabeto

3. Desde quando atua (trabalha) na (o) _____?

4. Há quanto tempo está na colônia?

5. Como veio para se instalar _____?

ANEXOS

ANEXO A - DIVULGAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA FEITA PELO CENTRO ARTÍSTICO CULTURAL BELÉM AMAZÔNIA, ANTERIOR A CONSTRUÇÃO DO MINERODUTO PARA TRANSPORTE DE BAUXITA EM PARAGOMINAS. PÚBLICO ATENDIDO.

➤ **QUADRO DE ATIVIDADES**

Data	Local de Apresentação	Bairro	Divulgação
23/05	Pça Célio Miranda	Comércio	Ruas
24/05	Pça. Gutemberg	Nagibão	Promissão I, II e III. Guanabara
25/05	Rua	Nagibão	Nagibão
26/05	Ginásio de esportes	C. Nova	Camboatã I, II e Jardim Boa Vista
27/05	Escola	Jaderlândia	Jaderlândia e Nova Conquista
28/05	Rua	Jardim Atlântico	J. Atlântico, Vila Rica, Cabeline e Aragão

PÚBLICO ATENDIDO

Nas apresentações realizadas pelo Centro Artístico Cultural Belém Amazônia / Rádio Margarida nos seis municípios, o público estimado foi de 6463 pessoas e de 29 visitas domiciliares. Abaixo quadro detalhado de localidade/ público atendido.

MUNICÍPIO / LOCALIDADE	PÚBLICO ATENDIDO
Abaetetuba / Nossa Senhora do Carmo	185
Moju / Sta. Luzia do Poace	28
Moju / São Bernardino	113
Moju / Santana do Baixo	57
Moju / Nossa Senhora das Graças	63
Moju / Sta. Luzia	13 casas
Moju /Sta. Maria	54
Acara / Mario Fernandes São Pedro	28
Acara / Remédios	16 casas
Tome-Açu / Água Branca	350
Tome-Açu / Vila Maranhense	Divulgação
Tome-Açu / Tropicália I	44
Tome-Açu / Tropicália II	59
Ipixuna / Canaã do Rio Capim	232
Paragominas (Pça Célio)	450
Paragominas (Pça Gutemberg)	600
Paragominas (Nagibao)	1000
Paragominas Ginásio esportes	600
Paragominas Escola Amílcar	800
Paragominas Jardim Atlântico	1000
Paragominas (Pça CélioMiranda)	800

DATA	MUNICÍPIO/LOCALIDADE	ATIVIDADES
15/05/2003	Abatetuba/ N.S. do Carmo	Trio-elétrico, apresentação artística
16/05/2003	Moju/ Sta. Luzia do Poace	Divulgação, carro-som, e reunião com as famílias
16/05/2003	Moju/ São Bernardino	Carro-som / apresentação artística
16/05/2003	Moju /Santana do Baixo	Carro-som / apresentação artística
17/05/2003	Moju / N. Senhora das graças	Carro-som / apresentação artística
17/05/2003	Moju/ Sta. Luzia	Carro-som / Divulgação
17/05/2003	Moju / Sta. Maria	Carro-som / apresentação artística
18/05/2003	Acara / São Pedro	Carro-som / divulgação e reunião com as famílias
18/05/2003	Acara / Remédios	Carro-som / divulgação e reunião com as famílias
19/05//2003	Tomé-Açu / Água Branca	Trio-elétrico / apresentação artística
19/05/2003	Tomé-Açu / Vila Maranhense	Carro-som / divulgação e reunião com as famílias
20/05/2003	Tomé-Açu / Tropicália I e II	Carro-som / apresentação artística
21/05/2003	Ipixuna / Canaã do Rio Capim	Carro-som / apresentação artística

ANEXO B - LOCALIZAÇÃO DAS COLÔNIAS - IMAGEM DE SATÉLITE LANDSAT –
DATA: 13/09/2007- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ – SIGEO -
FAZENDA CACHOEIRA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE INFORMÁTICA
SIGEO

REFERENCIA: FAZENDA CACHOEIRO
SITUAÇÃO EM 2007

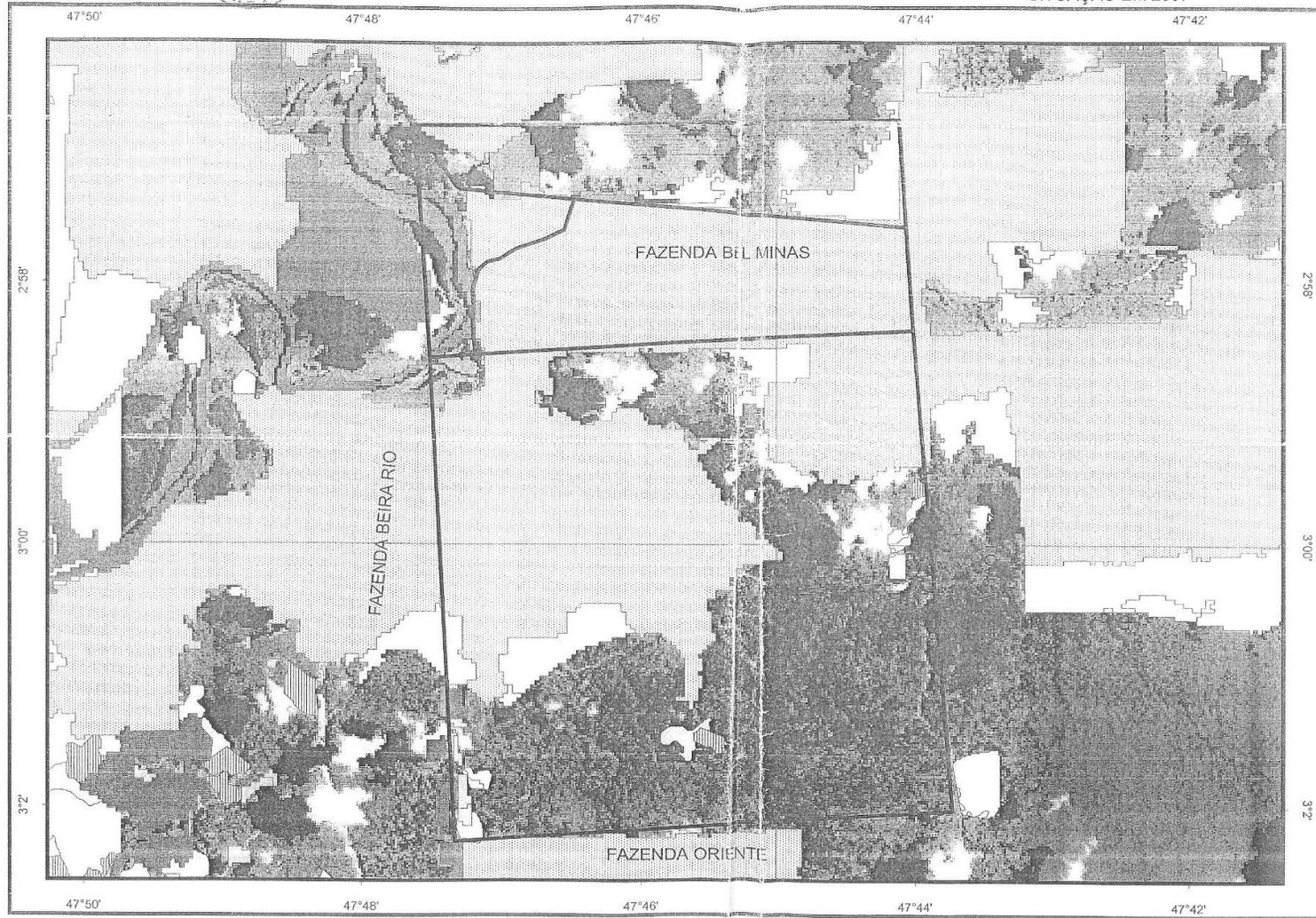


Imagem do satélite LandSat - órbita 223 - ponto 62
Data: 13/09/2007
Fonte: INPE - PRODES

7 18